

## 2005/2007



**O paradigma de adequação de modelos externos nos domínios da arte militar: o Exército Permanente Português – dos ensinamentos da escola militar francesa do Marechal Turenne às influências multilaterais dos nossos dias.**

**Jorge Paulo Martins Henriques**  
**MAJ Cav**

**Presidente do Júri: TGEN José Luís Pinto Ramalho**  
**Arguente Principal: COR INF António Noé Pereira Agostinho**  
**Arguente: MAJ INF Francisco Proença Garcia**  
**Arguente: MAJ INF Abílio Augusto Pires Lousada**

**ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS  
SUPERIORES MILITARES.**

***ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE  
ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM  
CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES,  
CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL.  
AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE  
ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM  
ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA  
SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES  
MILITARES.***

PROFESSOR ORIENTADOR:

PAULO JORGE LOPES DA SILVA  
TCOR CAV

## RESUMO

Desde o surgimento do Exército Permanente Português, na época da Restauração, até à actualidade, que este tem sido objecto da influência de modelos externos nos domínios da arte militar. O objectivo deste trabalho é construir um *Paradigma* ou referencial de adequação desses modelos externos. Procurando contribuir para futuras adequações do Exército e para o correcto enquadramento da multiplicidade de influências externas. Para o materializar traçou-se um percurso cuja pergunta de partida era saber «Como se tem processado a adequação das influências externas no Exército Permanente Português?».

Em termos metodológicos, com vista a responder à pergunta levantada e atingir o objectivo proposto, adoptou-se uma abordagem holística. Através do método hipotético-dedutivo, foi levantado um corpo de conceitos interrelacionados. Dispostos entre si de forma sequencial, pretendiam materializar, em termos teóricos, os vários passos integrantes de um processo de *adequação* de modelos externos. Desta forma, estabeleceram-se as possíveis fontes da adequação, os seus agentes, as formas de que se revestiu e as diversas áreas abrangidas. Por último, levantaram-se hipóteses tentando estabelecer relações entre os vários conceitos, procurando a sua validação através da aplicação do modelo construído a vários «estudos de caso», recolhidos da História do Exército Português.

Quanto às principais conclusões obtidas, verifica-se que a principal fonte da adequação tem sido a existência de uma ameaça latente ou efectiva aos interesses nacionais. Mas também é necessário ter em conta as alterações nas normas culturais como um poderoso factor de mudança, e as inovações tecnológicas, enquanto veículo de uma adequação completa e eficaz.

Sobre os agentes de adequação, a sua preponderância evoluiu ao longo do tempo, mas hoje assiste-se a uma conjugação de dois preponderantes: o Exército Português como motor principal e as alianças e organizações, na vertente segurança, que o País integra, devido à sua capacidade influenciadora. No que diz respeito aos modelos objecto da adequação, através de emulação ou adaptação, estes são condicionados pela Potência com a qual, em cada momento, Portugal se encontra aliado.

Por último, de relevar que quanto mais contribuem todas as fontes de adequação em todo o processo, maior se revela a abrangência das áreas sujeitas à adequação e mais se prolonga o seu efeito. Por outro lado, só atingindo todas as áreas de adequação é que o processo tenderá para a obtenção, por parte do Exército, de uma verdadeira vantagem competitiva. Ou seja, quanto mais abrangente e articulada for a adequação, mais facilmente se atingirá uma verdadeira *Transformação* do Exército.

## **ABSTRACT**

Since the raising of the Standing Army, during the «Restauração», until modern days, the Portuguese Army has been the object of significant influence from foreign models in the various domains of the military art. The purpose of this paper is to build a *Paradigm* or model for the adequacy of those foreign models. So that it may contribute in future transformations of the Army, to establish the right frame for the multiplicity of foreign influences. To achieve this, the following question was made «What was the process of adequacy of influences of foreign models in the domains of the military art, in the Standing Portuguese Army? ».

In terms of methodology and to answer the initial question, a holistic approach was used. Through the deductive method, it was raised a body of sequential, interconnected concepts. They were arranged in a way as to represent theoretically, the various steps of the process of *adequacy* of foreign models. Thus, it was established the possible sources of the adequacy, its agents, the ways it could adopt and the various areas affected by it. Then a series of hypothesis were raised, trying to establish the connection between concepts. Their validation was ascertained by applying the model to a series of «case studies», presented by the History of the Portuguese Army.

As to the principal conclusions, it verifies that the main source of adequacy has been the existence of an imminent or real threat to the national interests. However, it is also necessary to take into account the changes in the cultural norms has a powerful factor in change and the technological innovations, as a vehicle for the adequacy to be complete and effective.

About the agents of the adequacy, their relevance has evolved with time. Now days we are seeing the conjunction of two major ones: the Portuguese Army itself, has the main driver and the alliances and organizations, in their security role that the country integrates. In concern to the foreign models themselves, they are conditioned by the Main Power with which Portugal has an alliance.

It should be highlighted that the more the involvement of the different sources of adequacy, the more areas are subject to the process and the longer last its effects. On the other hand, only reaching to all the different areas of possible adequacy, there can be a real competitive advantage to the Army. Meaning that the more widely and the more articulate it is, more easily there will be a *Transformation* of the Army.



*À Mafalda e ao Nuno.*

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos dirigem-se em primeiro lugar ao meu Orientador, TCOR Cav Lopes da Silva, por me ter indicado o caminho a seguir e alertado para as dificuldades que iria encontrar. Ainda pelo seu conselho avisado e pela sua permanente disponibilidade em me orientar, garantindo o rumo adequado na execução do trabalho, para que no fim melhor atingisse os objectivos propostos.

A todas as pessoas que se dispuseram a contribuir com as suas ideias, os meus agradecimentos. Destacando os Excelentíssimos Senhores Generais Loureiro dos Santos, Espírito Santo e Martins Barrento, pela disponibilidade em me receberem e pelo conjunto de reflexões que expuseram sobre os vários pontos abordados. Referência também para o Senhor Comandante Silva Ribeiro e o Professor Doutor António Telo pelas ideias valiosas que me transmitiram. Ao Major Miguel Freire, pelas sugestões para a construção do modelo conceptual e bibliografia disponibilizada. Ao Major Lousada pelas indicações de bibliografia essencial na compreensão dos períodos históricos a abordar.

Aos meus camaradas de curso de Estado-Maior, por permitirem a salutar troca de opiniões, o partilhar de dúvidas, ideias e até angústias, de conselhos vários sobre os aspectos formais do trabalho e também pela boa disposição nos momentos em que ela era tão necessária.

Ao pessoal que presta serviço na Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), pela simpatia e paciência com que atenderam os meus permanentes pedidos para consulta de bibliografia.

Uma palavra especial de agradecimento ao IESM, por me proporcionar esta oportunidade para desenvolver reflexão aturada sobre um assunto de interesse militar, num ambiente de liberdade académica.

Uma palavra final para minha mulher e para meu filho. São vocês a minha força e o meu centro. A vossa presença a meu lado e a vossa compreensão nos meus períodos de ausência, permitiram-me a concentração e o esforço necessário no trabalho a realizar.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **A**

<i>AM</i>	Academia Militar
<i>ATP</i>	Allied Tactical Publication

### **B**

<i>BArt</i>	Batalhão de Artilharia
<i>BCaç</i>	Batalhão de Caçadores
<i>BCav</i>	Batalhão de Cavalaria
<i>BI</i>	Batalhão de Infantaria

### **C**

<i>CEDN</i>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<i>CEME</i>	Chefe de Estado-Maior do Exército
<i>CEMGFA</i>	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
<i>CI</i>	Centro de Instrução
<i>CIOE</i>	Centro de Instrução de Operações Especiais
<i>COPS</i>	Comité Político e de Segurança
<i>CPC</i>	Curso de Promoção Capitão
<i>CPOS</i>	Curso de Promoção a Oficial Superior

### **E**

<i>EBE</i>	Estrutura Base do Exército
<i>ECE</i>	Estrutura de Comandos do Exército
<i>EME</i>	Estado-Maior do Exército
<i>EPR</i>	Entidade Primariamente Responsável
<i>ERec</i>	Esquadrão de Reconhecimento

### **F**

<i>FM</i>	Field Manual
<i>FOPE</i>	Força Operacional Permanente do Exército
<i>FRR</i>	Força de Reacção Rápida

### **G**

<i>GCC</i>	Grupo de Carros de Combate
------------	----------------------------

## **H**

*HHG* Helsinki Headline Goal

## **I**

*IAEM* Instituto de Altos Estudos Militares

## **M**

*MAAG* Mutual Advisory and Auxiliary Group

*MMHS* Military Message Handling System

## **N**

*NATO* Organização do Tratado do Atlântico Norte

*NATTE-04* Núcleo de Acompanhamento dos Trabalhos para a Transformação do Exército em 2004

*NEP* Norma de Execução Permanente

*NRF* NATO Response Force

## **O**

*OAP* Operações de Apoio à Paz

*ONU* Organização das Nações Unidas

*ORC* Operações de Resposta a Crise

## **P**

*PAE* Plano de Aquisição do Exército

*PESC* Política Externa e de Segurança Comum

*PESD* Política Europeia de Segurança e Defesa

*PU* Pequenas Unidades

## **R**

*RA* Regimento de Artilharia

*RC* Regimento de Cavalaria

*RI* Regimento de Infantaria

*RAM* Revolução dos Assuntos Militares

*RM* Revolução Militar

## **S**

*SFN* Sistema de Forças Nacional

*SICCE* Sistema de Comando e Controlo do Exército

**T**

*TA* Tipo Americano

*TO* Teatro de Operações

**U**

*UE* União Europeia

*UEO* União Europeia Ocidental

**V**

*VCEME* Vice Chefe de Estado Maior do Exército

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL .....</b>	<b>6</b>
I.1 Domínios da Arte Militar .....	6
I.2 Elementos de Estratégia .....	6
I.3 As Relações Internacionais .....	7
I.4 Posicionamento histórico de Portugal .....	8
I.5 As inovações militares .....	9
I.6 O processo de difusão das inovações militares .....	10
I.7 Processos de Mudança das Organizações Militares .....	11
I.8 Modelo Conceptual .....	13
<b>II. AS «ESCOLAS MODELADORAS» DA GUERRA MODERNA .....</b>	<b>14</b>
II.1 As Campanhas da Restauração e a Concepção Francesa do Conde de Schomberg .....	14
II.1.1 Fonte da Adequação - A ameaça ibérica .....	14
II.1.2 O Agente da adequação – O Conde de Schomberg .....	15
II.1.3 A forma de adequação – A escola francesa do Marechal Turenne .....	16
II.1.4 Áreas de adequação - Inovações tácticas .....	16
II.2 A «Guerra Fantástica» e a Reorganização Militar Prussiana do Conde de Lippe .....	17
II.2.1 Fonte da adequação - A fronteira entre a Potência Marítima e Continental .....	17
II.2.2 Agente da adequação - A vinda do Conde de Lippe para Portugal .....	18
II.2.3 Forma de adequação - A emulação da escola militar prussiana de Frederico II .....	19
II.2.4 Áreas de adequação - A transformação do Exército Português .....	19
II.3 Síntese sobre o período da Era Moderna .....	20
<b>III. AS INVASÕES FRANCESAS E A «ESCOLA» MILITAR INGLESA .....</b>	<b>22</b>
III.1 Fonte de Adequação – O fracasso da campanha de 1801 e a ameaça francesa .....	22
III.2 Agente da Adequação – O General Beresford .....	24
III.3 Forma de Adequação – Emulação do Exército Inglês .....	24
III.4 Áreas de Adequação – O novo Exército Português .....	25
III.5 Síntese sobre o período das Invasões Francesas .....	27
<b>IV. PERÍODO DA GUERRA-FRIA .....</b>	<b>29</b>
IV.1 A integração na Estratégia Militar da NATO .....	29
IV.1.1 Fontes de Adequação – A adesão à NATO .....	29
IV.1.2 O agente da adequação – O MAAG .....	30
IV.1.3 Forma de Adequação – A emulação do modelo norte-americano .....	30

IV.1.4 Áreas de adequação – A Divisão Independente.....	31
IV.2 O Exército e a Estratégia de Contra-Subversão .....	32
IV.2.1 Fontes de Adequação – Nova ameaça e nova cultura.....	32
IV.2.2 O agente da adequação – O Exército Português .....	33
IV.2.3 Forma de Adequação – A adaptação doutrinária .....	33
IV.2.4 Áreas de adequação – A transformação do Exército para a Contra Subversão .....	34
IV.3 Síntese sobre o período da Guerra-Fria.....	36
<b>V. AS INFLUÊNCIAS MULTILATERAIS DA ACTUALIDADE.....</b>	<b>38</b>
V.1 Fontes de Adequação – O Estado Pós-Moderno e as novas missões.....	38
V.2 Agentes de Adequação – A UE, a NATO e o Exército Português.....	40
V.3 Forma de Adequação – A adaptação ao conceito de NRF e dos Battlegroup.....	43
V.4 Áreas de Adequação – A Transformação do Exército .....	44
V.5 Síntese sobre a actualidade.....	46
<b>ANÁLISE CONCLUSIVA .....</b>	<b>47</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Modelo conceptual da adequação de modelos externos.....	13
--	----

## **ÍNDICE DE APÊNDICES**

Apêndice A – Correspondência entre a Arte Militar e a Teoria Geral de Estratégia.....	63
Apêndice B – Nota Biográfica sobre o Marechal Turenne e o Conde Schomberg.....	64
Apêndice C – Adequação do modelo do exército francês do Marechal Turenne ao Exército Português do tempo do Conde de Schomberg .....	71
Apêndice D - Nota Biográfica sobre o Conde de Schaumburg-Lippe.....	80
Apêndice E – Adequação do modelo do exército de Frederico II da Prússia ao Exército Português do tempo do Conde de Lippe .....	82
Apêndice F – Nota Biográfica sobre o Duque de Wellington e o Marechal Carr Beresford.....	88
Apêndice G – Adequação do modelo do exército inglês do tempo das guerras napoleónicas ao Exército Português do tempo do General Beresford.....	90
Apêndice H – Adequação do modelo OTAN ao Exército Português após a constituição da Aliança Atlântica.....	95
Apêndice I – Adequação dos ensinamentos ingleses e franceses ao Exército Português na Guerra Contra-Subversiva.....	101
Apêndice J – A Transformação do Exército Português na actualidade .....	109

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo A – Revoluções Militares e correspondentes Revoluções nos Assuntos Militares.....	113
Anexo B - Inovações Militares.....	114
Anexo C – Teorias explicativas dos processo de difusão das inovações militares.....	116



*«The use of history, or should one say the past, is controversial, but it is the only potential evidence available.»*

*Colin S Gray, Recognizing and understanding revolutionary change in warfare: the sovereignty of context*

## INTRODUÇÃO

As origens do Exército Português remontam à hoste real que nos primórdios da nacionalidade combateu ao serviço do Rei, forjando, através da espada, a geografia do País que é Portugal<sup>1</sup> e garantindo, ao longo dos séculos, o trilhar de um caminho autónomo e destacado dos restantes povos.

Na sua já longa História, considera-se que após a Restauração, seguindo os ventos que sopravam então na Europa, se constituiu um verdadeiro Exército Permanente, ao serviço do que se pretendia ser um moderno Estado-Nação<sup>2</sup>. Esse Exército então criado, não é, certamente, igual ao que existe hoje. O mundo, as sociedades, o ambiente estratégico e a tecnologia evoluíram muito desde então e de igual forma os aparelhos militares.

Muitas foram as causas, as formas e as consequências das alterações que o nosso Exército foi sofrendo. Como abordagem inicial considera-se o Exército Permanente Português como uma criação única, diferente de todos os outros Exércitos. Mas, como Portugal está inserido no sistema de Relações Internacionais e, também, devido ao seu posicionamento geopolítico no continente europeu, o seu Exército incorporou inúmeras influências externas ao longo do tempo, resultantes das relações de força de cada momento histórico. Cada uma delas influente em maior ou menor grau, com efeitos mais ou menos duradouros e mais ou menos abrangentes. Algumas serão mais perceptíveis que outras, mas todas elas moldaram o que, em determinados momentos e circunstâncias, foi a resposta às ameaças à segurança nacional.

### O Objecto e o objectivo do Estudo

O objecto de estudo deste trabalho é o conjunto dos vários processos ocorridos ao longo da História do Exército Português – desde a época da Restauração até ao momento actual – que conduziram à adequação de modelos externos nos domínios da arte militar, procurando identificar, numa abordagem holística: as origens políticas e estratégicas, tecnológicas e

---

<sup>1</sup> De acordo com Selvagem (1999, p. 42), após o Tratado de Zamora e a entronização de Afonso I de Portugal, consumara-se a separação política de Portugal, que dispunha para fazer a guerra de *«mesnadas dos ricos-homens, os cavaleiros vilões e peonagem dos concelhos e a excelente Cavalaria das comendas do Templo»*.

<sup>2</sup> Sobre este assunto ver as obras **História do Exército Português**, do General Ferreira Martins, **Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX**, de Fernando Pereira Marques, e o artigo **Vauban: The impact of science on war**, de Henry Guerlac, constante da obra **Makers of Modern Strategy. From Machiavelli to the Nuclear Age**, de Peter Paret.

culturais; os agentes da adequação, os modelos externos, as formas pelas quais ocorreu a introdução de ensinamentos; as áreas abrangidas e as consequências para o Exército.

O objectivo é construir um possível paradigma ou referencial de adequação de modelos externos, com vista à sua aplicação em futuras transformações do Exército. Mais do que identificar factos históricos na vida da instituição, ao longo destes quase trezentos e setenta anos, ou proceder a uma análise exaustiva de cada momento histórico, pretende-se descortinar as constantes de cada um dos processos, as diferenças e as lições aprendidas, que garantam, no futuro, a condução de processos de transformação adequados aos objectivos a atingir<sup>3</sup>.

### **Delimitação do tema**

Considerando a abrangência temporal, iremos apenas analisar momentos-chave da História do Exército, em que as influências externas se apresentam de forma inequívoca, seja pela vinda de militares estrangeiros para o serviço do Exército Português e que com eles trouxeram novas formas de fazer a guerra, seja através da adesão a alianças militares, ou da condução de um novo tipo de operações, que obrigaram à importação de modelos externos já experimentados. Assim sendo, serão abordados os períodos das Campanhas da Restauração, da Guerra Fantástica, da Guerra Peninsular, da adesão à NATO, das Campanhas do Ultramar e, finalmente, a actualidade, um período em que se evidenciam as Operações de Apoio à Paz e a multiplicidade de influências externas.

De referir o facto de, pela natureza do trabalho, nem todos os processos de adequação de modelos externos ao Exército Permanente Português serem abarcados neste estudo. O foco incide sobre o processo de adequação e os seus resultados, e não na enumeração de todas as influências estrangeiras na instituição<sup>4</sup>.

### **Corpo de Conceitos**

Embora o quadro conceptual de referência seja desenvolvido com profundidade no primeiro capítulo, existem dois conceitos estruturantes que importa introduzir desde já, no sentido de melhor clarificar o assunto em análise. O primeiro é o conceito de **Exército Permanente**. Acompanhando o processo de formação do Estado moderno, os exércitos tornaram-se progressivamente estáveis e permanentes, enquadrados por um corpo de oficiais profissionalizado e compostos por soldados que recebiam um vencimento (Marques, 1999, p. 12). Assim,

---

<sup>3</sup> Sobre a necessidade de conduzir processos de transformação adequados a cada situação concreta, sem confiar exclusivamente na tecnologia, tendo antes em atenção o contexto em que os conflitos são travados, ver a obra **Recognizing and understanding revolutionary change in warfare: the sovereignty of context** de Colin S. Gray.

<sup>4</sup> Ficaram de fora momentos como a reorganização de Beresford de 1814 e a I Guerra Mundial, entre outros.

considera-se a organização militar com os seguintes principais elementos: «*uma estrutura funcional, uma cadeia de comando e equipamentos*» (Marques, 1999, p. 18).

O segundo conceito diz que uma **Transformação** é quando existe uma mudança sustentada, orientada para determinadas finalidades e geralmente em larga escala. É levada a cabo com o objectivo estratégico de criar ou manter uma vantagem competitiva, ou de contrariar uma vantagem apresentada por um competidor novo ou já existente. Processa-se através da combinação de novos conceitos, capacidades, pessoas e organizações, explorando as vantagens e reduzindo as vulnerabilidades (Gratska, 2005, p. 8).

### **Metodologia do Estudo**

Diz o historiador belga Pierre Salmon que «*toda a construção histórica comporta um elemento subjectivo importante*» (1979, p. 204). Partindo desta premissa de subjectividade, a metodologia utilizada assentou na observação e interpretação da História<sup>5</sup> de Portugal, do Exército Português e das Campanhas em que participou.

Devido ao objectivo do trabalho, que por esse motivo não é tanto de pura construção histórica, optou-se por não alicerçar a análise em fontes primárias ou secundárias, mas antes proceder ao estudo de bibliografia de referência, de carácter geral ou específico, sobre os vários temas e épocas, de modo a permitir a identificação dos vários passos do modelo de adequação. Recorreu-se ainda à realização de várias entrevistas estruturadas a personalidades de reconhecido mérito no tema e nas várias épocas a abordar, umas de carácter exploratório, outras de aprofundamento dos vários períodos em análise. Para enquadramento do tema, foram entrevistados o General Loureiro dos Santos e o Professor Doutor António Telo. No âmbito mais específico, foram entrevistados o General Martins Barrento, General Espírito Santo e o Comandante Silva Ribeiro.

Utilizando o método hipotético-dedutivo<sup>6</sup>, referido por Quivy e Campenhoudt (2003, p. 144), foi construído um modelo de análise da adequação das «*escolas estrangeiras*» nos domínios da arte da militar. Em primeiro lugar, procedeu-se à conceptualização do processo de adequação, onde se procurou identificar as suas fontes, os seus agentes, as formas de adequação utilizadas e os domínios da arte militar alterados, que permitiriam identificar a ocorrência do que se designa como uma Transformação do Exército Português. Com base nos conceitos estabelecidos, foram

---

<sup>5</sup> Entendida por Pierre Salmon como «*uma reconstrução crítica do passado vivido pelos homens em sociedade*» (1979, p. 20).

<sup>6</sup> De acordo com Quivy e Campenhoudt «*este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real*» (2003, p. 144)

levantadas algumas questões e hipóteses orientadoras, transversais aos períodos estudados, que, pela sua validação, ou não, permitam identificar o paradigma de adequação pretendido.

De acordo com a identificação da problemática, a **Questão Central** do estudo passa por tentar descortinar «*Como é que se tem processado a adequação das influências externas no Exército Permanente Português?*»

Para melhor clarificação da Questão Central, foram levantadas as seguintes Questões Derivadas:

**Questão Derivada 1:** *A necessidade de adequação de modelos externos resulta da evidência de uma fonte ou da interacção de diversas fontes?*

**Questão Derivada 2:** *Qual foi, ou quais foram, os agentes do processo de adequação?*

**Questão Derivada 3:** *Existe uma relação entre as formas de adequação de modelos externos e os seus agentes?*

**Questão Derivada 4:** *Qual a relação entre a adequação de modelos externos e a ocorrência de um processo de Transformação no Exército Permanente Português?*

Quanto às hipóteses construídas, destinadas a responder à Questão Central e Questões Derivadas, são as seguintes:

**Hipótese 1** – A fonte preponderante de adequação de modelos externos ao Exército Permanente Português enquadra-se no âmbito dos objectivos políticos, conjugada em maior ou menor grau com as outras fontes.

**Hipótese 2** – O principal agente de introdução de modelos externos nos domínios da arte militar no Exército Permanente Português evoluiu ao longo do tempo.

**Hipótese 3** – Quando os agentes da adequação eram militares estrangeiros ou as Alianças de que Portugal fazia parte, o processo de adequação tendia para ser de simples cópia dos modelos externos.

**Hipótese 4** – Quando o agente da adequação era o Exército Português, o processo de adequação tendia para ser de adaptação.

**Hipótese 5** – No processo de adequação o modelo adoptado foi sempre condicionado pelo actor preponderante do Sistema Político Internacional com o qual Portugal se encontrava aliado.

**Hipótese 6** – Só quando a adequação de modelos externos abrange todas as fontes de adequação e produz alterações em todos os domínios da arte militar é que o processo corresponde a uma Transformação.

## **Organização do Estudo**

Quanto à **organização** do estudo, ele encontra-se dividido em cinco capítulos. No primeiro é feito o enquadramento conceptual do trabalho, seguindo-se os quatros capítulos de análise de cada um dos períodos considerados: As Escolas Modeladoras da Guerra Moderna, abordando a concepção militar francesa do Conde de Schomberg e a sua influência no período das Campanhas da Restauração, e a reorganização militar prussiana do Conde de Lippe e a Guerra Fantástica; as Invasões Francesas e a Escola Militar Inglesa, em que serão abordadas as reorganizações de 1806 e 1807 e as alterações introduzidas pelo Marechal Beresford; segue-se na conjuntura da Guerra-Fria, a influência da doutrina NATO e as várias influências na elaboração da Estratégia de Contra-subversão; finalmente serão abordadas as influências multilaterais da actualidade e em particular o conceito de NATO Response Force (NRF) e de Battlegroup da União Europeia.

Para cada um dos períodos, serão analisados os processos de adequação, de acordo com o modelo de análise construído, com vista a extraírem-se conclusões sobre a validade das hipóteses levantadas, através da elaboração de uma síntese.

O trabalho termina com uma análise conclusiva sobre as influências externas no Exército Permanente Português desde a Restauração até à actualidade, onde se procura averiguar da validade das hipóteses definidas, responder à Questão Central e enunciar um conjunto de princípios que, tendo por base o modelo construído, se possam constituir num paradigma da adequação de futuros modelos.

## I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

### I.1 Domínios da Arte Militar

A História diz respeito ao Homem e tem como seu intuito final, olhando para o passado humano, melhorar o enquadramento da acção contemporânea e perspectivar a sua evolução futura. O mesmo se pode dizer em relação à História Militar, ainda que num campo de actuação mais restrito. Procuram-se entender os acontecimentos passados, não numa perspectiva de exaltação, ou de simples crónica, mas para alcançar mais longe, ou citando Fernando Pessoa, «...ver as formas invisíveis da distância imprecisa»<sup>7</sup>.

No campo específico da historiografia militar, novamente ressurgida na Europa Ocidental nas duas últimas décadas, existe «um novo tipo de relação entre as duas componentes da História Militar – a dos historiadores e a dos militares» (Teixeira, 1990, p. 205, citado por Monteiro, 1998, p. 20). Ou seja, constata-se um novo interesse dos historiadores pelo fenómeno militar e, ao mesmo tempo, uma abordagem mais alargada por parte dos militares, não exclusivamente centrada nos acontecimentos, procurando uma visão de conjunto.

Significa por isso que, num esforço de síntese<sup>8</sup> destinado a construir uma ideia geral, os factos levantados serão colocados no seu contexto próprio, numa sequência consentânea com as suas causas e as suas consequências, com o intuito final de extrair daí a sua significação e fazendo o possível para concentrar no essencial, descartando o acessório (Salmon, 1979, p. 181).

No campo da História Militar, são de realçar os conceitos relativos aos domínios da arte militar, definidos pelo General Loureiro dos Santos no seu livro «Apontamentos de História para militares» e que servirão como ponto de partida do enquadramento do trabalho.

De acordo com este autor, baseado nos conceitos de Eric Muraise, os domínios da arte militar definem-se como «as áreas onde é preciso actuar para definir e desencadear as operações que visem alcançar os objectivos com os meios disponíveis» (1979, p. 14). Desta forma, considera que «são quatro os grandes domínios da arte militar: a Política, a Técnica, as Doutrinas estratégicas, tácticas e logísticas e a Organização» (1979, p. 14).

### I.2 Elementos de Estratégia

Outro corpo conceptual importante para o tema a tratar e para a definição do modelo de análise, a ser conjugado com os conceitos dos domínios da arte militar, é o definido por Cabral Couto (1988), que aborda, no âmbito da Teoria Geral da Estratégia, o relacionamento a

---

<sup>7</sup> Poema «Horizonte» do livro **Mensagem**, p. 60.

<sup>8</sup> Para esse efeito segue-se a metodologia de síntese histórica, definida por Pierre Salmon, no livro **História e Crítica**, fazendo o **agrupamento dos factos**, a sua **interpretação** e finalmente a sua **explicação** à luz do modelo de análise construído para o efeito.

estabelecer entre a Política, a Estratégia e a Tática, sendo possível estabelecer uma equivalência nas áreas de actuação e no relacionamento entre os domínios da arte militar.

A Política, enquanto domínio da arte militar, corresponderá na Teoria Geral da Estratégia à Política na sua interligação com a Estratégia Total. Já ao nível da estratégia militar, o domínio da Técnica corresponderá genericamente à Estratégia Genética, o domínio das Doutrinas à Estratégia Operacional e finalmente o domínio da Organização à Estratégia Estrutural.

Tendo por base esta configuração, é possível enquadrar o modelo conceptual sobre as adequações feitas no Exército Português, nos domínios da Arte Militar, com o processo de planeamento estratégico. De acordo com Cabral Couto (1988, pp. 220-221), a Política, apoiada pela Estratégia Total, define os objectivos estratégicos a considerar e atribui os recursos necessários para os atingir.

Por sua vez, a Estratégia Total transforma estes objectivos estratégicos em objectivos estratégicos básicos e estabelece os meios e os processos para os atingir, articulados numa manobra estratégica. De seguida a Estratégia Total define para as Estratégias Gerais e Particulares, objectivos estratégicos intermédios. Estas, por sua vez, estabelecem a sua manobra estratégica, desdobrando-a nas estratégias genética, estrutural e operacional (1988, pp. 326-327)<sup>9</sup>. Desta forma, é possível efectuar uma transposição conceptual dos domínios da arte militar, para o campo concreto dos conceitos associados à Estratégia, de forma a melhor entender a contribuição destes últimos para os processos de adequação dos modelos externos. Da mesma maneira, pretende-se estabelecer a influência dos processos de adequação nas estruturas e no planeamento estratégico.

No entanto, tendo em conta os propósitos do trabalho, torna-se necessário aprofundar o nível de análise, pelo que, para o efeito, será concebido um modelo específico que auxiliará no melhor entendimento dos fenómenos. Mas para o construir é necessário alargar o enquadramento conceptual.

### **I.3 As Relações Internacionais**

De acordo com Joseph Nye, o início do período em análise, no nosso estudo, tem a sua correspondência ao nível das relações internacionais com o advento, pós Tratado de Vestefália, do «*estado territorial soberano como a forma dominante de organização internacional*» (2002, p. 3). Este actor do sistema político internacional, também designado Estado-Nação<sup>10</sup>, caracteriza

---

<sup>9</sup> Esta articulação entre domínios da Arte Militar e a Teoria Geral da Estratégia encontra-se desenvolvida no Apêndice A.

<sup>10</sup> Segundo o General Cabral Couto (1988, p. 21), o Estado-Nação tem como caracteres: um *território* bem definido, uma *população*, um *governo*, a *capacidade de estabelecer relações com outros Estados* e, acima de tudo,

«a forma de política mundial definida como sistema anárquico de estados, onde estes são relativamente coesos entre si, não reconhecendo, no entanto, nenhum poder superior acima do seu» (Nye, 2002, p. 3). Para muitos autores, o Estado-Nação continua, nos dias de hoje, a ser o principal actor do sistema político internacional<sup>11</sup>, mas não o único<sup>12</sup>.

Ainda de acordo com Joseph Nye (2002, p. 40) ao proceder-se à análise do sistema político internacional, devem ser considerados três níveis de análise: o sistema internacional, ao nível da sua estrutura e dos seus processos (fins e meios); o Estado, na sua natureza, e finalmente o papel do indivíduo.

Utilizando a regra da parcimónia, deve-se partir de uma análise sistémica estrutural. Quando esta se revelar insuficiente, deve-se partir para o estudo dos processos, do Estado e dos indivíduos, para melhor entendimento dos conflitos ou situações em causa.

Em jeito de conclusão sobre as perspectivas de análise das relações internacionais, pode-se afirmar que à medida que essas mesmas relações se têm vindo a adensar, ou a tornar mais complexas, surge alguma dificuldade em recorrer apenas a uma perspectiva para encontrar a sua explicação. Isso será conseguido com o auxílio de vários conceitos e mesmo de vários níveis de análise.

Transpondo os níveis de análise para o processo de adequação, proceder-se-á a um enquadramento de Portugal, em termos da estrutura do sistema político internacional, à identificação do papel do nível político e do próprio Exército no processo em cada período e, quando aplicável, identificar os militares estrangeiros que procederam à introdução dos modelos externos no Exército Português.

#### **I.4 Posicionamento histórico de Portugal**

Fazendo a transposição dos níveis de análise de Joseph Nye para o caso português, no espaço ibérico em que se insere, através da abordagem sistémica das estruturas, prevaleceu desde a época da Restauração até aos nossos dias, um sistema bipolar<sup>13</sup>, assente em «*Portugal, um Estado nacional, e Espanha, um Estado plurinacional,*» (Santos, 2004, p. 165).

---

*soberania*, que se traduz no não reconhecimento de qualquer autoridade externa como superior à sua, no interior do seu território.

<sup>11</sup> Sobre esse assunto ver **Elementos de Estratégia**, do General Cabral Couto.

<sup>12</sup> Ver o livro do General Loureiro dos Santos, **Convulsões. Ano III da «Guerra» ao Terrorismo**, sobre a actuação dos vários actores globais no momento: Estados Unidos, China, Rússia, Europa e Al-Qaeda.

<sup>13</sup> De acordo com o autor, esta estrutura já vigorava desde o período da assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494.



É através da aliança de Portugal com a Potência Marítima<sup>14</sup> que se consegue reequilibrar o poder na Península Ibérica, e garantir a sua posterior manutenção, nas ocasiões em que o sistema tendia para o desequilíbrio do poder. Não sem suportar os eventuais prejuízos para o País dessa mesma opção.

Para melhor se entender a postura de Portugal no Sistema Político Internacional e as linhas de força da política do Estado deverá ser abordado o perfil geopolítico do país. Diz o Professor Políbio de Almeida, que o perfil geopolítico de Portugal o torna um caso diferente dos demais, merecendo, por esse efeito, uma «*definição estratégica e geopolítica específica*» (1994, p. 40). Define as matrizes de Portugal do seguinte modo: «*é europeu; atlântico, partilha uma zona contígua ao Mediterrâneo; tem afinidades e interesses em áreas que transcendem o seu simples posicionamento geográfico*» (Almeida, 1994, p. 41).

Outro autor, o General Lopes Alves (1987, p. 50) define como núcleos fundamentais para Portugal: Espanha, Europa para lá dos Pirinéus; Magrebe, Brasil; Colónias Portuguesas e finalmente a Potência Marítima, que em cada período melhor pode apoiar os seus interesses atlânticos e ultramarinos.

Analizando a História, a partir do século XVII, altura de ascensão da Inglaterra ao estatuto de Potência Marítima, «*Portugal passou a situar-se no caminho das Grandes Potências Marítima e Continental, o seu espaço territorial tornou-se essencial para a Potência Marítima, que dele frequentes vezes necessitou como base de operações*» (Santos, 1991, p. 38).

## **1.5 As inovações militares**

No domínio da evolução tecnológica, aplicada às formas de coacção militar, é de salientar o conceito de Revolução nos Assuntos Militares (RAM), muito debatido actualmente no que diz respeito às transformações a realizar nas organizações militares, pretendendo a partir de uma análise histórica indicar caminhos para a sua orientação futura.

Dizem os teorizadores da RAM, como MacGregor Knox e Williamson Murray (2001), através de uma abordagem histórica, que o padrão das instituições militares ocidentais tem sido o de períodos de mudança brusca seguidos de períodos de relativa acalmia em que os exércitos se adaptam a alterações significativas no seu ambiente. Estes dois autores estabelecem dois conceitos: o de Revolução Militar (RM) mais profundo e abrangente e o de Revolução nos Assuntos Militares, mais circunscrito e controlável.

---

<sup>14</sup> Ver o livro **O equilíbrio ibérico**, de António Paulo Duarte, onde o tema é abordado e se refere que, a partir da Restauração, para Portugal garantir o equilíbrio ibérico houve que recorrer ao apoio da aliança com a potência marítima, o que o autor denomina de equilíbrio exógeno.

Assim a RM surge como o conceito principal, de maior alcance nas suas consequências e que tem como características principais a mudança fundamental que origina na estrutura da guerra, as reconstruções a que obriga nas organizações militares e a alteração da capacidade dos Estados em criar e projectar poder militar. Outra das características a destacar é o facto de serem incontrolláveis e imprevisíveis. Identificam cinco Revoluções Militares na História do Ocidente: A criação do Estado Moderno; A Revolução Francesa; A Revolução Industrial; A I Guerra Mundial; O advento das Armas Nucleares.

Quanto à RAM, esta é susceptível de direcção humana e, através do seu desenvolvimento, as instituições militares que estão em «*alerta intelectual*» (Knox e Murray, 2001, p. 12), podem obter vantagens significativas. Obrigam à conjugação de elementos táticos, organizacionais, doutrinares e inovações tecnológicas, de forma a implementar uma nova abordagem conceptual da guerra<sup>15</sup>.

Colin Gray (2006, p. 14), apesar de considerar o conceito de RAM útil, afirma que, em primeiro lugar, há que ter em atenção o contexto político e estratégico em que as guerras são travadas, para que se possa identificar a melhor forma de as travar e não depender apenas das inovações tecnológicas para obter vantagem significativa nos conflitos.

## **I.6 O processo de difusão das inovações militares**

No seu artigo «Systemic effects of military innovation and diffusion», Emily Goldman e Richard Andres (1999) afirmam que as revoluções militares possuem três dimensões: uma dimensão tecnológica, outra organizacional e finalmente uma dimensão social.

Partem do conceito de Inovação Militar Revolucionária, em tudo semelhante ao conceito de RAM, que consideram ser aquela que permite a um Estado empreendedor, que explora com sucesso o potencial de invenções militares em combate, demonstrar a sua clara superioridade sobre as técnicas mais antigas (Goldman e Andres, 1999)<sup>16</sup>.

Com base neste pressuposto, Emily Goldman e Richard Andres pretenderam estudar a forma como as capacidades e as práticas militares afectam o destino dos estados no sistema internacional, focalizando a sua análise no processo de difusão militar e nas condições sob as quais a tecnologia, as ideias e as práticas, associadas a estas inovações militares, são adoptadas e difundidas. Para o efeito, consideram existir quatro teorias que podem explicar a difusão militar:

---

<sup>15</sup> Em Anexo A constam as principais Revoluções Militares e consequentes Revoluções nos Assuntos Militares definidas por Murray e Knox.

<sup>16</sup> As Inovações militares consideradas pelos autores, no período da Idade Moderna são as constantes no Anexo B.

teoria neo-realista; a teoria de transições de poder; a teoria de Ofensiva versus Defensiva e finalmente a teoria das organizações<sup>17</sup>.

Quanto à situação Portuguesa, Loureiro dos Santos diz que «*em toda a História de Portugal, a defesa nacional tem como componente preponderante a estratégia diplomática*» (1991, p. 81). Os momentos de expressão da execução da estratégia militar, coincidem normalmente com momentos históricos de desafogo económico. Logo, a introdução das inovações militares reveste-se geralmente de um carácter pontual e acontece em situações de crise. Neste sentido, Martins Barrento fala de «tibetização» de Portugal, colocando o País fora da «dialéctica criadora, síntese do conformismo e da mudança» (2000, p. 269). Significa isso que o País geralmente fica afastado das conquistas tecnológicas, da evolução das organizações militares e das técnicas de combate, património das outras Nações Europeias.

### **I.7 Processos de Mudança das Organizações Militares<sup>18</sup>**

Quanto aos vários processos de mudança das forças militares, nos quais se podem incluir a adequação de modelos externos, é de referir que, segundo Theo Farrell e Terry Terriff, a mudança das organizações militares ocorre segundo três caminhos: o da «*inovação*», da «*adaptação*» ou da «*emulação*» (2002, p. 5). A inovação consiste em desenvolver novas tecnologias militares, tácticas, estratégias e estruturas; a adaptação consiste no ajustamento dos meios militares e métodos já existentes; quanto à emulação é definida como a importação de novas ferramentas e maneiras de fazer a guerra através da imitação de outras organizações militares (Farrell et al., 2002, p. 6).

Considera-se haver uma grande mudança das organizações militares<sup>19</sup> «*quando se verificam alterações nos seus objectivos, estratégias e/ou estruturas*» (Farrell et al., 2002, p. 5). Os autores dão como exemplos de alteração dos objectivos organizacionais, a mudança da missão primária dos Marines norte-americanos de Infantaria Ligeira para uma verdadeira força anfíbia. Outro exemplo é a mudança de uma estratégia naval, assente nos couraçados, para uma estratégia naval, assente nos porta-aviões, ou ainda a criação da Divisão da era atómica.

Quanto às fontes da mudança elas podem ser: as *normas culturais*; a *política e a estratégia*; as novas tecnologias (Farrell et al., 2002, p. 7).

---

<sup>17</sup> Pode-se de forma sincrética resumir estas teorias no quadro constante no Anexo C.

<sup>18</sup> Sobre uma perspectiva global do desenvolvimento das organizações militares ver **Military change in Historical Perspective** de Jeremy Black. O autor explora as limitações metodológicas e empíricas no estabelecimento de uma perspectiva teleológica das organizações militares, devido à sua grande diversidade, resultante da interacção com a Política e com o meio social envolvente.

<sup>19</sup> Os autores designam este processo por «military change».

Relativamente às normas culturais, estas consistem em «*crenças subjectivas sobre o mundo natural e social que definem os próprios actores, as suas situações e as suas possibilidades de acção*» (Farrell et al., 2002, p. 7). São subjectivas porque são crenças assentes e reproduzidas através da prática social.

A Política e a Estratégia ressaltam como a fonte mais óbvia da mudança, materializadas por uma «*alteração da ameaça à segurança nacional*» (Farrell et al., 2002, p. 10). Aqui, duas situações se colocam: em primeiro lugar, a perspectiva de derrota face a uma nova ameaça obriga a uma intervenção do poder político, que exerce pressão no sentido da organização militar proceder à sua transformação (Posen, 1984, citado por Farrell et al., 2002, p. 10) ou então é a própria organização militar que desencadeia a mudança (Rosen, Zisk, citados por Farrell et al., 2002, p. 10).

A última fonte de mudança consiste nas novas Tecnologias e sobre este ponto os autores referem que o desenvolvimento de novas tecnologias pode seguir uma ordem de sucessão natural, a que corresponde uma visão determinista, ou então as redes sociais dão origem a concepções rivais que não têm nada de natural e a que corresponde um visão sociológica.

Os autores, colocando o acento tónico nas fontes da transformação, referem que o processo pelo qual os desenvolvimentos estratégicos condicionam a transformação militar é por sua vez condicionado pela política do Estado e da própria organização, reforçando a ideia de que a política e a estratégia são inseparáveis.

Por outro lado, dizem ainda que as normas culturais podem moldar a acção do Estado, em particular a decisão de iniciar uma transformação militar, através da emulação da organização militar de outro Estado ou mesmo de uma Aliança<sup>20</sup>. Sobre a Técnica, referem que esta não é determinística, mas que pelo contrário, numa interacção com as outras fontes de transformação, afectam o curso e resultados da transformação militar.

Outra perspectiva sobre este processo tem a ver com o conceito de transformação<sup>21</sup>, referido por John Garstka, enquanto «*mudança sustentada, orientada para determinadas finalidades, geralmente em larga escala, levada a cabo com o objectivo estratégico de criar ou manter uma vantagem competitiva, ou de contrariar uma vantagem apresentada por um competidor novo ou já existente*» (2005, p. 8).

---

<sup>20</sup> Ver o artigo no mesmo livro sobre a criação do conceito de NRF da OTAN, emulado do conceito de CJF norte-americano.

<sup>21</sup> Para Colin Gray (2006, p. 11), o conceito de Transformação implantado também nas Forças Armadas norte-americanas, corresponde a uma evolução recente do conceito de Revolução nos Assuntos Militares.

Neste contexto, surge o conceito de Capacidade, que serve de medida de aferição da transformação e que tem com exemplos militares a capacidade de manobra, de ataque, de logística ou de comando e controlo. Cada uma destas capacidades compreende vários componentes: as Pessoas, os Processos, a Organização e a Tecnologia<sup>22</sup> (Garstka, 2005, p. 9).

## **I.8 Modelo Conceptual**

Tentando estabelecer uma síntese entre os conceitos de domínios da arte militar e da teoria geral da Estratégia, os métodos de difusão das inovações militares e os processos de mudança ou transformação das organizações militares, é possível construir um modelo de análise da adequação de modelos externos ao Exército Permanente Português<sup>23</sup>, para o estudo a realizar. Assim sendo, e seguindo a metodologia<sup>24</sup> de Quivy e Campenhoudt (2003, p. 144), o modelo tem como quadro conceptual o seguinte:

**Quadro 1 – Modelo conceptual da adequação de modelos externos**

Fontes da Adequação	Agentes da Adequação	Formas de Adequação	Áreas objecto da Adequação
Inovações tecnológicas	Militares Estrangeiros	Emulação	Objectivos
Novas ameaças			Meios Humanos
Novos objectivos políticos	Alianças Militares	Adaptação	Meios materiais
Novas normas culturais	Exército Português		Doutrina
			Organização

É possível ainda, em termos de campos de actuação, fazer corresponder as fontes e os agentes de adequação ao nível da *Política* e da *Estratégia Militar* e *Estratégia Militar Terrestre*; as formas de adequação recaem no campo da *Estratégia Militar Terrestre* e da *Táctica*, bem como as alterações introduzidas em cada uma das áreas.

Com base neste quadro conceptual e procedendo à análise dos períodos históricos referenciados, pretende-se estabelecer o relacionamento entre os conceitos, no sentido de medir a validação das hipóteses levantadas na introdução deste trabalho, com vista a obter a resposta à Questão Central e às Questões Derivadas.

<sup>22</sup> O autor estabelece a seguinte relação entre estes componentes e os componentes estabelecidos pelo Departamento de Defesa norte-americano: Pessoas: Pessoal, Liderança e Educação e Treino; Processos: Doutrina; Organização: Organização; Tecnologia: Materiais e Instalações.

<sup>23</sup> Outro modelo que pode ser estabelecido é o referido em **Um olhar actual sobre a «transformação» do Conde de Lippe** do MAJ Cav Miguel Freire.

<sup>24</sup> «A construção parte de um postulado ou conceito postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado» (Quivy e Campenhoudt, 2003, p. 144).

## **II. AS «ESCOLAS MODELADORAS» DA GUERRA MODERNA**

### **II.1 As Campanhas da Restauração e a Concepção Francesa do Conde de Schomberg**

#### **II.1.1 Fonte da Adequação - A ameaça espanhola**

Após a Restauração da Independência, o poder político, recentemente instituído, desencadeou uma acção conjugada ao nível das estratégias diplomática e militar (Ribeiro, 2004, p. 15), destinada a atingir os objectivos estabelecidos. Face à ameaça regional de invasão do núcleo territorial português, através da acção militar, o objectivo estratégico era resistir aos ataques militares da Espanha (Loureiro, 1991, p. 78). O motor de todo o processo será o poder político. É ele que irá desencadear as medidas necessárias ao nível da estratégia total, diplomática e militar, esta última nas suas vertentes estrutural e genética.

Ao nível da Estratégias Total e Militar é criado o Conselho da Guerra, logo a 11 de Dezembro de 1640, como órgão de conselho do monarca sobre as coisas respeitantes à guerra, o que, de acordo com Silva Ribeiro (2004, p. 17), constitui o antepassado remoto do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), abarcando ainda funções actualmente *«na esfera de competências do Ministério da Defesa Nacional»*.

No âmbito da Estratégia Genética criaram-se fábricas de ferro, de fundição de balas e Artilharia, de salitre de pólvora, estabeleceram-se coudelarias para a criação de cavalos.

Quanto à Estratégia Estrutural, socorrendo-nos de Carlos Selvagem (1999, p. 384), procedeu-se à reparação de castelos, fortalezas, muralhas e a fortificação de várias vilas de novo, de que se destacam Elvas, Olivença, Campo Maior, Serpa e Moura no Alentejo e Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção no Minho. Criou-se o cargo de Tenente General da Artilharia do Reino, nomearam-se Governadores das Armas do Alentejo, Algarve, Beira, Trás-os-Montes, Minho e Estremadura e restaurou-se a antiga organização das Ordenanças do Reino de 1570. A intenção era constituir um exército com três escalões de tropas: O Exército de Linha com 20.000 infantes e 4.000 cavaleiros, organizados em Terços de Infantaria e em Companhias de Cavalaria; Os Terços de Auxiliares, 25 das Províncias e 5 de Lisboa, constituindo uma reserva do exército, podendo em caso de necessidade assumir as funções do Exército de primeira linha; As Companhias de Ordenanças tinham uma função de depósito de recrutamento, arregimentando os soldados para as outras duas linhas, podiam guarnecer praças e fortalezas e prestar serviço local. Os Oficiais eram recrutados na nobreza. Inaugurou-se a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar.

No que diz respeito à Estratégia Diplomática, o poder político pretendia obter os apoios externos essenciais ao reforço do potencial estratégico nacional, através da obtenção de apoio

político, de material de guerra e da contratação de efectivos estrangeiros<sup>25</sup> (Ribeiro, 2004, pp. 16 e 23).

A assinatura pela França e pela Espanha do Tratado dos Pirinéus em 1659, permitiu a este último país centrar um maior número de recursos para a reconquista do poder em Portugal<sup>26</sup>. A resposta diplomática Portuguesa consistiu no reatamento da Aliança anglo-lusa, através do Tratado de Paz e Amizade, garantindo o apoio político e militar por parte da Inglaterra, em troca da tutela das relações comerciais portuguesas. Foram igualmente redobrados os esforços no sentido de contratar Oficiais e contingentes de tropas estrangeiras com experiência de combate. É neste contexto que surge a contratação do Conde de Schomberg, militar de grande experiência nos campos de batalha da Europa, recomendado pelo Marechal Turenne<sup>27</sup>. A sua chegada a Portugal, correspondeu à entrada na quarta e decisiva etapa da Guerra da Restauração, na qual o Exército conduz em simultâneo um esforço ofensivo e defensivo (Viana, 1996, p. 130).

No entanto, os Generais Portugueses resistem à vinda de Schomberg. Gonçalo Monteiro (2004, p. 278) afirma que «*os equilíbrios no interior da elite militar*» impediram Schomberg de assumir a chefia suprema do Exército Português. De realçar ainda, que um dos motivos para a vinda do Conde de Schomberg é algum desconhecimento das inovações técnicas e dos novos saberes militares, caracterizadores da evolução militar do século XVII, pelos chefes militares portugueses (Monteiro, 2004, p. 278), apesar de toda a sua experiência entretanto adquirida no campo de batalha.

Quanto às principais inovações tecnológicas introduzidas antes e durante o conflito, destaca-se pela sua importância a das armas de fogo Infantaria, o arcabuz e o mosquete (Hespanha, 2004, p. 11). A outra grande inovação diz respeito ao desenho das fortalezas, com a adopção do traçado italiano, destinado a enfrentar a ameaça da Artilharia. Este novo tipo de fortaleza permitiu aos pequenos Estados, a partir do século XVI, obterem maior autonomia, porque obrigavam, por parte do invasor, a um drástico aumento no tempo e nos gastos necessários para conquistar um território (Goldman e Andres, 1999). De acordo com António Hespanha, em Portugal é na Guerra da Restauração que o Exército experimenta o «*novo tipo de expugnação e defesa correlativo à Engenharia de Fortificação*» (2004, p. 17).

### **II.1.2 O Agente da adequação – O Conde de Schomberg**

A intenção da vinda de Schomberg, após vinte anos de conflito intermitente, seria conduzir a reorganização do Exército Português e introduzir novos elementos doutrinários na conduta das

---

<sup>25</sup> Sobre este assunto ver **Tropas estrangeiras em Portugal na Guerra da Restauração**, do Coronel Lima.

<sup>26</sup> Para o efeito, deslocou tropas dos teatros de operações do centro da Europa para o teatro ibérico.

<sup>27</sup> Sobre a vida destes dois militares, ver o Apêndice B.

operações ao nível tático. Pretendia-se desta forma, atingir o objectivo último da guerra, ou seja, derrotar a ameaça de invasão inimiga e garantir as condições para assinar a paz que consolidasse a independência de Portugal (Selvagem, 1999, pp. 434 e 436). Numa altura em que se previa o aumento da intensidade do conflito, tornava-se necessário aumentar os efectivos, recorrendo não só a tropas portuguesas, mas também estrangeiras. Para melhor enquadrar a actuação de todos, a melhor opção revelava ser a liderança estrangeira para o Exército.

Schomberg chegou a Portugal a 13 de Novembro de 1660, para ocupar o posto de Capitão General das Armas do Reino, correspondente ao Comandante em Chefe do Exército. Devido às resistências à sua vinda, foi-lhe atribuído o posto de Mestre-de-Campo-General, equivalente a Chefe de Estado-Maior e de Comandante das tropas estrangeiras. Conduziu viagens de inspecção às praças-fortes do Alentejo, propondo a fortificação, entre outras de Estremoz e de Évora. Apresentou ao Conselho de Guerra planos para a defesa do Alentejo. Nos períodos entre operações organizou, disciplinou e instruiu, de acordo com os padrões europeus, as tropas portuguesas (Selvagem, 1999, pp. 436-438).

### **II.1.3 A forma de adequação – A escola francesa do Marechal Turenne**

Como diz Carlos Selvagem, com Schomberg é «*o espírito da escola militar francesa que passava a informar a instrução e reorganização do exército português*» (1999, p. 436).

Mesmo com o seu campo de acção restringido às forças que operavam no Alentejo, a sua acção influenciadora foi significativa e contribuiu, de forma decisiva, para o desfecho do conflito. Analisando a guerra, podemos descortinar os momentos anteriores à vinda de Schomberg e aqueles em que a sua influência se fez sentir. As inovações incidiram sobre o campo da táctica, decorrendo da síntese entre os ensinamentos difundidos entre os exércitos do centro da Europa, inspirados nas escolas holandesa e sueca e as ideias inovadoras de Turenne nesta área.

### **II.1.4 Áreas de adequação - Inovações tácticas<sup>28</sup>**

Verifica-se, ao nível dos objectivos, que o exército de linha tinha como finalidade assegurar a defesa das praças-fortes fronteiriças, evitando o combate directo com o inimigo, procurando a vitória através do desgaste do potencial do adversário. Com Schomberg, à semelhança de Turenne (Carrias, 1960, p. 129), o objectivo passou a incluir a destruição das forças inimigas em batalhas decisivas. É aquilo que se verifica no Ameixial, em que o Exército Português procurou o contacto para derrotar o inimigo, o mesmo acontecendo em Montes Claros, quando o exército espanhol colocou cerco a Vila Viçosa.

---

<sup>28</sup> Ver Apêndice C.



Quanto aos recursos humanos e materiais, o nível político, por intermédio do Conde de Castelo Melhor, continuou o esforço de recrutamento de tropas nacionais e estrangeiras para o Exército de Linha. Quanto a Schomberg, prestou algum cuidado ao reforço das fortalezas, no sentido de garantir a sua defesa eficaz e a sua utilização como bases de operações, para fazer face às direcções prováveis de invasão inimigas. Selvagem afirma que Schomberg aproveitou ainda para «organizar, disciplinar e instruir à moderna as tropas portuguesas» (1999, p. 438).

Mas é no domínio da doutrina táctica que se verificam as grandes alterações. Apesar de se manter a ênfase na estratégia defensiva, procurou-se reconquistar a iniciativa, o mais cedo possível, assim que identificada a direcção do esforço inimigo e a sua intenção. Dessa forma, procurou-se, a partir da base de operações - localizada em Estremoz - deslocar as forças para fazer face ao inimigo, de forma a derrotá-lo em campo aberto.

Quanto a outras inovações tácticas introduzidas, Espírito Santo (2005, p. 44) destaca a introdução do acampamento em formação de combate, que garantia grande economia de tempo, máxima protecção e a implementação de um esboço de organização regimental, levando ao desdobramento dos antigos terços, criados a seguir à Restauração. Selvagem (1999, p. 438) refere ainda, a propósito de inovações, as marchas de costado e as novas formações de batalha adoptadas por Turenne.

Em suma, Schomberg «desenvolveu uma acção importante e profícua na reorganização do Exército e na modernização dos processos tácticos» (Matos, 1968b, p. 803) e «demonstrou ser um «organizador e um táctico» (Selvagem, 1999, p. 436).

## **II.2 A «Guerra Fantástica» e a Reorganização Militar Prussiana do Conde de Lippe**

### **II.2.1 Fonte da adequação - A fronteira entre a Potência Marítima e Continental**

No quadro da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), é possível identificar uma Guerra Continental e uma Guerra Marítima, sendo esta última travada entre a Potência Marítima, a Inglaterra, e a Potência Continental, a França aliada com a Espanha (Selvagem, 1999, p. 472). Neste contexto, dá-se a assinatura do Pacto de Família, no qual estes dois últimos países decidem coagir Portugal a entrar no conflito, sob ameaça de acção militar, de modo a privar a Inglaterra de bases navais no Atlântico.

O objectivo estratégico de Portugal é a tentativa de manutenção da neutralidade nos conflitos que se vão desencadeando. Para o atingir concorreu em primeiro lugar a estratégia económica, através da obtenção do desafogo económico, para o qual contribuíram as acções de manutenção das zonas de exploração económica das colónias. Em segundo lugar, concorreu a estratégia militar através do desenvolvimento e emprego de uma estrutura militar para a defesa do núcleo

territorial. Finalmente uma estratégia diplomática que visava diversificar os apoios externos, estabelecendo ligações diplomáticas e recebendo apoio de outros Estados Europeus (Santos, 1991, pp. 79 e 84).

Colocado então, numa posição de ter de optar entre manter a sua aliança com a Potência Marítima e enfrentar uma invasão terrestre, ou aliar-se à Potência Continental, pondo em causa a protecção das suas áreas de exploração económica fora da Europa e do tráfego marítimo, a opção recaiu pela aliança com a Potência Marítima. Como refere Loureiro dos Santos (1991, p. 80), a neutralidade pretendida por Portugal não é atingida sempre que a fronteira entre a potência marítima e a potência continental coincide com a fronteira terrestre portuguesa, por motivo de aliança da Espanha com a França, tendo o País que se aliar com a Potência Marítima.

Face à ameaça iminente da acção militar de Espanha, e não existindo um significativo *«aparelho de força no mar ou em terra»* (Barrento, 2000, p. 265), o poder político português decide recorrer ao auxílio militar da Potência Marítima para se defender. Pretendia-se, desta forma, compensar o *«débil potencial estratégico nacional»* e permitir aumentar as *«possibilidades portuguesas no domínio estratégico militar»* (Santos, 1991, p. 83).

Sobre as normas culturais, Martins Barrento (2000, p. 269) afirma que à época não existia nas mentalidades a insatisfação motivadora do aperfeiçoamento, que se repercutia na organização e operação do Exército e ao mesmo tempo o País estava afastado das *«conquistas tecnológicas, da evolução das organizações militares e das técnicas de combate»* (Barrento, 2000, p. 269), já em vigor noutros Exércitos. Como afirma Gonçalo Monteiro *«Portugal permanece na periferia do sistema militar europeu»* (2004, p. 332). Por esse motivo continuará a assistir-se a uma resistência baseada em comportamentos colectivos à tentativa de imposição de uma cultura militar por um General estrangeiro (2004, p. 332).

No campo das inovações tecnológicas, durante o século XVIII é introduzida a baioneta de olhal, que permite equipar com o mosquete de pederneira toda a Infantaria. Estas inovações permitirão em termos tácticos a implementação das formações lineares e o aumento do poder de fogo e da flexibilidade táctica (Black, 1999, pp. 156-160).

## **II.2.2 Agente da adequação - A vinda do Conde de Lippe<sup>29</sup> para Portugal**

Reconhecendo a incapacidade militar própria e dada a urgência face à iminência da invasão, o poder político em Portugal decidiu pedir auxílio a Inglaterra, no sentido de esta enviar chefes militares, soldados e material para auxiliar à constituição de uma força capaz de enfrentar a *ameaça*.

---

<sup>29</sup> Ver Apêndice D.

Quanto ao pedido de pessoal e material, chegam a Portugal, sob o comando de Lorde Townshend, tropas auxiliares inglesas, num efectivo estimado de 7 a 8 000 homens, organizados em 5 Regimentos de Infantaria, 1 Regimento de Dragões e 8 Companhias de Artilharia (Selvagem, 1999, p. 475). A 3 de Julho chega a Portugal o Conde de Lippe, juntamente com outros Oficiais ingleses e alemães, acompanhados por dois Batalhões de tropas suíças. No próprio dia da sua chegada é nomeado, por decreto régio, Marechal General do Exército, comandante de todas as forças terrestres em Portugal. De acordo com Carlos Selvagem (1999, p. 476), tratou logo da organização do Exército Português, constituindo o Exército de Linha com 15 000 homens, divididos em partes iguais, entre soldados portugueses ingleses e com os auxiliares e Ordenanças, guarnecendo as praças-fortes, num total de 25 000 homens.

Através de um conjunto de acções, conseguiu impedir o exército franco-espanhol de atingir os seus objectivos, até à assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Espanha, no início de 1763, que pôs fim ao conflito entre estes dois países. No entanto, a sua influência demonstrou ser mais profunda e significativa. Foi-lhe confiada a missão, pelo poder político, de proceder à reorganização do Exército Português, segundo o modelo prussiano.

### **II.2.3 Forma de adequação - A emulação da escola militar prussiana de Frederico II**

O Conde de Lippe pretendeu transpor para o Exército Português os preceitos da organização prussiana, num processo muito mais emulativo do que adaptativo. De acordo com Martins Barrento (2000, p. 278), no curto prazo, Lippe lançou as sementes para a reconstrução de um novo Exército. Pretendeu aproximar a instituição militar dos padrões modernos que preconizava, através das determinações sobre a organização, a acção sobre a instrução e a disciplina e o seu exemplo na forma como conduziu a campanha durante a «Guerra Fantástica».

No médio e longo prazo, diz Martins Barrento (2000, p. 279), temos como legado, entre outras medidas, o incremento dado à instrução das formações e a sua evolução à maneira prussiana, através da publicação dos Regulamentos para a Infantaria e a Cavalaria e as manobras conjuntas que realizou com a reunião de vários Regimentos. Outro aspecto a salientar relaciona-se com a sensibilização que tentou transmitir ao nível político sobre a premência das medidas a implementar para a melhoria do Exército.

### **II.2.4 Áreas de adequação - A transformação do Exército Português<sup>30</sup>**

Quanto aos ensinamentos que o Conde de Lippe tentará introduzir no Exército Português, como diz Carlos Selvagem, as principais reformas foram «*nos métodos de instrução, disciplina e sistema defensivo das fronteiras*» (1999, p. 481).

---

<sup>30</sup> Ver Apêndice E.

No entanto, foi na área dos recursos humanos que tiveram lugar o maior número de alterações introduzidas por Lippe. Concebeu o sistema de recrutamento pelos Regimentos, procedendo à relação dos Distritos nos quais podiam proceder às levadas de recrutamento (Barrento, 2000, p. 280). Emulando os regulamentos disciplinares de Frederico II, introduziu a disciplina prussiana no exército português. Estimulava-se o brio militar através do exemplo, mantinha-se a disciplina das tropas através de penas severas e conservavam-se sempre em treino, através de exercícios de táctica nos campos de instrução e manobra. Incentivou-se a instrução dos quadros através da instalação de bibliotecas em cada guarnição. O fardamento passou a ser mais uniforme. Criou-se o Real Colégio dos Nobres, onde se ensinavam os preparatórios para as profissões técnicas do Exército, a Artilharia e a engenharia (Selvagem, 1999, p. 481).

Quanto aos recursos materiais, restauraram-se várias fortalezas e construiu-se o Forte da Graça em Elvas, complementando o sistema defensivo das fronteiras.

No campo da doutrina, aperfeiçoou a ideia de constituir uma base de operações para fazer face às prováveis linhas de invasão inimigas, baseada em praças defensivas, que lhe proporcionassem protecção e apoio logístico. Com as suas forças concentradas nesses pontos, seria possível marchar sobre o adversário para impedir a sua progressão. O Conde de Lippe definiu essa região, a Norte do rio Tejo, na região de Tomar-Abrantes, a denominada posição central, «*zona de expectativa estratégica*» (Santos, 1991, p. 28).

Quanto à doutrina logística, definiu o Regimento como elo da cadeia logística e elemento chave da organização territorial, aumentando a responsabilidade dos Comandantes de Regimento, extinguiu as vedorias e implementou um sistema de inspecções (Barrento, 2000, p. 281).

Quanto à organização do exército, as alterações incidiram essencialmente sobre o Exército de 1ª Linha. Aumentou-se o seu efectivo em tempo de paz, perfazendo um total de 30 000 homens. Olhando para a distribuição das unidades, verifica-se que se localizavam, principalmente, em Lisboa e zona Estremadura, com cinco Regimentos, e no Alentejo, com nove, o que realça a importância estratégica desta região na contenção das invasões inimigas.

### **II.3 Síntese sobre o período da Era Moderna**

Com a Guerra da Restauração passou a predominar em Portugal a «*alternativa atlântica da aliança com a Grã-Bretanha*» (Macedo, 1987, p. 192), em oposição à hegemonia continental, encabeçada pela França. A partir desta época, a indispensabilidade do apoio da potência marítima para resistir à atracção espanhola prevaleceu sempre sobre quaisquer outras alianças (Santos, 1991, p. 84). Assim, a ameaça de invasão terrestre espanhola, constituiu a principal

fonte da adequação do modelo externo e numa menor escala as inovações tecnológicas da época, como seja a fortificação de traçado italiano, destinada a fazer face à Artilharia.

A 4ª fase (1660-1668) da Guerra da Restauração, considerada a fase decisiva, caracteriza-se por uma reacção enérgica à ofensiva geral espanhola, graças à influência de Schomberg, que constitui o agente da adequação, contratado pelo poder político português. O modelo alvo da adequação foi o modelo de referência do militar que procedeu à sua introdução, que procurou emular os ensinamentos do Marechal Turenne para o Exército Português.

Quanto às áreas de adequação, corresponderam à estratégia estrutural e operacional, tendo a acção de Schomberg incidido na introdução de inovações de natureza táctica e na organização e instrução das tropas, a par com a organização defensiva do Alentejo

No período da Guerra Fantástica, a fonte de adequação foi novamente a ameaça e consequente materialização de invasão terrestre espanhola, que obrigou o poder político a recorrer à contratação de um militar estrangeiro para constituir o agente da adequação de modelos externos ao Exército Português. Novamente, o militar pretendeu emular o seu modelo de referência à realidade do Exército Português, neste caso o modelo prussiano de Frederico II.

Quanto às áreas de adequação, pretendeu abranger o máximo, tendo as reformas do Conde de Lippe representado um marco no domínio estrutural, seguindo os padrões prussianos. Quanto à estratégia operacional, fez executar toda a campanha da Guerra Fantástica com base na área de expectativa estratégica, na região de Tomar-Abrantes (Viana, 1996, p. 134).

De forma genérica, as reformas introduzidas por este dois militares não resistiram à sua partida do País. Mesmo quando existe um legado normativo (Barrento, 2000, p. 281), como foi no caso do Conde de Lippe, o poder político, ao privilegiar a acção nas estratégias económica e diplomática, relegou para última prioridade o reforço do potencial estratégico, caindo o exército novamente numa situação de abandono, ainda para mais, considerando que pouco ou nada foi feito no domínio das normas culturais para adequar o Exército aos modelos externos.

Em suma, é possível construir um modelo que enquadre os processos de adequação dos modelos externos ao Exército Português na Época Moderna. De acordo com Fernando Costa (2004, pp. 333 e 334), para enfrentar as ameaças de invasão terrestre, o poder político em Portugal recorreu a militares estrangeiros, consagrados na sua carreira e apresentados por um poder tutelar, reorganizando um exército que não se encontra à altura da situação, ou que não consegue resolver a situação por si só. Sendo esta situação comum a outros Exércitos, no caso português, acentuou-se pela sua localização na periferia do sistema militar europeu.

### **III. AS INVASÕES FRANCESAS E A «ESCOLA» MILITAR INGLESA**

#### **III.1 Fonte de Adequação – O fracasso da campanha de 1801 e a ameaça francesa**

Numa época em que os Exércitos de Napoleão procuravam o domínio da Europa, sustentado por uma nova Revolução Militar, o poder político em Portugal, decidira encetar o processo de adequação do Exército Português às novas ameaças. Constatou-se que enquanto a perspectiva de uma acção militar inimiga sobre o território nacional permanecesse difusa, a estratégia militar em Portugal não constituía uma prioridade na política do Estado. Apenas quando a agressão se revelava ou mostrava iminente, se procurava preparar a força armada para a enfrentar. Em 1806, o Exército de Linha encontrava-se mal pago, indisciplinado, mal armado, sem instrução e sem comando (Selvagem, 1999, p. 495).

O Exército estava igualmente desmoralizado pela Campanha de 1801, onde uma vez mais se constatou que não poderíamos ser neutrais se não tivéssemos força (Barrento, 2000, p. 265). Como precursor da mudança, foi encomendado ao Conde de Goltz um estudo para a reorganização do Exército Português. Tendo por base as suas conclusões, que seriam trabalhadas por um Conselho Militar, presidido pelo Ministro da Guerra, foi difundida uma Determinação Real, a 19 de Maio de 1806, preconizando o modelo francês para o Exército Português, a que se seguiram outros diplomas publicados até Outubro de 1807 (IDN, 2005, p. 467).

No âmbito da estratégia estrutural as medidas preconizadas incluíam a criação do cargo de Comandante-Chefe do Exército, dependendo directamente do Rei e designado como Marechal-General do Exército (Nunes, 2004c, p38). Quanto à organização do Exército, passou a assentar em 3 Divisões geográficas, correspondendo aos Comandos das Regiões Militares e às áreas territoriais de recrutamento: A Divisão do Norte, com 4 Brigadas de Infantaria, englobando 8 Regimentos a 2 Batalhões, 4 Regimentos de Cavalaria a 4 Esquadrões e 1 Regimento de Artilharia; A Divisão do Centro com a mesma organização; e a Divisão do Sul, incluindo mais um Regimento de Artilharia (Selvagem, 1999, p. 495). Os Regimentos de Infantaria foram numerados de 1 a 24, os de Cavalaria de 1 a 12 e os Regimentos de Artilharia de 1 a 4. Os Regimentos localizavam-se à volta de Lisboa ou nas regiões fronteiriças. Para além disso, foram dados novos uniformes e bandeiras às tropas de linha, às Milícias e Ordenanças. Quanto aos efectivos dos Regimentos, os de Infantaria passaram a contar com 1 200 homens, os de Cavalaria com 613 homens e os de Artilharia também com 1 200 homens (Nunes, 2004c, p. 38).

Por alvará de 21 de Outubro de 1807 estabeleceu-se uma nova organização, agora para as Ordenanças e para as Milícias. Dividiu-se o Reino português em 24 Brigadas de Ordenanças, servindo de distritos de recrutamento para as tropas de linha. Elevou-se o número de Regimentos

de Milícias de 43 para 48, fixando-se o número total de milicianos em 52 848 homens. Quanto ao Exército de Linha não comportaria nos seus efectivos mais de 10 000 a 12 000 «*homens aproveitáveis*» (Selvagem, 1999, p. 496).

No entanto, mais uma vez o processo de reorganização falha, por tentar impor por decreto, aquilo que necessitava do enquadramento de outras medidas ao nível estrutural e genético. Planeadas com tempo e baseadas num poder político forte, organizado no âmbito estratégico e com uma instituição militar consolidada, pressupostos necessários para a criação de uma força militar credível.

Ainda em 1807 e novamente através da conclusão de um Tratado - assinado em Fontainebleau a 27 de Outubro de 1807 - a Espanha e a França determinam a partilha de Portugal entre si, comprometendo-se a Espanha a auxiliar a França na invasão do seu reino vizinho da Península Ibérica (Ribeiro, 2004, p. 56). A motivação francesa residia na possibilidade de quebrar a aliança portuguesa com a Potência Marítima da época, a Inglaterra, destinada a garantir a preservação dos territórios ultramarinos portugueses e a segurança das vias de comunicação entre as colónias e o continente. Quanto à motivação espanhola, entre outras vontades, estaria o objectivo de se alcandorar ao estatuto de única Potência na Península.

Por determinação real, a resistência encontrada pelo exército invasor de 20 000 homens, em Novembro de 1807, é praticamente nula, demonstrando também o pouco impacto que a reorganização iniciada no ano anterior teve sobre a prontidão do Exército, ao mesmo tempo que o núcleo do poder político retira para o Brasil. Materializava-se, desta forma, a incapacidade portuguesa para manter a almejada neutralidade, quando a linha de fricção entre as Potências Marítima e Continental assentava na linha de fronteira portuguesa e o outro actor regional da Península, a Espanha, alinhava com a Potência Continental. Era, à escala regional, a aplicação do princípio do equilíbrio de poder - estabelecer alianças com os adversários dos inimigos.

Após a ocupação de Portugal, o Exército foi desarticulado e praticamente desapareceu. Com as tropas de linha foi organizada a Legião Lusitana, cujo comando foi atribuído ao Marquês de Alorna, passando desde 16 de Março de 1808 a fazer parte do Exército Imperial Francês. Após o desembarque inglês, entre 1 e 5 de Agosto de 1808 e a expulsão das tropas francesas, Portugal passou a campo de batalha continental do Exército inglês, que aumentou o seu efectivo para 30 000 homens na Península.

Para enfrentar a ameaça de reiteração de esforços franceses para invadir o País, o poder político português em exercício no território nacional, materializado no Conselho de Regência e na pessoa de D. Miguel Pereira Forjaz, irá continuar os esforços de reorganização do Exército para integração nas forças aliadas. A partir do Verão de 1808, um Exército maior e melhor foi

erguido, na formação do qual os ingleses têm mão livre. No domínio tecnológico, desde o século XVIII que as armas de fogo pouco evoluíram. É o fim do Antigo Regime que gera novas concepções para a força militar. As inovações tecnológicas pesam pouco neste período.

### **III.2 Agente da Adequação – O General Beresford**

Durante a 2ª invasão francesa, o comando do Exército Português é entregue uma vez mais a um militar estrangeiro, o General William Carr Beresford<sup>31</sup>. É um dos aspectos da materialização do apoio externo da Potência tutelar, destinado a compensar a debilidade do potencial estratégico nacional, enviando militares, unidades e dando apoio organizativo e executivo (Santos, 1991, p. 83). Mas como aspecto importante a realçar, refira-se que agora a intervenção estrangeira não se destina somente a prestar auxílio para a defesa face à ameaça de invasão terrestre por parte de Espanha e da França, mas também, e principalmente, porque «a Potência Marítima considera essencial o uso do núcleo territorial português e das ilhas adjacentes para o desenvolvimento da sua estratégia militar» (Santos, 1991, p. 79).

Beresford chega a Portugal já com alguma experiência de comando, em vários campos de batalha e de ocupação de cargos políticos, podendo considerar-se como importante na sua escolha o facto de falar algum português, aprendido aquando da sua permanência na Ilha da Madeira (IDN, 2005, p. 468). A 7 de Março de 1808 é promovido a Marechal e nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Português (Ribeiro, 2004, p. 61). Numa primeira fase, irá submeter as forças portuguesas, então levantadas, a uma disciplina severa e introduzir inovações tácticas, integrando-as posteriormente no Exército de Wellesley, auxiliando este último a expulsar as tropas francesas da Península Ibérica.

Sendo Beresford um bom subordinado, um táctico competente e um comandante corajoso, no entanto alguns autores referem que as suas maiores qualificações estavam no campo da administração e da organização, apresentando-se «o Exército Português da Guerra Peninsular como uma criação essencialmente sua» (Mageli e Bongard, 1995, p. 79).

### **III.3 Forma de Adequação – Emulação do Exército Inglês**

Aproveitando a reorganização iniciada dois anos antes, os representantes do poder político português e o militar estrangeiro encarregue do processo de reorganização, procederam à adequação do Exército Português ao modelo do exército inglês. A intenção última é a sua integração no Exército anglo-luso, comandado pelo futuro Duque de Wellington.

Devido ao desmantelamento do Exército Português por altura da 1ª invasão francesa, apenas se mantiveram da estrutura anterior os 4 Comandantes dos Regimentos de Artilharia, bem como

---

<sup>31</sup> Sobre a biografia do Marechal Beresford militar e do Duque de Wellington, ver o Apêndice F.



os Inspectores da Cavalaria, Artilharia e Engenharia. Todos os restantes Regimentos recebem novos Comandantes. Dissolve-se a Legião das Tropas Ligeiras, integrando os seus elementos nos Batalhões de Caçadores (IDN, 2005, p. 468).

Como diz Mendo Henriques (2006, p. 23), foi necessário adaptar o Exército Português ao serviço de campanha do exército inglês. O treino dos recrutas servia para os habilitar a servir em conjunto com as unidades inglesas, os manuais de instrução foram traduzidos do inglês e as vozes de comando eram dadas desde o nível de Pelotão tanto em inglês como português.

No Exército de Linha todos os Sargentos e Praças eram Portugueses. Os Comandantes de Divisão eram na sua maioria ingleses, sendo que pouco mais de metade dos Comandantes de Regimento e Batalhão eram também ingleses, quanto aos restantes Oficiais, eram menos de um quarto em cada Unidade. Para melhor permitir o enquadramento inglês, os Oficiais que servissem no Exército Português recebiam um adiantamento de Posto.

Outro aspecto revelador da influência inglesa no Exército Português relaciona-se com as fontes de financiamento. Por acordos estabelecidos entre a Coroa Portuguesa e a Inglaterra, em Novembro de 1808, esta custeava o salário e a manutenção – para além do armamento, equipamento e fardamento – de 10 000 homens do Exército de Linha, número que passou a 20 000, após a abertura dos portos do Brasil à Inglaterra, em 1809, e para 30 000, por altura da construção das Linhas de Torres Vedras, em Janeiro de 1810 (Henriques, 2006, p. 24).

A Inglaterra tem mão livre na formação do Exército, com total poder dado pela Corte. Todas as reformas são implementadas com carácter de urgência, como a forma de responder à ameaça francesa. Para além da «mão livre» nos assuntos militares, a opinião inglesa tem um peso decisivo nos restantes aspectos da vida do país, em especial no Conselho de Regência onde têm assento. Em suma, o Exército Português levantado por esta altura, corresponde em tudo ao britânico, com a eventual diferença dos uniformes. *«É a organização britânica que se impõe, bem como o seu armamento, doutrinas, tácticas, critérios e valores»* (IDN, 2005, p. 302).

### **III.4 Áreas de Adequação – O novo Exército Português<sup>32</sup>**

O Marechal Beresford, em coordenação com o poder político português, implementa um conjunto de medidas complementares, das medidas desenvolvidas desde o ano anterior, em relação ao Exército. No âmbito dos *objectivos* manteve-se a finalidade de repelir uma invasão terrestre através da força armada. No entanto, passou a constituir um objectivo importante a integração das forças nacionais no exército aliado, onde actuariam combinadamente com as unidades inglesas.

---

<sup>32</sup> Ver Apêndice G.

No âmbito dos recursos humanos criou novos Quadros, impondo um limite conveniente para os Oficiais em serviço activo. Cuidou do bem-estar das tropas, aumentando-lhes o vencimento e garantindo a integridade e pontualidade dos pagamentos. Através da acção directa dos Oficiais ingleses integrados no Exército Português, impôs a disciplina e o aprumo baseados no modelo inglês. São criados os Depósitos de Instrução de Recrutas, de Cavalaria em Santarém e de Infantaria em Mafra. Os uniformes são reformulados, de modo a torná-los mais homogéneos com os equipamentos ingleses, introduzindo modelos mais práticos, beneficiando de 2 anos de campanhas (IDN, 2005, p. 469).

Quanto aos recursos materiais, o armamento e equipamento utilizados pelo Exército Português, durante o período das invasões francesas, eram de origem inglesa.

No âmbito da doutrina táctica, os Batalhões de Infantaria em combate formavam a 3 fileiras de profundidade, combatendo em ordem unida. Formada a linha e chegado o momento escolhido, cada unidade desferia uma série de descargas por Batalhões. Através de um controlo apertado era possível efectuar o fogo rolante ao longo de toda a linha. Após a realização de algumas descargas, a unidade marchava para novas posições ou executava uma carga à baioneta. Quanto aos Batalhões de Caçadores, consideradas como unidades de elite, combatiam em ordem aberta, formados em 2 fileiras à frente da Infantaria de Linha e da Artilharia. As Baterias de linha eram colocadas ao longo da linha de batalha, ligeiramente à frente das tropas e nos seus intervalos. As unidades de Cavalaria ligeira, a única existente no nosso Exército, desempenhavam missões de reconhecimento e segurança.

Quanto à doutrina estratégica, face à integração no Exército anglo-luso, o Exército Português pretendia garantir a expulsão do Exército invasor, através da actuação combinada com o Exército da Potência Marítima, que desempenhava o papel de poder tutelar. Dois aspectos importantes devem ser salientados na estratégia defensiva então utilizada pelo exército aliado: a utilização da estratégia da terra queimada, consistindo no abandono do terreno por onde as tropas francesas passavam, através da destruição dos recursos que não fosse possível transportar, atacando assim a sustentação do exército inimigo; e a constituição de três linhas de defesa fortificadas, à retaguarda das quais se esperaria as forças inimigas para as derrotar (IDN, 2005, p. 335).

No que concerne à doutrina logística, o serviço de subsistência estava bem organizado, baseado em depósitos e servido por comissários ou Oficiais de Intendência. Os reabastecimentos eram colocados o mais à frente possível. Os depósitos eram providos com abastecimentos fornecidos por Portugal e pela Inglaterra, através do apoio da Armada Inglesa, estabelecendo a ligação entre a Inglaterra e a Península Ibérica.

Quanto à organização, é criado um Batalhão de Engenharia (sapadores e mineiros), desenvolve-se a Artilharia, através da criação de 8 Baterias de Artilharia de Campanha, 2 Baterias de Artilharia de Montanha e 1 Batalhão de Condutores de Trem. Aumentou-se o efectivo dos Batalhões de Linha de 5 para 6 Companhias e criaram-se 12 Batalhões de Caçadores, «*verdadeiras unidades de elite nas guerras peninsulares*» (IDN, 2005, p. 468).

As unidades portuguesas eram integradas no exército aliado ao nível Brigada, utilizando equipamentos e armamento inglês, bem como as suas ordens de evolução e manobras de combate. Apenas na Divisão Ligeira Aliada, os Batalhões Portugueses são integrados directamente e não em Brigadas. Quanto aos Regimentos de Infantaria, estes actuavam com os seus dois Batalhões juntos, em contraste com os Batalhões ingleses, integrados directamente como unidades tácticas independentes nas Brigadas. Os Batalhões em ordem de batalha dispunham-se em linha ao lado um do outro, com três fileiras de profundidade, de modo a proporcionar o máximo poder de fogo. As Brigadas constituíam elo da cadeia logística, apresentando uma organização binária, a dois Regimentos. Integravam ainda um Batalhão de Caçadores, que actuava em ordem dispersa ou aberta à frente dos Batalhões de Infantaria de Linha. A Brigada portuguesa podia actuar como unidade independente ou era integrada numa Divisão Anglo-Portuguesa. Quanto às Divisões Aliadas, eram compostas por uma Brigada Portuguesa, a 5 Batalhões e duas Brigadas inglesas a 3 ou 4 Batalhões, perfazendo um total de 40% de tropas portuguesas. Duas Brigadas Portuguesas constituíam a única Divisão totalmente Portuguesa, operando em conjunto com a 2ª Divisão Britânica (IDN, 2005, p. 470).

Quanto à Artilharia, articulava-se em Baterias de Artilharia «a pé», distribuídas 1 Bateria por cada Divisão. Cada um dos 4 Regimentos de Artilharia era composto por 7 Companhias de Artilharia, nunca no entanto, se destacando mais do que 10 Baterias. Cada Bateria era composta por 6 peças de fogo de 6 ou 9 polegadas. As restantes Baterias dos Regimentos desempenhavam serviço de guarnição das fortalezas (IDN, 2005, p. 471).

A Cavalaria portuguesa estava organizada como Cavalaria ligeira, apresentando uma crónica insuficiência de montadas. Na sua orgânica contava com 12 Regimentos, mas nunca foi possível colocar em campanha mais de 6 Regimentos, integrados em duas ou 3 Brigadas a 2 Regimentos cada ou destacamentos de 3 Regimentos.

### **III.5 Síntese sobre o período das Invasões Francesas**

O processo de adequação da escola militar inglesa, ocorrido durante as Invasões Francesas, apresenta características semelhantes e diferenciadas em relação aos dois processos da Idade Moderna estudados. Nas fontes de adequação continua a desempenhar o papel de catalisador

específico a ameaça de invasão terrestre, materializada, neste caso, pela entrada das Divisões francesas no território nacional. A originalidade reside no facto de a primeira invasão materializar, ainda que de forma temporária, a conquista do território nacional. Este facto condicionou todo o processo posterior de adequação, visto que o Exército Português foi por esta altura desmantelado, sendo necessário proceder ao seu levantamento, sob a pressão de novas invasões a que havia que responder rapidamente.

A influência das normas culturais expressa-se ao nível da direcção superior do Exército, a cargo de Oficiais ingleses, através do inculcar de valores militares e ideias nos militares portugueses que passam a integrar o novo Exército. No domínio da tecnologia não se observa a existência de alguma inovação significativa que obrigasse ou contribuisse para um processo de adequação.

O agente da adequação foi novamente um militar estrangeiro, neste caso o Marechal Beresford, bem como o conjunto de Oficiais ingleses que constituíam a estrutura superior do Exército e alguns quadros intermédios. A novidade é que agora estes militares não são contratados pelo Exército Português para prestar um serviço que se diria mercenário, mas antes para actuar ao serviço do seu País e servindo os seus interesses. A estratégia de actuação inglesa consiste em financiar, equipar, treinar e enquadrar exércitos guarnecidos por soldados, quadros inferiores e alguns quadros intermédios locais, nos territórios essenciais à condução da sua estratégia militar. Para o efeito são nomeados os quadros superiores e intermédios ingleses para orientação da força. O objectivo é a sua integração num exército combinado, com unidades inglesas e de outras nacionalidades, sob comando superior inglês.

A forma de adequação continua a ser a emulação do modelo da Potência Marítima com a qual Portugal se encontrava aliado. Alcançou-se esse desiderato pela presença de grande quantidade de Oficiais Ingleses, com o objectivo explícito de integrar as unidades do Exército Português no conjunto das forças, fundamentalmente inglesas, que iriam operar na Península Ibérica.

Assim, o Exército Português que combateu nas Invasões Francesas foi levantado pelos militares ingleses, em estreita coordenação com a representação do nível político português. Donde, todas as áreas foram alvo do processo de adequação. Em resultado, foi possível aprontar um Exército para o combate, para em primeiro lugar, enfrentar a ameaça de invasão francesa e, depois, combater no restante da Guerra Peninsular. Por último, é de realçar o facto da influência inglesa no Exército Português se manter após o conflito, em resultado da permanência em Portugal dos militares ingleses que o integravam.

## **IV. PERÍODO DA GUERRA-FRIA**

### **IV.1 A integração na Estratégia Militar da NATO**

#### **IV.1.1 Fontes de Adequação – A adesão à NATO**

De acordo com António Telo (1996, p. 340), no sistema político internacional pós-II Guerra Mundial, a função de poder global passou a ser desempenhada pelos Estados Unidos da América, cuja estratégia assentava na capacidade de projectar poder para a Europa, Mediterrâneo e Médio Oriente, concluindo-se daqui novamente a importância do Atlântico Português<sup>33</sup> para a nova grande potência marítima, agora numa ordem bipolar com duas superpotências emergentes.

Com a agudização da Guerra-Fria, define-se a nova ameaça soviética, estabeleceu-se o novo quadro de segurança atlântica e acentua-se o protagonismo americano. Nesta conjuntura dá-se a assinatura do «*Acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos*», no ano de 1948, sobre a utilização da Base das Lajes pelos norte-americanos, correspondendo à integração portuguesa no sistema de segurança atlântico. Neste quadro de segurança euro-atlântica tem lugar a constituição do sistema de segurança para o Atlântico Norte - a NATO - à qual Portugal adere desde a sua fundação. Como refere Severiano Teixeira (2004a, p. 60), a adesão à NATO vem reforçar a posição de Portugal no quadro peninsular e no quadro global, confirma os vectores históricos da opção atlântica da política externa e a aliança com a potência marítima, com o declínio da aliança inglesa e a emergência dos Estados Unidos.

Na articulação entre a política e a estratégia, a concepção de defesa nacional seria alterada pela adesão à NATO, que muda toda a «*grande estratégia nacional*» (Telo, 1996, p. 321). Diz Severiano Teixeira (2004a, p. 62) que, de acordo com o novo conceito global e integrado de defesa, a organização institucional passou a designar-se por «*Defesa Nacional*». No domínio da estratégia estrutural é criado o cargo de Ministro da Defesa Nacional, ainda sem Ministério, a quem compete a «*orientação estratégica da política de defesa nacional e a coordenação dos três ramos*» (Teixeira, 2004a, p. 62). O Ministério da Guerra é extinto, criando-se no seu lugar o Ministério do Exército. Cria-se o ramo autónomo da Força Aérea, em consequência da sua importância estratégica. É também criado o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, surgindo ainda o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Ainda com a Lei de Bases da Defesa Nacional, em 1956, e a Organização Geral da Nação, para Tempo de Guerra, institui-se o Estado-Maior General das Forças Armadas e o Conselho Superior Militar, instituindo, através desta legislação, a dependência dos militares em relação ao poder político.

---

<sup>33</sup> Sobre este assunto ver o artigo **Razões políticas e estratégicas da participação de Portugal na OTAN** do General Pedro Cardoso publicado na revista «Baluarte».

Com a integração na NATO, a missão das Forças Armadas passa a integrar a defesa do espaço atlântico e a participação, dentro de uma lógica multilateral, na defesa da Europa.

No âmbito das normas culturais, de acordo com Severiano Teixeira (2004a, p. 60), a instituição militar estava receptiva à influência da NATO sobre o Exército, enquanto vector de modernidade, contribuindo «*decisivamente para a modernização profissional e o reequipamento técnico das Forças Armadas portuguesas*».

No campo da tecnologia, a adesão à NATO corresponde ao mais importante momento de introdução de novas tecnologias no pós-guerra em Portugal. A partir deste momento os Estados Unidos substituem a Inglaterra como fornecedor de tecnologia, equipamentos e formação.

#### **IV.1.2 O agente da adequação – O MAAG**

A adequação ao modelo NATO divide-se em duas fases de evolução. Uma primeira fase desenvolve-se até à assinatura do acordo de defesa bilateral, em 1951 e que se caracteriza pela utilização da NATO pelos Estados Unidos, para fazer ver a Portugal da necessidade de cedência de facilidades nos Açores, em tempo de paz. A segunda fase decorre, no essencial, entre 1951 e 1954, e tem como agente o Mutual Advisory and Auxiliary Group (MAAG), cuja missão oficial consistia em canalizar a ajuda militar americana, definindo prioridades para a ajuda e introduzindo novas técnicas e armas (Telo, 1996, p. 322).

Com as novas técnicas e equipamentos são necessárias reorganizações, formação no estrangeiro e no país, alteração de métodos e mentalidades. Ao mesmo tempo aumenta a dependência do exterior e o número dos gastos. Desta forma, a influência do MAAG, feita de forma orientada, produz mais efeitos do que os resultantes directamente das suas atribuições.

#### **IV.1.3 Forma de Adequação – A emulação do modelo norte-americano**

Seguindo o princípio das alterações introduzidas na estrutura superior da Defesa Nacional, destinadas a aproximá-la da dos outros membros da NATO, pretendeu-se aplicar o mesmo procedimento para as Forças Armadas portuguesas, procurando igual aproximação às Forças Armadas dos Países membros da Aliança Atlântica (Teixeira, 2004a, p. 62). O objectivo era garantir o cumprimento dos compromissos assumidos no quadro da NATO.

A contribuição do Exército para a NATO traduziu-se na criação de uma Divisão Independente, com a finalidade de vir a ser afectada a missões da NATO no continente europeu. De acordo com os Planos da NATO, esta Divisão actuaria integrada num Exército americano. Todo o processo de modernização, no quadro da NATO, desenvolveu-se em estreita coordenação e de acordo com os modelos das Forças Armadas norte-americanas, seja no campo

da organização, das operações, logística, formação e do armamento (Telo, 1996, p. 232 e Teixeira, 2004a, p. 62).

#### **IV.1.4 Áreas de adequação – A Divisão Independente<sup>34</sup>**

No campo dos recursos humanos, a influência da NATO em geral, e do Exército norte-americano em particular, dá-se através de processos de reciclagem, formação e especialização profissional dos quadros militares portugueses, em resultado da modernização dos aspectos técnicos de infra-estruturas e armamento (Teixeira, 2004a, p. 62).

Quanto aos recursos materiais, em resultado do «*Acordo de Auxílio Mútuo*», assinado em Janeiro de 1951, dá-se o processo de modernização do equipamento militar em duas áreas: na construção de infra-estruturas e na recepção de material de guerra de origem norte-americana. Ao mesmo tempo procede-se ao desenvolvimento do complexo militar industrial português, nas áreas de armamento ligeiro e munições, que viriam a ter repercussões nas Campanhas do Ultramar.

No domínio da doutrina constata-se, ao longo dos anos cinquenta, a evolução de um conceito de defesa do bastião ibérico, que exigia um Exército gigantesco de 15 Divisões, para a adopção dos conceitos NATO que preconizavam ser mais importante dispor de uma força reduzida mas altamente qualificada, do ponto de vista profissional, e equipada, do ponto de vista tecnológico.

As consequências, ao nível da organização, fizeram-se sentir no Exército, entre 1950 e 1956, desde logo, com a alteração do objectivo das quinze Divisões para apenas três Divisões, dirigindo as suas prioridades para a constituição de uma Divisão moderna, do tipo NATO. Em 1955 criam-se as primeiras unidades – o Grupo Divisionário de Carros de Combate e a Companhia Divisionária de Manutenção de Material. Em 1957 estava constituída a Divisão com aproximadamente dezoito mil homens. O seu QG estava situado em Santa Margarida e passou a denominar-se 3<sup>a</sup> Divisão ou Divisão Nun'Álvares.

Em 1959 procede-se à reforma da Organização do Exército. Para além do Ministério do Exército, passou a incluir 5 Regiões Militares e 7 Comandos Territoriais Independentes. Dispunha ainda de órgãos de execução de serviços do Exército e outros elementos não incluídos nos anteriores. Elementos das forças terrestres poderiam ser postos à disposição de comandos nacionais – navais, aéreos, conjuntos ou combinados – ou no cumprimento de compromissos assumidos pela Nação. Acautelava-se desta forma a participação da 3<sup>a</sup> Divisão na defesa da Europa (CECA, 1988, p. 191).

---

<sup>34</sup> Ver Apêndice H.

## **IV.2 O Exército e a Estratégia de Contra-Subversão**

### **IV.2.1 Fontes de Adequação – Nova ameaça e nova cultura**

No campo das *relações internacionais*, Portugal adere às Nações Unidas em Dezembro de 1955, juntamente com outros países como a Espanha. O poder político português é então confrontado com o espírito anticolonialista do movimento afro-asiático e não alinhado, dominante na Assembleia Geral. Segue-se um período de confronto ideológico, em torno da política colonial portuguesa, ao qual se seguirá o confronto diplomático e militar, com a União Indiana e com os movimentos de libertação africanos (Teixeira, 2004b, p. 69).

Em Dezembro de 1961, a União Indiana invade e ocupa Goa, Damão e Diu. No início desse mesmo ano, desencadeara-se o conflito em Angola, que alastrará, no continente africano à Guiné-Bissau em 1963 e a Moçambique em 1964.

Quanto à Potência Marítima da altura, os Estados Unidos, aliados de Portugal na NATO, o seu apoio, no início dos conflitos em África, estava direccionado para os movimentos de libertação, passando depois para segundo plano na sua agenda internacional. Apenas já para o fim do conflito, com nova administração norte-americana, voltou a apoiar Portugal, se bem que de forma dissimulada. Quanto às principais potenciais europeias, apesar «*da ausência de apoio diplomático explícito*» (Teixeira, 2004b, p. 72), as relações foram marcadas por alguma cooperação, principalmente por parte da França e da Alemanha Federal.

O objectivo estratégico do poder político imediatamente antes e durante os conflitos ultramarinos passa a ser a «*defesa intransigente do statu quo colonial*» (Teixeira, 2004b, p. 70). Os compromissos militares com a NATO foram praticamente suspensos, com a necessidade de encaminhar recursos para os teatros africanos. Dá-se o afastamento do espectro da ameaça continental, e uma nova ameaça concreta assume outra localização e natureza. Desloca-se para o teatro de operações africano e adquire uma forma não convencional: a guerra subversiva. A política de defesa assume como prioridade as questões coloniais e a preparação do Exército para a condução da guerra contra-subversiva.

No campo das normas culturais, a conformação dos processos de planeamento ao modelo NATO levou a uma maior autonomia do Exército no campo das informações e de análise estratégica, o que permitiu antecipar os conflitos coloniais e a sua forma de resolução<sup>35</sup>. Criou-se, desta forma, a necessidade de, face a uma nova ameaça, criar uma nova doutrina. Para o

---

<sup>35</sup> Sobre a influência da cultura NATO no Exército Português ver ainda **Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica** de António Telo.



efeito, recorreu-se aos Exércitos de Países aliados com experiência em contra-subversão, a Inglaterra, a França e numa escala mais reduzida, os Estados Unidos da América.

Quanto à tecnologia, de acordo com John Cann (1997, p. 47), constitui um factor pouco desenvolvido durante o conflito, donde se depreende que a sua contribuição para a adequação se processou através da actualização dos armamentos, principalmente os ligeiros, face à natureza do conflito.

#### **IV.2.2 O agente da adequação – O Exército Português**

Face à nova ameaça da guerra subversiva e à nova mentalidade importada pelo Exército Português do modelo NATO, estavam criadas as condições para a adequação de modelos externos. No campo da doutrina, os militares portugueses em contacto com as realidades de Exércitos aliados, bem como o Estado-Maior do Exército (EME) e o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) (Cann, 1997, p. 45), foram os principais agentes da adequação.

Em 1953, Oficiais Portugueses frequentaram nos Estados Unidos o Curso de Estado-Maior de Pequenas Unidades, para desempenho de funções de Estado-Maior aos níveis regimental e de batalhão. Os ensinamentos trazidos foram incorporados nos Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) e Curso de Promoção a Capitão (CPC) (Cann, 1997, p. 40).

Começou-se por obter manuais franceses e ingleses de contra-subversão e em 1958-59 foram enviados cinco Oficiais para o Intelligence Centre of the British Army (Centro de Informações do Exército Britânico), para frequentarem cursos de informações. Estes cursos dispunham de uma forte componente de Guerra Subversiva, resultante da experiência inglesa na Malásia, no Quénia e em Chipre (Duarte, 2002, p. 26 e Cann, 1997, p. 40). Dois desses Oficiais foram posteriormente nomeados instrutores no IAEM, onde introduziram o problema da Guerra Subversiva nos cursos nacionais.

Ainda em 1959, um Oficial frequentou um curso de acção psicológica na Escola Militar de Paris. No mesmo ano, um grupo de seis Oficiais estagiou, durante quinze dias, no Centre d'Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla, na Argélia<sup>36</sup> (Duarte, 2002, p. 26, Cann, 1997, p. 40 e CECA, 1990, p. 136). Para além destes contactos, dois Oficiais estrangeiros experientes, um inglês e outro francês, proferiram conferências sobre guerra subversiva no IAEM, em 1959 e 1960 (CECA, 1990, p. 136).

#### **IV.2.3 Forma de Adequação – A adaptação doutrinária**

O IAEM esteve na génese e no desenvolvimento da doutrina de contra-subversão (Duarte, 2002, p. 31). Orientados pelos instrutores das várias áreas, o Curso de Estado-Maior de 61/62

---

<sup>36</sup> Ver depoimento do General Almiro Canelas (Antunes, 1996, pp. 191-200).

elaborou os «*Apontamentos para o emprego das forças militares em Guerra Subversiva*» (Cann, 1997, p. 42). Este documento serviu de base para a elaboração, pelo EME, do manual de doutrina «*O Exército na Guerra Subversiva*», concluído em 1963 e revisto em 1966, com base na experiência operacional entretanto adquirida.

De acordo com John Cann (1997, p. 43), o material recolhido incluía elementos essenciais das doutrinas inglesas e francesas e relatos das suas experiências na Malásia, Quênia, Indochina e Argélia, e, em número mais modesto, material norte-americano. Outro documento importante para a elaboração da doutrina foi a publicação «*Guerra Revolucionária*», cujo conteúdo recolheu inspiração na teoria francesa da Guerra Revolucionária (Duarte, 2002, p. 32).

#### **IV.2.4 Áreas de adequação – A transformação do Exército para a Contra Subversão<sup>37</sup>**

Face ao novo objectivo estratégico nacional, e após o estudo dos ensinamentos ingleses e franceses, alterou-se o objectivo principal do Exército Português, passando a ser a condução da manobra militar de contra-subversão nos três teatros de operações (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Esta alteração iria obrigar a uma profunda transformação no Exército, a todos os níveis, no plano dos recursos humanos e materiais, na doutrina militar e na organização da instituição. Como diz John Cann (1997, p. 73), Portugal transformou o Exército para se adaptar à guerra, em vez de tentar mudar a guerra para se adaptar ao Exército.

Quanto aos recursos humanos, as adaptações centraram-se na instrução das tropas sobre o novo tipo de guerra a conduzir, emulando a experiência inglesa do treino de selva, contra um inimigo furtivo, como a chave para o sucesso (Cann, 1997, p. 74). No âmbito dos recursos materiais, os principais fornecedores passaram a ser os países europeus que de forma mais ou menos dissimulada apoiavam Portugal, como sejam a França, a Alemanha e a Espanha, com uma participação decisiva das indústrias nacionais de defesa no esforço de guerra (Teixeira, 2004b, p. 78).

O domínio onde as influências estrangeiras foram mais significativas, devido à sua novidade, foi o da doutrina. A estratégia de contra-subversão implementada decorria da política de defesa nacional que preconizava a resistência e sobrevivência do Império Português em África. A acção militar destinava-se a manter a ordem nas colónias e a derrotar a subversão. Era conjugada com os esforços diplomáticos, para neutralizar a acção externa dos inimigos e obter apoios internacionais, garantindo a possibilidade de diálogo com os movimentos insurgentes. Apostava também no desenvolvimento social e económico das populações para criar um sentimento de pertença efectiva a Portugal (Cann, 1997, pp. 46 e 47).

---

<sup>37</sup> Ver Apêndice I.

Neste período, as principais inovações doutrinárias encontram-se ao nível tático, dando-se especial ênfase às operações de Pequenas Unidades (PU) na guerra contra-subversiva. Considerando o objectivo estratégico de obter e garantir o apoio das populações, a táctica devia empregar meios inovadores, evitando, ao mesmo tempo, as tácticas das guerras convencionais que, pelos seus efeitos destrutivos, poderiam levar à alienação da população para os movimentos de libertação. É colocada ênfase na instrução das tropas de forma a garantir a sua adaptação às novas tácticas. Mantendo o conflito em baixa intensidade, a manobra militar procura subjugar as acções violentas do adversário e a mesmo tempo garantir a segurança das populações.

Para implementar a nova doutrina torna-se necessário criar uma nova organização. A organização territorial delineada foi adaptada e modificada pelo Exército Português, com base na organização francesa de «*Quadrillage*», utilizada na Argélia, e na organização inglesa denominada «*Framework deployment*», utilizada na Malásia, entre 1948 e 1960 (Cann, 1997, p. 65). A quadrícula implementada estava estruturada em Regiões Militares, Comandos Territoriais, Zonas, Sectores e Zonas de Acção de Batalhão. Existiam também forças de intervenção, à semelhança da Argélia, compostas por tropas especiais, destinadas a realizar operações ofensivas. Com o desenrolar das operações, a estrutura de comando foi sofrendo uma alteração gradual e ponderada, adaptada a cada um dos Teatros de Operações.

A organização empregue para a condução das operações assentava nas PU de Infantaria ligeira. Estabeleceu-se um compromisso entre a criação de um novo Exército, assente neste tipo de unidades, e a adaptação do Exército existente ao novo tipo de luta, através do levantamento de unidades de Artilharia e de Cavalaria, para actuarem também como Infantaria Ligeira, mantendo as tradições das respectivas armas (Cann, 1997, p. 71).

As Companhias de Infantaria Ligeira eram consideradas o melhor tipo de unidades para este tipo de conflito. Estavam organizadas em Grupo de Combate, que equivaliam a Pelotões, sendo que o seu número resultava da influência norte-americana nos anos NATO (Cann, 1997, p. 72).

Em suma, Portugal estudou os erros ingleses e franceses nas suas campanhas e aplicou as suas lições. Dos ingleses utilizou o princípio da flexibilidade táctica, através da implementação da táctica de PU e da instrução dada às tropas à chegada ao TO respectivo, e dos franceses extraiu o conceito de Guerra Revolucionária. Para John Cann (1997, p. 81), a estrutura que Portugal implementou estava a funcionar eficazmente em 1968 e permitiu manter os territórios ultramarinos até 1974.

### **IV.3 Síntese sobre o período da Guerra-Fria**

Quanto à integração na estratégia militar da NATO, as fontes preponderantes da adequação foram as normas culturais e a tecnologia. Através da introdução profusa de novas tecnologias no Exército Português, tanto ao nível do armamento, equipamentos de comunicações e viaturas, entre outros, foi possível, mesmo que de forma limitada, obter um salto qualitativo de relevância. Sobre as normas culturais, os militares entendiam a necessidade de adaptar o Exército às novas ameaças do tipo convencional e só através do apoio norte-americano seria possível consegui-lo. Mas, neste domínio, a alteração foi mais profunda, visto que, como diz António Telo (1996, p. 343), o acesso às novas tecnologias, formas organizativas e mentalidades, promovem uma mudança cultural profunda no Exército e na própria sociedade portuguesa.

O agente da adequação identificado é exterior ao Exército e identifica-se como tendo sido o MAAG, que soube, através do fornecimento de material, introduzir novas doutrinas e modelos organizacionais, mesmo contando com a resistência de alguns sectores da estrutura da Defesa Nacional. Quanto à forma de adequação ela foi de emulação do modelo norte-americano.

Quanto às áreas abrangidas pela adequação, elas foram praticamente todas, desde os recursos, passando pela doutrina e pela organização. A influência norte-americana fez-se sentir profundamente, partindo da introdução de novos equipamentos e da necessidade de operar integrados com forças norte-americanas. No entanto, esses resultados abrangentes tiveram o seu maior impacto na Divisão atribuída à NATO. Face à escassez de recursos, não foi possível alargar a todas as forças operacionais a adequação do modelo NATO. Mas pode-se afirmar que a alteração mais abrangente ocorreu ao nível das mentalidades, como se comprovaria na década de sessenta, durante as Campanhas do Ultramar.

Sobre as fontes de adequação preponderantes no caso nas Campanhas do Ultramar, identificam-se a existência de uma nova ameaça, a guerra subversiva e alteração das normas culturais. Quanto a estas, a influência da NATO abriu o Exército Português ao exterior, que procurou, dessa forma, aprender com outros Exércitos, as lições sobre o novo tipo de conflito.

De todos os casos estudados até ao momento, este foi o primeiro em que o agente da adequação foi o próprio Exército Português e não um agente exterior, o que reflecte a evolução, tanto em termos profissionais como culturais, que a adesão à NATO provocou. Quanto à forma de adequação ela foi, essencialmente, de adaptação e já não de emulação. Procurou-se aprender com as lições de outros, implementar os aspectos mais positivos de várias doutrinas estudadas, neste caso a inglesa e a francesa, mas adaptado à situação particular portuguesa e a cada um dos TO. Para além disso, procurou-se, durante o evoluir do conflito, corrigir os aspectos necessários e melhorar ainda mais.

Todas as áreas foram atingidas pela adequação, destacando-se a introdução da doutrina de contra-subversão, baseada nas experiências estrangeiras, mas adaptadas ao caso português, e a organização das forças para a contra-subversão. Neste caso é possível afirmar que se está perante um caso de Transformação no Exército Português, devido ao alcance e à mais valia das alterações introduzidas.

## **V. AS INFLUÊNCIAS MULTILATERAIS DA ACTUALIDADE**

### **V.1 Fontes de Adequação – O Estado Pós-Moderno e as novas missões**

De acordo com Robert Cooper (2006, p. 29), no quadro das relações internacionais e após o fim da Guerra-Fria, o mundo deixou de formar um sistema político único. Para este autor, passam a existir diversos mundos: um Mundo Pré-Moderno, em que o Estado deixa de dispor do monopólio legítimo sobre o uso da força; Um Mundo Moderno, em que permanece intacto o sistema de Estado clássico e em que estes detêm o monopólio da força e podem estar preparados para a usar contra outro qualquer Estado e no qual se incluem os Estados Unidos; E por último, um Mundo Pós-Moderno, baseado na abertura e transparência, de que o exemplo mais desenvolvido é a Europa Pós-Moderna, nascida entre outros, do Tratado de Roma e do Acordo Multilateral sobre a Limitação de Forças Convencionais na Europa (Acordo CFE).

Pela sua integração no seio da União Europeia, Portugal encaixa no perfil de Estado Pós-Moderno. O que significa que no seu relacionamento com outros Estados Pós-Modernos não se vislumbram ameaças de segurança no sentido tradicional. Em consequência, num Estado Pós-Moderno, menos dominador por natureza, em que o desenvolvimento pessoal e o consumismo se sobrepõem, o recrutamento para as Forças Armadas torna-se mais difícil, ao mesmo tempo que a tecnologia faz com que sejam necessários menos recursos humanos.

Com o fim da Guerra-Fria assistiu-se à emergência de uma nova ordem internacional, unipolar do ponto de vista militar, com a supremacia dos Estados Unidos. Este novo enquadramento e o posicionamento internacional de Portugal levam a que ao atlantismo tradicional, ou seja, à aliança com a Potência Marítima, se junte agora a europeização. À relação com os Estados Unidos e com a NATO junta-se agora a relação com a União Europeia. Em suma, Portugal adopta uma postura «euro-atlântica» (Teixeira, 2004c, p. 97), expressando uma tendência observável na política externa em vários momentos<sup>38</sup>, de diversificação de apoios externos.

Ao mesmo tempo, com a emergência de uma postura mais interventora das Nações Unidas, no quadro da segurança internacional, surge uma nova geração de operações de paz. Portugal passa a participar activamente nessa segunda geração de operações, constituindo um eixo fundamental da política externa do país e um factor de modernização e relegitimação das Forças Armadas (Teixeira, 2004c, pp. 107-108).

Quanto às **ameaças** enfrentadas pelos Estados Pós-Modernos, articulam-se em ameaças pré-

---

<sup>38</sup> Ver **Linhas de acção estratégica da política de defesa nacional** do TGEN Pinto Ramalho e **A europeização da política de defesa** de Álvaro de Vasconcelos, publicados na revista «Estratégia».

modernas, como o crime organizado e o terrorismo, e ameaças modernas, como as armas de destruição maciça. Já Loureiro dos Santos (2004, p. 200) recorre a outra classificação. Para além das ameaças tradicionais que se apresentam aos Estados, identifica novas ameaças, cujos actores são de natureza criminosa ou política. A principal ameaça é a do terrorismo global, promovida por um actor não clausewitziano, cujo objectivo é estabelecer uma nova ordem mundial. O seu método de actuação é o atentado terrorista suicida, potenciado pela proliferação de armas de destruição maciça e pelo acesso às novas tecnologias de informação, consubstanciando um terrorismo global ou pós-moderno. Quanto às ameaças de natureza criminosa, o enfoque dá-se ao nível do crime organizado, em especial na forma de máfias. As suas actividades passam pelo tráfico de droga, de pessoas e de armas.

Sobre a estratégia para combater estas novas ameaças, existem duas abordagens possíveis. A primeira corresponde à abordagem norte-americana, que assenta na hegemonia, através do controlo por meios militares, se necessário, «*das políticas externas de todos os estados potencialmente ameaçadores*» (Cooper, 2006, p. 88). A resposta europeia pós-moderna consiste em alargar cada vez mais o sistema de império cooperativo. Isto não quer dizer que as duas abordagens sejam incompatíveis entre si. Como diz Robert Cooper (2006, p. 89), uma solução poderá ser a colocação de um pouco de cada uma das políticas em prática. No entanto, o autor refere que para ser um actor credível a Europa necessita de contribuir mais no campo militar.

Quanto a Portugal, passou de «*consumidor líquido de segurança internacional*» para «*produtor de segurança internacional*» (Teixeira, 1999, p. 31). Durante o Pós-Guerra Fria a acção do Exército é marcada pela presença em missões de gestão de crises, operações de paz e missões humanitárias. Estas decorrem no âmbito de três organizações internacionais de que Portugal faz parte: a NATO, a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Na sua condição de Estado Pós-Moderno, Portugal não participa em Operações de Apoio à Paz (OAP) por qualquer estratégia intervencionista ou política de força. Antes pelo contrário, Portugal participa a pedido das várias organizações, ao abrigo dos compromissos assumidos e com um estatuto diplomático definido.

Quanto à vertente da tecnologia, existe uma predominância da potência hegemónica, ao nível militar, na utilização das inovações tecnológicas, no sentido de obter predominância no campo de batalha e derrotar os seus adversários. No entanto, segundo Colin Gray (2006, p. 15), à luz dos conflitos recentes, a solução não passa exclusivamente pela aposta nas inovações tecnológicas, mas por ter também em atenção todo o contexto – político, estratégico, cultural, tecnológico, entre outros - em que as guerras são travadas.

A participação portuguesa em operações de apoio à paz, pelos desafios colocados, é claramente um importante factor na modernização do ponto de vista tecnológico (Teixeira, 1999, p. 31). Mais recentemente a integração nas várias NRF e, num futuro próximo, nos Battlegroups, pode constituir um factor acelerador do processo de actualização tecnológica<sup>39</sup>.

Sobre as normas culturais, a participação num novo tipo de missões constitui um factor de modernização da cultura estratégica, facilitando a necessária alteração de mentalidades, quando se trata de enfrentar novas ameaças, diferentes do inimigo convencional. À semelhança do ocorrido durante as Campanhas do Ultramar, é necessário produzir alterações nos padrões de conduta e nas convicções, no sentido de melhor cumprir as novas missões. Isto sem esquecer o papel das OAP e da integração das estruturas da NATO e da UE, na revitalização da carreira militar, constituindo um desafio para a instituição no seu percurso para a profissionalização (Cordeiro, 2005a, p. 5).

De acordo com um inquérito realizado a militares participantes em OAP (Carreiras, 1999, pp. 65-95), constata-se uma forte adesão a este novo tipo de missões. Que podem por este motivo, reforçar significativamente a identidade profissional e o reconhecimento social do papel dos militares. Podem também por esta via contribuir para *«adicionais transformações, não apenas em termos do exercício da profissão militar como também da própria concepção de Defesa Nacional»* (Carreiras, 1999, p. 93). Alargada a novas áreas como sejam a valorização dos Direitos Humanos, da assistência humanitária ou da monitorização de processos de paz e alargada para além do território nacional. Significa isto que, na actual situação, o militar passa a dispor de um carácter *«globalista»*. Deverá estar preparado para lutar pela sua Nação, mas também para defender a ordem global, tanto em operações de combate como em OAP (Carrilho, 1999, p. 62).

Outra componente importante das normas culturais relacionada com a cultura estratégica, como refere Jean-Yves Haine (2005, p. 28), é a necessidade de proceder a uma transformação da visão assente na defesa terrestre e adoptar uma perspectiva do levantamento de forças expedicionárias, actuando de forma conjunta e combinada.

## **V.2 Agentes de Adequação – A UE, a NATO e o Exército Português**

Os agentes que contribuem para a adequação correspondem, por um lado, às prioridades da política externa portuguesa e às organizações das quais o país é membro, principalmente a

---

<sup>39</sup> Ver sobre a modernização tecnológica do Exército Português, de acordo com as influências NATO e da UE, **A transformação e integração da Defesa na OTAN e na UE: novos desafios** do MAJ Carrico e **Portugal e a Transformação**, dos TCOF Fonseca, Oliveira e Dias, ambos publicados na colectânea da Academia Militar, **A transformação da Defesa**.



NATO e a União Europeia, na sua vertente de segurança e defesa. Por outro lado, o elemento decisivo no processo de adequação será sempre o próprio Exército Português, em sintonia com as orientações do nível político, expressas, fundamentalmente, no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e no Conceito Estratégico Militar (CEM).

Quanto à vertente europeia de segurança, não sendo uma prioridade inicial, verifica-se que, com o Tratado de Maastricht de 1991, passou a constituir um dos pilares da União Europeia através da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) (Teixeira, 2004c, p. 97). O Tratado de Amesterdão, por sua vez, não trouxe grandes alterações à PESC, inscrevendo apenas as missões de Petersberg no quadro da UE. A grande alteração surge na sequência da cimeira franco-britânica de Saint Malo em 1988, onde se estabelece uma capacidade de defesa autónoma no seio da UE. Em consequência, foi consagrada no Tratado de Nice em Dezembro de 2000 a Política Europeia de Segurança e Defesa.

No plano das instituições são constituídos três novos órgãos permanentes, homólogos das estruturas político-militares da NATO: o Comité Político e de Segurança (COPS), o Comité Militar e o Estado-Maior, passando a UE a ter de facto uma dimensão militar. Quanto ao plano das capacidades efectivas, é decidido pelo Conselho Europeu de Helsínquia a criação de uma Força de Reacção Rápida (FRR), com um efectivo de 60 000 homens, com um grau de prontidão de 60 dias e sustentação de 12 meses, que deveria estar pronta até ao final de 2003<sup>40</sup>. Neste ano surge o conceito de Battlegroup, por iniciativa franco-inglesa. Com um efectivo de 1 500 militares, devem ser projectados até dez dias após ser tomada a decisão do seu emprego, como força autónoma, devendo atingir a sua capacidade operacional em 2007.

Em consequência dos HHG de 1999, a experiência das primeiras operações e da Estratégia Europeia de Segurança (Carriço, 2005, p. 54), a UE estabeleceu um novo Headline Goal 2010, centrado nos Battlegroups, destinados a criar as condições para que outras forças entrem no TO, enquanto as FRR se destinam a cumprir missões de manutenção da paz (Freire, 2004, p. 15).

Portugal à medida que aprofunda a sua integração europeia, especialmente após a primeira presidência da União Europeia em 1992, percorre um caminho de europeização da sua política externa (Teixeira, 2004c, p. 98), acentuando a sua nova vocação euro-atlântica. Portugal participou e apoiou, desde o início, a construção da PESD. No quadro do Headline Goal de Helsínquia, Portugal pôs efectivos à disposição da FRR, tendo em vista a sua constituição. Já no primeiro semestre de 2006 integrou um *Battlegroup* liderado por Espanha, composto ainda por

---

<sup>40</sup> Constituem os *Helsinki Headline Goal* (HHG).

forças italianas e gregas. Prevê-se novamente a participação portuguesa nos mesmos moldes, para 2008 e 2009.

Quanto ao vector atlântico e à relação com os Estados Unidos, foi assinado, a 1 de Junho de 1995, um novo Acordo de Cooperação e Defesa, em que não foram definidos programas específicos, sendo apenas identificadas as diferentes áreas de cooperação, nas quais se incluem a militar e de defesa, científica e tecnológica (Teixeira, 2004c, p. 100).

No quadro da NATO, a posição de Portugal é marcada ao mesmo tempo pela manutenção e reforço dos compromissos político-militares, pela transformação e adaptação da Organização ao pós-Guerra-Fria e também pela integração europeia do País. A Aliança Atlântica iniciou um processo complexo de reformas das suas estruturas, políticas e militares, de forma a se adaptar às novas missões. No plano militar procedeu-se à reestruturação dos comandos militares e à definição de nova doutrina e novas missões.

No âmbito da nova doutrina, ela começa a tomar forma com a aprovação do Conceito Estratégico em Roma, em 1991, apontando para uma nova concepção de segurança não apenas militar, mas global e integrada (Teixeira, 2004c, p. 101). Para além das tradicionais missões de defesa colectiva, estabelecidas pelo Artigo 5º do Tratado de Washington, surgem novas missões humanitárias e operações de manutenção de paz. No entanto, a grande transformação ocorre aquando da Cimeira de Washington em 1999. Dá-se o alargamento da área de intervenção da Aliança e do tipo de missões, que incluíam agora a gestão de crises, operações de apoio à paz, luta contra a proliferação de armas de destruição maciça, terrorismo, narcotráfico e o crime organizado. A última revisão do conceito estratégico consagra ainda a intervenção fora da área tradicional definida pelo Tratado do Atlântico, mesmo sem a necessidade de um mandato da ONU, bastando, para o efeito, o consenso político no seio da NATO. Finalmente, na cimeira de Praga em 2002, foi decidida a criação da NRF, destinada a prevenir que conflitos ou ameaças escalem para disputas de maiores dimensões (Freire, 2004, p. 19).

O Exército Português, enquanto agente de adequação, funciona também como catalisador dos outros dois agentes de adequação considerados, devido à participação nas estruturas de defesa da NATO e da UE, condicionando os processos de transformação do Exército. Com a difusão da *Directiva 193 do General CEME* pretendeu-se orientar as acções a desenvolver com vista à transformação do Exército e que deveriam envolver a instituição como um todo. Para o efeito, foi constituído um *Núcleo de Acompanhamento dos Trabalhos para a Transformação do Exército em 2004* (NATTE-04), sendo o coordenador geral dos Trabalhos o *Tenente-General VCEME*.

Cada uma das tarefas levantadas teve uma *Entidade Primariamente Responsável* (EPR), para proceder ao seu estudo e apresentação de propostas, tendo em vista o apoio à decisão nos níveis militar e político. A *Inspecção-Geral do Exército* (IGE) ficou responsável por monitorizar a execução das medidas decididas.

### **V.3 Forma de Adequação – A adaptação ao conceito de NRF e dos Battlegroup**

A Directiva 193 estabelece que «o processo de transformação ocorre em simultâneo com a necessidade de o Exército continuar a contribuir com forças para o cumprimento de missões no exterior do território nacional». Além de estabelecer como nível de ambição, para as NRF 5 e 6, uma força de efectivo Batalhão, refere ainda que se devem conformar os regulamentos e procedimentos do Exército à doutrina aprovada por Portugal no âmbito da NATO.

Daqui influi, em primeiro lugar, que a grande influência externa do Exército Português continua a ser a NATO<sup>41</sup>, sem prejuízo dos contributos dados pela UE e até mesmo pela ONU. E, em segundo lugar, que o processo de adequação é na sua essência uma adaptação, nalgumas áreas, do referido modelo, e não uma simples emulação, mesmo que esta também possa ocorrer. E isto acontece porque a simples cópia, acabando por não ter em consideração as particularidades do contexto em que se insere, pode resultar em desfasamentos entre o que se pretende implementar e as reais capacidades para o fazer. Por outro lado, sendo um processo de transformação, algo de abrangente a todas as áreas do Exército, nem tudo o que seja influência externa se pode ou deve adequar.

Outro aspecto a salientar está relacionado com a futura participação em forças da UE, principalmente nos *Battlegroups*. As eventuais influências sobre o Exército Português terão mais a ver com a disponibilidade nacional de forças, para o cumprimento dos compromissos e a sua interoperabilidade, aspecto a acautelar, mais do que a utilização de doutrinas e organizações muito diferentes, visto estarem garantidos os pontos de contacto entre os conceitos de *Battlegroup* e de *NRF*. No entanto, as forças da UE são de natureza mais limitada, visto apenas desempenharem missões de *Petersberg*. Quanto ao conceito de *NRF*, devido ao seu exigente sistema de certificação já implementado e testado, poderá constituir um meio correcto para acelerar as transformações em curso<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> O CEDN classifica a NATO como a melhor opção no quadro da defesa da nossa posição geográfica e reconhece o seu carácter estruturante. No entanto, Freire (2004, p. 36) conclui que Portugal considera de igual modo a participação e empenho nas iniciativas da NATO e UE, não privilegiando, em particular, nenhuma das organizações.

<sup>42</sup> De acordo com John Garstka (2005, p. 11), a NRF para ser eficiente, como unidade de armas combinadas, necessitará de inovações tecnológicas para projectar sistemas de comando e controlo modernos e interoperáveis. Para ser sustentável, precisará ainda do desenvolvimento de capacidades logísticas. Para o efeito, serão

#### **V.4 Áreas de Adequação – A Transformação do Exército<sup>43</sup>**

Sobre as influências externas nos vários domínios, é de referir, desde logo, que o próprio conceito de Transformação não se pode considerar uma originalidade do caso português. Aliás, resulta antes do contacto com processos semelhantes, a decorrerem nas Forças Armadas dos Estados Unidos<sup>44</sup> e na NATO<sup>45</sup>, no sentido de melhor se adaptarem às novas realidades estratégicas. Julga-se ser esta a grande influência externa a considerar e que mais alterações provoca, visto que agora o processo de mudança da instituição militar é estabelecido com objectivos precisos e procurando abranger todas as áreas de adequação, de modo a construir um modelo coerente. A finalidade será, a médio prazo, gastar melhor e de modo mais eficiente (Haine, 2005, p. 28).

Em consonância com a Transformação a decorrer na NATO e a implementação dos BG na UE, o objectivo primário do Exército passou a ser a constituição de *«uma força operacional, projectável, pronta a ser empenhada, acrescida das estruturas necessárias para garantir o seu apoio»* (Directiva 193, 2003, p. 4). A preocupação principal passa a ser a prontidão da força existente. As unidades que passam a constituir a Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) devem estar completas e disponíveis para serem projectadas e empregues em missões conjuntas, tanto nacionais como no quadro das organizações internacionais.

No âmbito dos recursos humanos, as transformações decorrem da extinção do serviço militar geral e obrigatório, o que originou uma redução no efectivo de praças, que passaram a ser apenas voluntárias e contratadas. Assim, pretendia-se que o militar voluntário ou contratado começasse o seu ciclo de vida militar na FOPE, ao mesmo tempo procedendo à activação por subunidades de escalão Companhia.

Quanto aos recursos materiais, uma das prioridades passa pela aquisição de equipamentos para o Grupo de Aviação Ligeira do Exército, para missões de observação, reconhecimento armado e apoio aeromóvel, potenciando o seu emprego em operações multinacionais. Outro vector, no campo da mobilidade, são as novas viaturas blindadas de rodas a adquirir para o Exército. Ressalta daqui a importância de adequar a aquisição de materiais em consonância com

---

necessários melhoramentos nas áreas dos processos, organização e tecnologia. Esta necessidade para melhorar a interoperabilidade representa um desafio para a NATO e torna a NRF um motor da Transformação da Aliança.

<sup>43</sup> Ver Apêndice J.

<sup>44</sup> Face aos fracos resultados obtidos no Iraque no pós-conflito, está a reavaliar-se o projecto de transformação das Forças Armadas norte-americanas.

<sup>45</sup> A importância do conceito de Transformação é bem sentida ao nível da NATO, com a criação do Allied Command Transformation. Ainda no âmbito da NATO ver a **Strategic Vision: The military challenge** dos NATO Strategic Commanders que inclui a visão sobre a Transformação da Aliança. Sobre a Transformação nos Estados Unidos ver **Elements of Defense Transformation** e **Military Transformation: A Strategic Approach** do Office of Force Transformation, órgão do Departamento de Defesa norte-americano.

a participação nas NRF. Neste aspecto, pode-se dizer que a NRF funciona como um catalisador da Transformação, abrangendo outros meios de combate, de comando e controlo e de protecção da força<sup>46</sup>. No entanto, continuam a existir vulnerabilidades nos meios de projecção da força<sup>47</sup>, que devem ser previstas a um nível de decisão conjunto e não apenas no Ramo.

Mas os Exércitos europeus estão mais vocacionados para a execução de operações pós-conflito ou para acções preventivas em Estados Falhados<sup>48</sup> (Haine, 2005, p. 29). Se a situação se degradar faltam as capacidades adequadas para a enfrentar. Para o efeito, é necessário apostar nas capacidades de comando e controlo, computadores, sistemas de obtenção de informações, vigilância e reconhecimento. De acordo com este autor, na Europa<sup>49</sup>, o principal obstáculo ao levantamento de todas estas capacidades são as restrições orçamentais impostas às Forças Armadas, Portugal incluído. Neste campo ainda há muito a fazer, nomeadamente através da aposta em determinadas especializações nacionais, que poderiam ser rentabilizadas tanto em proveito da NATO como da UE.

No domínio da doutrina tem-se acentuado a tendência de estabelecer a unidade doutrinária, tanto a nível conjunto como combinado, partindo da referência estabelecida pelas publicações NATO aprovadas pelo país. A actuação conjunta é a grande potencialidade a desenvolver, mas ao mesmo tempo é uma vulnerabilidade a esbater.

Finalmente, na organização, o conceito aplicado para a FOPE é o de permitir a operação prolongada de três unidades de escalão batalhão em três TO diferentes, ou de uma Brigada num TO. Considerando como mais provável o emprego dos Batalhões separados, salvaguarda-se a possibilidade de participar, simultaneamente, em operações da NATO, ONU e UE.

Como medida estruturante, ao nível da organização do Exército, destaca-se a sua organização em FOPE, *Estrutura Base do Exército* (EBE) e *Estrutura de Comando do Exército* (ECE). A EBE assenta numa organização regimental e inclui os sistemas de obtenção de recursos humanos, de ensino, instrução e outros. A ECE assume as responsabilidades de planeamento de médio e longo prazo, através do EME. Os Comandos Funcionais assumem responsabilidades de execução e planeamento de curto prazo, como já acontecia do antecedente.

---

<sup>46</sup> A Directiva para a Transformação faz referência aos rádios da família 525, a nova arma ligeira para o Exército e os equipamentos NBQR e EOD.

<sup>47</sup> Aliás esta situação não é exclusiva de Portugal. De acordo com Haine (2005, p. 28), a falta de meios de projecção estratégica é uma vulnerabilidade europeia.

<sup>48</sup> De acordo com Loureiro dos Santos (2004, p. 89), os Estados falhados não têm capacidade para resolver os problemas das sociedades de que emanam como organizações políticas. São Estados que não conseguem evitar que terroristas se estabeleçam em parcelas do território nem destruí-los; Ou que apoiam terroristas por vontade própria; Por medo ou corrupção não actuam contra terroristas; Estados onde a autoridade da lei colapsou. Correspondem ao Mundo Pré-Moderno de Robert Cooper (2006, p. 29-31).

<sup>49</sup> Com a provável excepção da França e da Inglaterra, que começaram a introduzir capacidades «network enabled», ou seja, que podem funcionar em rede com outras capacidades, potenciando os seus efeitos.

## **V.5 Síntese sobre a actualidade**

O actual processo de adequação enforma de algumas características que o diferenciam, significativamente, dos anteriores. No âmbito das fontes de adequação a ameaça, sendo ainda um elemento decisivo, já não é latente nem sequer imediatamente visível. Deixou de se materializar, essencialmente noutros Estados, podendo apresentar um carácter mais difuso. Por outro lado, já não são só as ameaças directas ao território nacional que contam, mas os espaços de segurança alargada, que Portugal integra e onde partilha responsabilidades de segurança. Reforçados, no entanto, pelo «chapéu protector» de uma Potência, neste caso a única Potência Global, os Estados Unidos, que garantem a coesão do sistema.

As normas culturais continuam a desempenhar um papel decisivo na aceleração dos processos de adequação a modelos externos. No entanto, este princípio pode alargar-se a qualquer processo de mudança que se pretenda realizar, inspirado por influências externas ou não. O mesmo se passa com o factor tecnológico, numa época denominada de Sociedade da Informação em que os conhecimentos e a tecnologia circulam facilmente, tornando-se mais acessíveis, ao mesmo tempo que se procura obter vantagem sobre os adversários neste domínio.

Sobre os agentes da adequação verifica-se o acentuar duma tendência visível durante o período da Guerra-fria. O agente principal da mudança passa a ser o próprio Exército Português em conjugação com a NATO e a UE. Mas é a Potência Global, devido ao seu enfoque na estratégia militar, quem detém a preponderância na difusão dos modernos conceitos de emprego da força militar.

Quanto à forma de adequação assiste-se a um paralelismo com os seus agentes. Ou seja, existe uma conjugação entre um processo de emulação do modelo dominante, nas áreas em que é necessário actuar de forma combinada, e de um processo adaptativo, nas áreas específicas do Exército Português ou onde não é possível importar conceitos externos, de forma directa.

Para terminar, sobre as áreas de adequação, confirma-se a noção vigente que, para atingir uma verdadeira vantagem competitiva, e acrescentar valor à organização militar, é necessário conduzir processos de adequação abrangentes, em todas as áreas, de forma a obter uma verdadeira Transformação do Exército.

O enfoque actual dirige-se à conduta de operações conjuntas e combinadas. Para o efeito é necessário proceder à adequação nas várias áreas. Constata-se neste domínio, a necessidade de aprofundar a doutrina e as organizações a esta nova realidade.

## ANÁLISE CONCLUSIVA

Partiu-se para este trabalho com a convicção de que, em consonância com as palavras de Colin Gray, apresentadas na Introdução, o passado é a única evidência disponível, passível de avaliação.

Por isso, procurando ir ao encontro do propósito deste trabalho, foi definido um modelo de análise que reiteramos por se constituir como peça fundamental do processo gerador de evidências sobre o assunto em estudo.

De facto, o **modelo** estabelecido procura identificar, em primeiro lugar, as fontes primordiais ou causas que conduziram ao recurso a modelos externos. São elas alterações no ambiente político e estratégico, inovações tecnológicas e alterações das normas culturais. Com base nesta envolvente, procedeu-se à adequação de um modelo externo, introduzido por agentes que podiam ser militares estrangeiros, Alianças militares que Portugal integrou ou integra, ou então o próprio Exército. Quanto às formas de adequação adoptadas, podiam ir desde a emulação ou simples cópia do modelo até à sua adaptação em maior ou menor grau, atendendo à situação específica e necessidades do Exército Português. Por último e com base no conceito de domínios da arte militar e de divisões da estratégia, foram identificadas as áreas objecto da adequação: os *objectivos a atingir pelo Exército*, os *recursos humanos e materiais a utilizar*, a *doutrina aos vários níveis* e a *organização da força militar*.

Feita a identificação do modelo conceptual procedeu-se à descrição e análise de cada um dos *estudos de caso*, através dos quais se procurou aferir da **validade das hipóteses** com base na sistematização das constantes identificadas em cada um deles e na incorporação do contexto envolvente em que ocorreram. Como corolário deste processo constata-se que a **hipótese 1** não se verifica, pois a fonte de adequação preponderante tem sido a existência de uma ameaça latente ou efectiva aos interesses nacionais. Que por motivo de não existir uma preocupação permanente com a estratégia militar e a manutenção de uma força armada credível ou por existirem novas ameaças diferentes das que o Exército estaria preparado para enfrentar, obriga a que se procure no exterior do País formas para as contrariar.

No entanto, não é despidendo afirmar que a vertente cultural pode e tem desempenhado um papel relevante no processo de adequação. Pois constata-se que alterações nos padrões culturais vigentes na instituição militar, são um poderoso factor de mudança, podendo influenciar o alcance dos processos de adequação. Veja-se como exemplo, na preparação para as Campanhas do Ultramar, a influência da alteração de mentalidades nos anos cinquenta, nos militares do Exército, induzida pela adesão à NATO.

Para a adequação ser completa e eficaz, o factor tecnológico deve estar em consonância com as inovações a introduzir. Tendo influenciado os processos de adequação, este nunca foi um factor preponderante como propulsor da mudança. Resulta esta situação do pouco desenvolvimento da estratégia genética, numa pequena potência como Portugal, possuidora de escassos recursos e dependente em termos tecnológicos do exterior. Mesmo considerando as várias tentativas para o desenvolvimento de uma capacidade de indústrias de defesa autónoma.

Após analisar os vários agentes e os modelos utilizados nos vários processos de adequação é possível validar as *hipóteses 2, 3, 4 e 5*. O principal agente da adequação evoluiu conforme evoluiu o próprio Exército. Na época Moderna, os Exércitos eram constituídos, em números variáveis, por tropas nacionais e mercenárias. Face ao desinvestimento na estratégia militar nos períodos entre conflitos, quando ocorriam situações de crise recorria-se à contratação de chefes militares estrangeiros, indicados pelos Países aliados. A finalidade era preparar o Exército para enfrentar a ameaça. Para o fazerem estes militares recorriam aos modelos dos Exércitos em que haviam combatido e que constituíam referências no espaço europeu. Veja-se o caso da influência francesa na Restauração, prussiana no período do Conde de Lippe e inglesa aquando das Invasões Francesas.

Quanto a este último caso assistia-se já a um prenúncio da tendência dominante no século seguinte, através da mudança na natureza dos militares a prestar serviço em Portugal. Já não são militares contratados por recomendação exterior, mas militares que mantêm o vínculo ao seu Exército de origem, nomeados para o efeito, com vista a adequar o Exército Português ao serviço militar de Exércitos ao lado dos quais irá combater.

Com a adesão à NATO, o agente da adequação passa a ser a Aliança militar em que Portugal se integra. Através da emulação a finalidade é adequar o Exército de cada País integrante a um modelo único, referencial para todos e baseado no modelo da Potência dominante. Já com este modelo em vigor, verificou-se que quando a ameaça era exclusiva ao País, o agente de adequação foi o próprio Exército, que procedeu à adaptação de modelos e lições de outros exércitos que haviam então enfrentado o mesmo tipo de ameaça. Este processo de adaptação, caracteriza-se por ter em conta a ameaça concreta a enfrentar e a situação específica do Exército Português e foi melhorando com os ensinamentos obtidos com o evoluir do conflito, como foi o caso das Campanhas do Ultramar.

Na actualidade assiste-se a um conjugar dos agentes de adequação. O Exército Português constitui-se como o motor principal de todos processos de adequação, tendo em conta os interesses estratégicos próprios. Por outro lado, as alianças e organizações internacionais na sua vertente de segurança e que o País integra, são também uma componente decisiva deste



processo. Refira-se como exemplo a influência do conceito NRF da NATO na transformação do Exército. O desafio acrescido é a tentativa de conciliação de todo o conjunto de influências externas.

Quanto aos modelos emulados ou adaptados, eles são condicionados pela potência com a qual Portugal se encontra aliado e em menor grau por outros Países aliados ou organizações que Portugal integra. A partir do momento em que na política externa portuguesa se verifica uma constante na aliança com a potência marítima do momento, passa a ser o modelo militar desta o alvo da adequação e que se prolonga até às Campanhas do Ultramar, em que o modelo foi o dos Exércitos das Nações apoiantes de Portugal e não em exclusivo o da Potência Marítima. O que corresponde a outra constante da política externa, a diversificação dos apoios externos. Na actualidade assiste-se a um aprofundar desta tendência, na ligação entre a política externa do País, agora euro-atlântica e a política de defesa. Mantêm-se a influência da Potência Marítima actual, na maioria das situações através da NATO, ao mesmo tempo que a União Europeia começa também a influenciar as actividades da Defesa.

Por último, reiterando a adopção de uma abordagem holística de todo o processo de adequação em cada um dos estudos de caso, é possível validar a **hipótese 6**. Verifica-se em primeiro lugar que quanto mais o processo empenha todas as fontes de adequação, maior se revela a abrangência das áreas sujeitas a adequação. Logo, o processo tende para ser mais equilibrado devido às relações que se estabelecem entre os domínios da arte militar. O processo de adequação do modelo prussiano realizado pelo Conde de Lippe, pretendeu abranger todas as áreas do Exército Português. No entanto, não promovendo de início a alteração dos padrões culturais em vigor, viu após a saída do Conde de Lippe, os efeitos reais no Exército desaparecerem, ficando apenas o grande exemplo de reestruturação.

Em segundo lugar, só atingindo todos os domínios da arte militar e actuando ao nível das estratégias genética, estrutural e operacional é que o processo de adequação tenderá para a obtenção, por parte do Exército, de uma vantagem competitiva. Quanto mais abrangente e articulada entre as várias áreas for a adequação, mais facilmente se atingirá o conceito de uma verdadeira **Transformação**.

Como resultado da validação das hipóteses, é possível plasmar uma **resposta para a Questão Central**: *Como se tem processado a adequação das influências externas no Exército Permanente Português?* Como o trabalho evidencia, ao longo da História do Exército Português, os processos de adequação não se têm revelado homogêneos, variando nas suas diversas componentes. No entanto, é possível identificar alguns traços evolutivos:

Em termos das **fontes de adequação**, a existência de novas ameaças predomina em todas as épocas, assinalando-se uma intervenção progressivamente mais significativa da mudança nas normas culturais, registando-se quase sempre o peso pouco significativo das inovações tecnológicas. Quanto aos **agentes da adequação**, constata-se uma evolução significativa. No período da Idade Moderna e durante as Invasões Francesas, os agentes são militares estrangeiros integrados no Exército Português, no primeiro caso como Conselheiro, nos restantes como Comandantes do Exército. Já no século XX assiste-se a uma alteração do agente na sua natureza, passando a ser a organização de segurança colectiva que o País integra. Ou então, o próprio Exército desempenha o papel de agente, quando a ameaça não é comum aos outros parceiros da organização de segurança. Na actualidade assiste-se a uma conjugação dos dois últimos agentes. Sobre as **formas de adequação**, verifica-se que quando o agente era estrangeiro, o processo tendia para ser de emulação. Quando o agente era português o processo tendia para ser de adaptação. Sobre as **áreas de adequação**, confirma-se a irregularidade da sua abrangência em cada um dos casos estudados, sendo mais abrangente, quanto mais empenhava todas as fontes de adequação e quanto mais forte se constatava ser o poder que determina a adequação, seja o poder político, seja o próprio Exército. Por último é de referir, que em todos os processos se verificou o estabelecimento por parte do Exército Português de uma vantagem competitiva face às ameaças imediatas que enfrentou.

Para alcançar os objectivos que foram delineados, importa agora apresentar o **Paradigma** de referência, enquanto conjunto de princípios a considerar em futuros processos de adequação. A sua articulação respeita as várias componentes dos processos de adequação e os seus princípios resultam da análise dos estudos de caso apresentados.

### ***Fontes de Adequação***

A existência ou a perspectiva de existência de novas ameaças, a integração em organizações de segurança ou Alianças militares ou ainda alterações nos objectivos políticos ou estratégicos, funcionam como o **catalisador específico** para os processos de adequação, conduzindo à decisão, por parte do nível Estratégia Militar Terrestre, de importar modelos externos que se adequem às novas realidades.

De forma concomitante, torna-se necessário ponderar **alterações nas normas culturais** vigentes, para que o processo de adequação suscite a adesão dos militares a quem se dirige. A mudança cultural será prioritariamente desenvolvida pelo próprio Exército Português e orientada para a realização da adequação, considerando ainda o papel que as Organizações e Alianças podem desempenhar neste processo de alteração dos padrões culturais vigentes. Uma estratégia de transformação deve ter em conta as principais resistências culturais à mudança e desenvolver

acções para a sua eliminação. Para ser conduzida de forma planeada, deverá partir do topo da organização para a base, destinando-se a atingir objectivos pré-determinados.

Concorrente com as duas fontes anteriores, devem ser consideradas as **inovações tecnológicas**, em particular, aquelas que melhor se adequam aos objectivos do Exército Português. Não existindo, no nosso caso, uma Estratégia Genética desenvolvida, deve, em primeiro lugar, procurar-se identificar as novidades tecnológicas implementadas nos Exércitos e Alianças militares de referência e ponderar a sua implementação ao caso português. Neste caso, deve identificar-se a natureza das inovações a introduzir, tendo em conta o seu custo, devido à capacidade limitada de aquisição de equipamentos. Em segundo lugar, deve ser ponderado o desenvolvimento com outras Nações, em especial no quadro da União Europeia, de equipamentos militares, partilhando os custos de desenvolvimento e de produção, no sentido de obter maior interoperabilidade. Em terceiro lugar, devem ser aproveitadas as capacidades de investigação e desenvolvimento nacionais, no sentido de desenvolver tecnologias adaptadas ao contexto nacional e que possam obrigar à introdução de modelos externos.

Em resumo, as fontes de adequação podem abranger os níveis Político, da Estratégia Total, da Estratégia Militar ou da Estratégia Militar Terrestre. São estes, conjunta ou isoladamente, mas sempre na devida sintonia entre si, que proporcionam os estímulos necessários para detonar os processos de adequação, a desencadear sempre pela Estratégia Militar Terrestre.

### ***Agentes de Adequação***

O Exército Português constitui o **agente activo** que desencadeia, conduz e supervisiona o processo, ponderando a adequação das diversas influências externas. Para o efeito, deve estabelecer uma **estratégia de adequação**, no sentido de definir os objectivos a alcançar, a metodologia a utilizar no processo de adequação e quais os recursos a disponibilizar para o efeito. Em suma, garantir, durante todo o processo, as orientações que permitam, através da adequação, obter valor acrescentado para o Exército.

As organizações de segurança e Alianças que Portugal integra, constituem os **agentes secundários ou indirectos** da adequação. Estas, através dos seus próprios processos internos de inovação ou de transformação, constituem meios ideais de difusão, pelos Exércitos que as integram, de novas ideias nos vários domínios. Em especial, no que concerne a operações conjuntas e combinadas.

Em suma, a **charneira** de todo o processo de adequação encontra-se ao nível da Estratégia Militar Terrestre, e em concreto ao nível do Comando do Exército, que define a estratégia de adequação, para execução pelos seus Comandos subordinados, garantindo o seu cumprimento. Deve ainda acautelar que está atinente com os objectivos estratégicos definidos pela Estratégia

Total e Estratégia Militar e, entre outras, que permitirá desenvolver a capacidade de actuação conjunta e combinada das forças terrestres que lhe incumbe preparar.

### ***Formas de Adequação***

Quando o agente decide a adequação de modelos externos, deve ponderar a forma de adequar. As opções variam entre a emulação ou simples cópia do modelo externo e a sua adaptação específica ao Exército Português e ao ambiente em que irá operar. Dentro deste intervalo, várias são as possibilidades de realização do processo de adequação. Podemos resumilas da seguinte forma: ***Emulação completa*** do modelo externo a adequar – por exemplo, a possibilidade de emulação do conceito NRF, na sua componente terrestre; ***Emulação parcial*** do modelo a adequar, seja nas áreas abrangidas, seja na sua extensão, ou não, ao Exército como um todo; ***Emulação conjugada com adaptação*** em áreas diferentes; ***Adaptação*** do modelo ou modelos, à totalidade ou partes do Exército e a todas as áreas ou apenas algumas. Para decidir qual a modalidade a adoptar, devem ser consideradas as fontes de adequação, os objectivos a atingir e os recursos disponíveis.

Nenhuma destas formas é preferível por si só. Ambas podem apresentar vantagens e inconvenientes, a considerar na altura da tomada de decisão. No entanto, deve ser tida em consideração a capacidade de cada um destes processos garantir a adequação, estabelecida nos objectivos, à realidade do Exército Português.

### ***Modelos adequados***

O modelo ou modelos externos alvo da adequação pertencerão preferencialmente às organizações de segurança ou alianças militares que Portugal integra, e pontualmente a Países aliados em situações específicas. Quanto ao primeiro caso, a organização ou organizações detentoras de modelos a adequar, devem ser aquelas nas quais o esforço de participação portuguesa é decisivo, garantindo, no entanto, a compatibilidade entre as várias influências. Devido à integração das estruturas das organizações e considerando o compromisso de cedência de forças para actuação em cenários combinados, será natural a obtenção de informação sobre o modelo a implementar.

Em situações específicas poderá ser necessário recorrer a modelos também eles específicos. Nestas situações, deverá importar-se os modelos de Países aliados, que melhores resultados tenham obtido, ou que melhor se adaptem ao caso português e sobre os quais esteja acessível a informação necessária para produzir o processo de adequação. Poder-se-á recorrer a manuais ou publicações aprovadas, contactos com militares estrangeiros, palestras ou cursos nos países de origem dos modelos.

Desta forma, ressalta ainda a ligação aos modelos da Potência Global e à Aliança a si ligada, bem como a existência de um reforço da política de defesa europeia e a ligação aos seus modelos emergentes.

### ***Áreas de Adequação***

A estratégia de adequação deve definir uma abordagem de conjunto na condução das adequações. Assim sendo, deve ser feita a confrontação entre os **objectivos** ou missões do Exército e o modelo externo e introduzir as alterações necessárias. De seguida, conduzir as modificações pertinentes nos **recursos humanos e materiais**. Após estabelecer quais os meios disponíveis, construir o **corpo doutrinário** aos vários níveis, encadeados entre si. Em último lugar, estabelecer os **modelos organizacionais** correspondentes. As influências nestes domínios podem ser várias. O fundamental é que constituam um todo articulado e em consonância com os objectivos estabelecidos para o Exército. Significa isto, que para se obter a coerência desejada e atingir os objectivos pretendidos, deverá existir, ao nível da Estratégia Militar Terrestre, a incorporação transversal, nas Estratégias estrutural, genética e operacional, dos ensinamentos dos modelos externos.

Considerando que, num momento em que na NATO e nas Forças Armadas dos Estados Unidos se discutem os conceitos relacionados com a Transformação e em que estas organizações incorporam estruturas destinadas ao estudo do assunto. Quando o próprio Exército Português atravessa um período de alterações significativas, decorrentes da evolução dos cenários estratégicos e da envolvente interna com o fim do serviço militar obrigatório, constata-se a emergência de aprofundar o estudo deste assunto.

Com um passado militar rico em acontecimentos semelhantes, o Exército Português pode e deve aproveitar a sua própria experiência para aperfeiçoar o processo evolutivo das suas Forças Armadas, para fazer face aos desafios do futuro. Uma grande lição a extrair é a necessidade de, em cada situação, adoptar uma visão de conjunto, procurar encontrar na experiência de outros a melhor maneira de enfrentar os problemas, poupando-se ao desgaste dos erros cometidos. E, principalmente, não acreditar em soluções únicas aplicáveis a todo o momento, nem adoptar ideias feitas para a resolução dos problemas.

Procurou-se abordar a temática das adequações, de uma forma genérica, tendo em conta que existem períodos históricos em que estas se evidenciam. No entanto, seria interessante, em futuros trabalhos a desenvolver nesta área, aprofundar o modelo de adequação e a sua aplicação a outros períodos históricos ou até mesmo a outros processos de transformação que não apenas a adequação de modelos externos, procurando ***conjugam as evidências do passado com as vontades do presente, rumo a um futuro mais esclarecido.***

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Monografias**

- ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de (1994) – Ensaio de Geopolítica. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1994.
- ALVES, José Lopes (1987) – Geopolítica e Geoestratégia de Portugal: Considerações sobre elementos históricos e actuais. Lisboa : Edição do Autor, 1987.
- BARRENTO, António (2006) – Guerra Fantástica, 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos. Lisboa : Tribuna da História, 2006. ISBN 972-8799-47-0.
- BLACK, Jeremy (1999) – Warfare in the eighteenth century. Londres : Cassell, 1999. ISBN 0-304-352-454.
- CABRAL, Coronel Miranda (1932) – Conferências sobre Estratégia. Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais. Segundo Volume. Lisboa : edição do autor, 1932.
- CANN, John P. (1997) - Counterinsurgency in Africa: The Portuguese way of war, 1961-1974. Londres : Greenwood Press, 1997. ISBN 0-313-30189-1.
- CARRIAS, Eugène (1960) – La pensée militaire française. Seine : Presses Universitaires de France, 1960.
- COOPER, Robert (2006) – Ordem e caos no século XXI. Lisboa : Editorial Presença, 2006. ISBN 972-23-3510-3.
- DUARTE, António Paulo (2003) – O equilíbrio ibérico. Séc. XI-XX. História e fundamentos. Lisboa : Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2003. ISBN 972-762-247-X.
- DUARTE, António Paulo David (2003) – Linhas de Elvas.1659: Prova de Força. Lisboa : Tribuna da História, 2003. ISBN 972-8799-00-4.
- ESPÍRITO SANTO, GEN Gabriel (2005) – Montes Claros. 1665: A vitória decisiva. Lisboa : Tribuna da História, 2005. ISBN 972-8799-36-5.
- FREITAS, Jorge Penim (2005) – A Cavalaria na Guerra da Restauração, 1641-1668 – Reconstrução e evolução de uma força militar. Lisboa : Prefácio, 2005. ISBN 972-8816-50-2.
- GREHAN, John (2000) – The Lines of Torres Vedras. The cornerstone of Wellington's Strategy in the Peninsula War 1809-12. Staplehurst : Spellmount, 2000. ISBN 1-86277-080-5.
- HENRIQUES, Mendo Castro (2006) – Salamanca-1812. Companheiros de Honra. Lisboa : Tribuna da História, 2006. ISBN 972-8799-46-2.
- IDN (2005) – Guerra Peninsular: Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia. Lisboa : Tribuna da História, 2005. ISBN 972-8799-33-0.

- KNOX, MacGregor ; MURRAY, Williamson (2001) – The dynamics of military revolution. 1300-2050. Cambridge : Cambridge University Press, 2001. ISBN 0-521-80079-X.
- MARQUES, Fernando P. (1999) – Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX. Lisboa : Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 1999. ISBN 972-762-152-X.
- MARTINS, General Ferreira (1945) – História do Exército Português. Lisboa : Inquérito, 1945.
- MONTEIRO, João Gouveia (1998) – A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média. Lisboa : Notícias Editorial, 1998. ISBN 972-46-0961-8.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004) – As guerras liberais. Uma reflexão estratégica sobre a História de Portugal. Lisboa : Edições Cosmos, 2004. ISBN 972-762-251-8.
- NYE, JR, Joseph S. (2002) – Compreender os conflitos internacionais. Uma introdução à Teoria e à História. Lisboa : Gradiva, 2002. ISBN 972-662-845-8.
- QUIVY, Raymond ; CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) – Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3ª ed. Lisboa : Gradiva, 2003. ISBN 972-662-275-1.
- RIBEIRO, António Silva Ribeiro (2004) – Organização Superior de Defesa Nacional. Uma visão estratégica. 1640-2004. Lisboa : Prefácio, 2004. ISBN 972-8816-44-8.
- SALMON, Pierre (1979) – História e Crítica. Coimbra : Livraria Almedina, 1979.
- SANTOS, Coronel José Alberto Loureiro dos (1979) – Apontamentos de História para militares: Evolução dos sistemas de coacção. Apontamentos para a História da Subversão em Portugal. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1979.
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (1991) – Como defender Portugal. Opções estratégicas. Lisboa : IAEM, 1991
- SANTOS, General Loureiro dos (2004) – Convulsões. Ano III da «Guerra» ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV. Lisboa : Publicações Europa-América, 2004. ISBN 972-1-05382-1.
- SELVAGEM, Carlos (1999) – Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. ISBN 972-27-0442-7.
- TELO, António José (1996) – Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica. Lisboa : Edições Cosmos, 1996. ISBN 972-762-002-7.
- VIANA, Tenente-Coronel Vítor D. R. (1996) – A evolução do conceito estratégico nacional da fundação ao Estado Novo. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1996.

### **Partes ou volumes de monografias**

- ANTUNES, José Freire (1996) - A Guerra de África. 1961-1974. Vol 1. Lisboa : Temas e Debates, 1996. ISBN 972-759-038-1.
- BARRENTO, GEN António E.Q. Martins (2000) – O exército português antes e depois do Conde de Lippe. In BARRENTO, GEN António E.Q. Martins – Reflexões sobre temas militares. Vol II. Lisboa : IAEM, 2000. p. 261-284.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2002) – Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Conceitos, Teorias e Doutrinas. Coimbra : Quarteto, 2002. ISBN 972-8717-70-9. Vol. I.
- COUTO, Coronel Abel Cabral (1988) – Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso. Vol I . Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
- MACEDO, Jorge Borges (1987) – História Diplomática Portuguesa: Constantes e linhas de força. Vol I. Lisboa : Tribuna da História, 1987. ISBN 972-8799-48-9.

### **Contribuições em monografias**

- BLACK, Jeremy (2002) – Military change in historical perspective. In FARRELL, Theo, TERRIFF, Terry, eds. – The sources of military change: Culture, politics, technology. Londres: Lynne Rienner, 2002. ISBN 1-55587-975-6. pp 21-38.
- BONGARD, David L. (1995a) – Schomberg. In DUPUY, Trevor N. ; JOHNSON, Curt ; BONGARD, David L. – The Harper Encyclopedia of Military Biography. Edison : Castle Books, 1995. ISBN 0-7858-0437-4. p. 664.
- BONGARD, David L. (1995b) – Turenne. In DUPUY, Trevor N. ; JOHNSON, Curt ; BONGARD, David L. – The Harper Encyclopedia of Military Biography. Edison : Castle Books, 1995. ISBN 0-7858-0437-4. p. 760-761.
- BONGARD, David L. (1995c) – Wellington. In DUPUY, Trevor N. ; JOHNSON, Curt ; BONGARD, David L. – The Harper Encyclopedia of Military Biography. Edison : Castle Books, 1995. ISBN 0-7858-0437-4. p. 790-791.
- BROOKS, Richard (2000) – Louis XIV's Military Hegemony. In BROOKS, Richard ed. – Atlas of World Military History. Nova Iorque : Barnes and Noble, 2000. ISBN 0-7607-2025-8. p. 78-79.
- BROOKS, Richard (2000) – The Swedish Meteor. In BROOKS, Richard ed. – Atlas of World Military History. Nova Iorque : Barnes and Noble, 2000. ISBN 0-7607-2025-8. p. 78-79.



- CARRIÇO, MAJ Alexandre G. (2006) – A transformação e integração da Defesa na OTAN e na EU: novos desafios, velhos problemas. In ACADEMIA MILITAR (2006) – Transformação da Defesa. Lisboa : Prefácio Editora, 2006. ISBN 972-8816-86-3.p. 42-76
- COSTA, Fernando Dores (2004) – Guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In HESPANHA, António M. coord. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3111-9. p. 331-350.
- FARRELL, Theo, TERRIFF, Terry (2002) – The sources of military change. In: FARRELL, Theo, TERRIFF, Terry, eds. – The sources of military change: Culture, politics, technology. Londres: Lynne Rienner, 2002. ISBN 1-55587-975-6. p. 3-20.
- FONSECA, TCOR Carlos B. ; OLIVEIRA, TCOR Carlos O. ; DIAS, TCOR Carlos M. (2006) – Portugal e a Transformação da Defesa. In ACADEMIA MILITAR (2006) – Transformação da Defesa. Lisboa : Prefácio Editora, 2006. ISBN 972-8816-86-3. p. 77-109.
- GUERLAC, Henry (1986) – Vauban: The Impact of Science on War. In PARET, Peter ed. - Makers of Modern Strategy. From Machiavelli to the Nuclear Age. Princeton : Princeton University Press, 1986. ISBN 0-691-09235-4. p. 64-94.
- HESPANHA, António M. (2004) – Introdução. In HESPANHA, António M. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3111-9. p. 9-33.
- MAGELI, Paul D. ; BONGARD, David L. (1995) – Beresford. In DUPUY, Trevor N. ; JOHNSON, Curt ; BONGARD, David L. – The Harper Encyclopedia of Military Biography. Edison : Castle Books, 1995. ISBN 0-7858-0437-4. p. 79.
- MATOS, Gastão de Mello (1968a) – Lippe. In SERRÃO, Joel dirig. - Dicionário de História de Portugal. Vol III. Lisboa : Iniciativa Editoriais, 1968. p. 754-755.
- MATOS, Gastão de Mello (1968b) – Schomberg. In SERRÃO, Joel dirig. - Dicionário de História de Portugal. Vol III. Lisboa : Iniciativa Editoriais, 1968. p. 803.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2004) – A Guerra da Aclamação. In HESPANHA, António M. coord. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3111-9. p. 268-281.
- NUNES, António Pires (2004a) – Quadros da vida militar – das ordenações sebásticas às invasões francesas. In TEIXEIRA, Nuno Severiano coord. – Nova História Militar de Portugal. Vol V. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3246-8. p. 45-98.

- NUNES, António Pires (2004b) – A terceira invasão francesa. In TEIXEIRA, Nuno Severiano ; - Nova História Militar de Portugal. Vol IV. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3189-5. p. 90-147.
- NUNES, António Pires (2004c) – Portugal e o novo conflito armado emergente da Revolução Francesa. In TEIXEIRA, Nuno Severiano ; BARATA, Manuel Themudo – Nova História Militar de Portugal. Vol IV. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3189-5. p. 27-42.
- PARKER, Geoffrey (2005) – A Guerra dos Trinta Anos. In SALVADORI, Massimo L. coord – História Universal. Vol. IX. Novara : De Agostini, 2005. ISBN 989-609-331-8. p. 162-211.
- ROTHENBERG, Gunther E. (1986) – Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimondo Montecuccoli, and the “Military Revolution” of the Seventeenth Century. In PARET, Peter ed. – Makers of Modern Strategy. From Machiavelli to the Nuclear Age. Princeton : Princeton University Press, 1986. ISBN 0-691-09235-4. p. 32-55.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004a) – Portugal e a Guerra Fria. In TEIXEIRA, Nuno Severiano ; BARATA, Manuel Themudo dir. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3209-3. p. 56-67.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004b) – Portugal e as Guerras da Descolonização. In TEIXEIRA, Nuno Severiano ; BARATA, Manuel Themudo dir. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3209-3. p. 68-92.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004c) – Portugal e as Operações de Paz. In TEIXEIRA, Nuno Severiano ; BARATA, Manuel Themudo dir. – Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro : Circulo de Leitores, 2004. ISBN 972-42-3209-3. p. 93-113.

### **Artigos de publicações em série**

- BOTELHO, TGEN Teixeira (1938) – O Conde de Lippe em Portugal. Noticia Bibliográfica. In Revista Militar. Lisboa. 90:7 (1938) 465-474.
- CARDOSO, General Pedro (1995) – Cronologia Geral. Estratégia. Lisboa : Instituto de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. VII (1995) 239-427.
- CARDOSO, General Pedro (s.d.) – Necessidade de uma visão estratégica do ensino da História. Estratégia. Lisboa : Instituto de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. s.d.
- CARDOSO, TGEN Pedro A. G. (1986) – Razões políticas e estratégicas da participação de Portugal na OTAN. Baluartes. Lisboa : EMGFA. 2(1986)8-11.

- CARREIRAS, Helena (1999) – O que pensam os militares portugueses do peacekeeping?. Estratégia. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. ISSN 0874-5269. 14(1999)65-95.
- CARRILHO, Maria (1999) – O conflito nos Balcãs e a redefinição das Missões Internacionais. Estratégia. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. ISSN 0874-5269. 14(1999)45-64.
- COSTA, Seixas da (2006) – Portugal na PESC: passado e futuro. Janus 2006 : A Nova Diplomacia. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, Público. ISBN 989-619-020-8. 9(2006)172-173.
- FREIRE, MAJ Miguel (2005) – Um olhar actual sobre a «Transformação» do Conde de Lippe. Nação e Defesa. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional. ISSN 0870-757X. 112 (2005) 137-166.
- LIMA, COR H. F. (1940) – Tropas estrangeiras em Portugal na Guerra da Restauração. Revista Militar. Lisboa. 92:11 (1940) 679-695.
- PIMENTA, COR Belisário (1940) – Os exércitos da Restauração. Revista Militar. Lisboa. 92:8 (1940) 497-508.
- STERNER, Eric R. (2001) – You say you want a revolution (in military affairs). Comparative strategy. 2001. p. 297-308.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1999) – Das campanhas de guerra às operações de paz: as intervenções militares portuguesas em teatro europeu. Estratégia. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. SSN 0874-5269. 14(1999)21-32.
- VASCONCELOS, Álvaro (1999b) – Dos 50 anos da UEO aos 50 anos da NATO. Estratégia. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. ISSN 0874-5269. 12-13(1999)79-92.

### **Séries monográficas**

- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (CECA) (1988) – Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África: Enquadramento Geral. 1º Volume. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1988.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (CECA) (1990) – Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1990.

MACEDO, GEN Ernesto A. L. Ferreira de (1988a) – Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50. Os compromissos com a OTAN. Volume I. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1988.

MACEDO, GEN Ernesto A. L. Ferreira de (1988b) – Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50. Os compromissos com a OTAN. Volume II. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1988.

### **Teses, dissertações e outras provas académicas**

DUARTE, MAJ Pedro M. P. de A. (2002) – A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens e metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-1974). TILD, CEM 00/02. Lisboa : IAEM, 2002.

FIGUEIRA, COR José M. C. de P.C.B. Carvalho (1981) – O Exército Português sob o comando do Conde de Lippe. CSCD. Lisboa : IAEM, 1981.

FREIRE, MAJ Miguel (2004) - O Catálogo de Forças de Helsínquia. Participação nacional. Compatibilização com o conceito NRF/NATO. TILD, CEM 02/04. Lisboa : IAEM, 2004.

GRAY, Colin S. (2006) – Recognizing and understanding revolutionary change in warfare: the sovereignty of context. Strategic Studies Institute, 2006. ISBN 1-58487-232-2.

GREENWALD, Bryon E. (2000) – The anatomy of change: Why armies succeed or fail at Transformation. Arlington : The Institute of Land Warfare, 2000.

MAZARR, Michael J. (1994) - The Revolution in Military Affairs: A framework for defense planning. US Army War College, 1994.

OLIVEIRA, Major Luís M. G. (2003) – As grandes reorganizações do Exército Português. Lições Aprendidas. TILD, CEM 02/04. Lisboa : IAEM, 2003.

### **Legislação e outros documentos oficiais**

Directiva nº193 do CEME de 14 de Outubro de 2003.

NATO Strategic Commanders (2004) – Strategic Vision: The military challenge [Em linha].

Allied Command Transformation, Allied Command Operations, 2004. [Consult 30 Mar.

2006]. Disponível na WWW: <URL:

<http://www.act.nato.int/organization/transformation/docs/stratvis0804.pdf>>

Office of Force Transformation (2003) – Elements of Defense Transformation [Em linha].

Washington : Office of the Secretary of Defence, 2004. [Consult 30 Mar. 2006].

Disponível na WWW: <URL:

[http://www.oft.osd.mil/library/library\\_files/document\\_1.pdf](http://www.oft.osd.mil/library/library_files/document_1.pdf)>

Office of Force Transformation (2003) – Military transformation: A Strategic Approach [Em linha]. Washington : Office of the Secretary of Defence, 2003. [Consult 07 Jan. 2006].

Disponível na WWW: <URL:

[http://www.oft.osd.mil/library/library\\_files/document\\_297\\_MT\\_StrategyDoc1.pdf](http://www.oft.osd.mil/library/library_files/document_297_MT_StrategyDoc1.pdf)>

Programa do XVII Governo Constitucional

Resolução do Conselho de Ministros. Nº 6/2003, Conceito Estratégico de Defesa Nacional

### **Documentos electrónicos**

ANTUNES, Carlos (2002) - Articulação entre política externa e política de defesa [Em linha].

Janus. Lisboa : Autónoma de Lisboa e Público. [Consult. 25 Jul.06]. Disponível na WWW:

<URL: [http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2002\\_3\\_2\\_10\\_c.html](http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2002_3_2_10_c.html)>.

BEBIANO, Rui (1999) – Sobre a prática e a ideia de guerra em Portugal (séculos XVI a XVIII)

[Em linha]. Janus. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1999. [Consult. 2 Abr.

2006]. Disponível na WWW:

<URL: [http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers\\_1999\\_2000\\_1\\_17\\_b.html](http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1999_2000_1_17_b.html)>

CORDEIRO, Carolina (2005a) - Portugal e as missões de paz na ex-Jugoslávia (I) [Em linha].

Janus. Lisboa : Autónoma de Lisboa e Público. [Consult. 25 Jul.06]. Disponível na WWW:

<URL: [http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2005\\_4\\_3\\_7\\_e.html](http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_3_7_e.html)>.

CORDEIRO, Carolina (2005b) - Portugal e as missões de paz na ex-Jugoslávia (II) [Em linha].

Janus. Lisboa : Autónoma de Lisboa e Público. [Consult. 25 Jul.06]. Disponível na WWW:

<URL: [http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2005\\_4\\_3\\_8\\_e.html](http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_3_8_e.html)>.

GARSTKA, John J. (2005) – The transformation challenge [Em linha]. NATO Review. (2005) 8-11 [Consult. 25 Mar. 2006]. Disponível na WWW: <URL:

[http://www.nato.int/docu/review/2005/transform/transform\\_en.pdf](http://www.nato.int/docu/review/2005/transform/transform_en.pdf)>

GOLDMAN, Emily O. ; ANDRES, Richard B (1999) – Systemic effects of military innovation and diffusion [Em linha]. Joint Center for International and Security Studies, 1999.

[Consult. 01 Abr. 2006]. Disponível na WWW: <URL:<http://jciss.llnl.gov/syst.html>>

- HAINE, Jean-Yves. (2005) – ESDP transformed? [Em linha]. «NATO Review». (2005) 8-11 [Consult. 25 Mar. 2006]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.nato.int/docu/review/2005/transform/transform\\_en.pdf](http://www.nato.int/docu/review/2005/transform/transform_en.pdf)>
- RAMALHO, TGEN Pinto (2004) - Linhas de acção estratégica da política de defesa nacional. O Mundo em Português [Em linha]. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais [2004]. [Consult. 25 Jul. 2006]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=445>>.
- TELO, António José (1998a) – A política militar portuguesa no século XX. Janus. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1999. [Consult. 2 Abr. 2006]. Disponível na WWW: <URL:[http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers\\_1998fa\\_2\\_1\\_b.html#topo](http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_2_1_b.html#topo)>
- TELO, António José (1998b) – Das guerras de África ao reencontro da tradição atlântica. [Em linha]. Janus. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1999. [Consult. 2 Abr. 2006]. Disponível na WWW: <URL:[http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers\\_1998fa\\_2\\_2\\_b.html#1](http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_2_2_b.html#1)>
- TOMÉ, Luís (2005) - Relações NATO-UE e divergências transatlânticas [Em linha]. Janus. Lisboa : Autónoma de Lisboa e Público. [Consult. 25 Jul.06]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2005\\_1\\_1\\_8\\_e.html](http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_1_1_8_e.html)>.
- VASCONCELOS, Álvaro (1999a) – A europeização da Política de Defesa. Estratégia [Em linha]. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais [1999]. [Consult. 25 Jul. 2006]. Disponível na WWW: URL<<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=265>>.

## **Depoimentos**

GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS (2006), na sua residência em 30 de Março de 2006.

GENERAL GABRIEL ESPÍRITO SANTO (2006), nas instalações da Revista Militar a 13 de Julho de 2006.

GENERAL MARTINS BARRENTO (2006), no Instituto de Estudos Superiores Militares em 27 de Junho de 2006

COMANDANTE SILVA RIBEIRO (2006) no Estado-Maior da Armada a 11 de Julho de 2006.

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ TELO (2006), nas instalações da Academia Militar em 25 de Janeiro de 2006.

## Apêndice A – Correspondência entre a Arte Militar e a Teoria Geral de Estratégia

Domínios da Arte Militar	Teoria Geral da Estratégia		
	Política	Estratégia	Táctica
<p><b>POLÍTICA</b></p> <p>O poder político define os objectivos e os meios a utilizar para os alcançar.</p> <p>Os objectivos militares na guerra e as forças deles encarregues são designados pelo chefe militar.</p>	<p>Ciência: Fixa os Objectivos a realizar.</p> <p>Actividade: Define condicionamentos.</p>	<p>Ciência informadora: Auxilia Política na formulação dos Objectivos; Estabelece conceitos de acção, doutrinas de preparação e de conduta; Indica tipos de meios, processos adequados e recursos necessários;</p> <p>Actividade: Pormenoriza a doutrina estratégica escolhida; Orienta os recursos; Fixa objectivos intermédios e sucessivos</p>	<p>Enquadrante inferior da Estratégia. A cada estratégia geral corresponde uma táctica; Aplica as tácticas escolhidas pela Estratégia. São todas as acções sem influência ao nível político.</p>
<p><b>TÉCNICA</b></p> <p>A técnica influencia os meios disponíveis.</p>	<p>Actividade: Atribui os recursos a utilizar.</p>	<p>À <b><u>Estratégia Genética</u></b> compete fixar os fins para que devem tender as invenções e pesquisas.</p>	<p>A técnica influencia os meios a utilizar.</p>
<p><b>DOCTRINAS</b></p> <p>Maneira mais ou menos rendosa como se utilizam os meios, traduzidas em metodologias de emprego, sistematizadas em doutrinas (Estratégica, Táctica e Logística).</p>	<p>Actividade: Escolhe o conceito de acção e a doutrina estratégica, pesando riscos e possibilidades.</p>	<p>A <b><u>Estratégia Operacional</u></b> responde à pergunta como devem ser utilizados os meios existentes, para se alcançarem os objectivos fixados?</p>	-
<p><b>ORGANIZAÇÃO</b></p> <p>O conjunto dos meios caracterizados por determinado grau de evolução terá de se organizar, no sentido de desenvolver os esquemas preconizados pela doutrina.</p>	-	<p>A <b><u>Estratégia Estrutural</u></b> define as medidas mais adequadas, incluindo a criação de novas estruturas, que conduzam a um melhor rendimento dos meios ou recursos. Estabelece a organização da Defesa Nacional, ao nível da Estratégia Geral e a organização do Exército ao nível da Estratégia Particular.</p>	-

## **Apêndice B – Nota Biográfica sobre o Marechal Turenne e o Conde Schomberg**

### **I. Marechal de França Turenne**

De seu nome completo Henri de la Tour d'Auvergne Turenne, Visconde e Marechal da França, nasceu a 11 de Setembro de 1611 e morreu a 27 de Julho de 1675. Participou entre outras na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Guerra Franco-Espanhola (1635-1659) e Guerra Holandesa (1672-1678).



Nascido em Sedan, filho do Duque de Boullion, Henrique e da sua segunda mulher, Elisabete de Nassau é por tal motivo, sobrinho de Maurício de Nassau. De fé protestante, demonstrou desde cedo interesse por assuntos militares e pelos feitos de César e Alexandre. Após a morte do seu pai em 1625, alistou-se no exército do tio como soldado, lutando contra os espanhóis na Holanda e distinguindo-se no cerco de Bois-le-Duc em 1626.

Promovido em 1627 a Capitão por Frederico Henrique de Nassau, já depois da morte de Maurício, entra em 1630 ao serviço da França para comandar um Regimento de Infantaria; serve sob o comando de Schomberg e depois de La Force contra os espanhóis, entre 1630 e 1634. Após conduzir o assalto da fortaleza de La Motte em 1634, foi promovido a Marechal de Campo, posto equivalente a Major-General. Após a entrada da França na Guerra dos Trinta Anos, participou na campanha desastrosa do Reno sob o comando do Cardeal La Vallete em 1635. Esteve em Itália ao serviço do Duque de Harcourt entre 1639 e 1641, combatendo em Casale e em Turim.

Perdeu as suas terras devido ao envolvimento do seu irmão, o Duque de Boillon, na conspiração de 5 de Março de 1641 contra o Cardeal Richelieu, então Ministro de Luís XIII. No entanto, devido à sua lealdade para com o Rei e posteriormente com a Rainha Regente, Ana de Áustria, na menoridade de Luís XIV, foi promovido a Marechal de França a 16 de Novembro de 1643. Foi-lhe atribuído o comando do Exército da Alemanha com a missão de proceder à sua reorganização depois da derrota de Tuttlingen.

Em Maio de 1644 atravessou o Reno, invadindo a região da Floresta Negra, retirando em Junho de 1644 devido às forças superiores de Mercy. Juntando-se a Condé, assistiu este na sua contra-ofensiva e na Batalha de Freiburg entre 3 e 9 de Agosto de 1644. No ano seguinte, conduziu o Exército da Alemanha para a Franconia, mas foi surpreendido e derrotado por Mercy em Mergentheim a 2 de Maio de 1645, retirando para o Hesse, onde reorganizou o remanescente do seu exército. Reunido novamente com Condé e o Exército de Champagne, os dois invadiram



a Baviera e derrotaram Mercy na Batalha de Allerheim a 3 de Agosto de 1645 e na qual Mercy morre. No entanto, viram-se obrigados a retirar pelo Arquiduque Leopoldo.

Entre Setembro e Novembro do ano seguinte, Turenne invadiu e pilhou a Baviera, juntamente com o exército sueco do Marechal de Campo Wrangel, forçando a assinatura das tréguas de Ulm pela Baviera, a 14 de Março de 1647. Quando esta se aliou novamente ao Imperador, em 1648, Turenne e Wrangel atingiram o Danúbio e após uma acção de guarda de retaguarda derrotaram Melander em Zusmarshausen, a 17 de Maio de 1648, atingindo o rio Inn, o ponto mais perto da Áustria até aí atingido pela França. Entretanto, a Paz de Vestefália é assinada, pondo fim à Guerra dos Trinta Anos.

Esse mesmo ano ficou ainda marcado pelo início da revolta aristocrática em França contra o Cardeal Manzarino, denominada de Fronda<sup>1</sup>. Devido aos interesses da sua família e a amizade da irmã de Condé, a Duquesa de Longueville, Turenne interveio ao lado da facção rebelde na primeira guerra da Fronda, precipitada pela impopularidade das medidas fiscais de Manzarino. Em resultado da sua participação, Turenne foi forçado a fugir para a Holanda, tendo regressado a França em Maio de 1649.

Quando Condé foi preso por Manzarino a 18 de Janeiro de 1650, Turenne viu-se obrigado novamente a fugir, assumindo o comando dos rebeldes. Aliando-se aos espanhóis, então em guerra com a França, conduziu as suas forças para libertar Rethel, mas foi derrotado em Champ Blane, a 15 de Outubro de 1650, pelas forças do Marechal Plessis-Praslin, escapando por pouco à sua própria captura.

Turenne regressa a Paris em Maio de 1651 e em Agosto desse mesmo ano casa com a Princesa Charlotte de Caumont, acérrima defensora da fé Protestante. Não se empenhando no apoio da facção de Condé e com o apoio do seu irmão, o Duque de Buillon, reconciliou-se com a Rainha Regente em Março de 1652. Dai resultou que Turenne foi colocado no comando de uma das duas Divisões do Exército Real, cada uma com 4 000 homens, colocadas junto ao Rio Loire e destinadas a fazer face a Condé e aos seus aliados.

Na campanha que se seguiu e com o apoio do Marechal Hocquincourt, derrota Condé em Gien, a 7 de Abril de 1652, e em Port de St. Antoine, às portas de Paris, a 5 de Julho, desta forma terminando praticamente a guerra civil.

Em 1654, já com Condé ao serviço da Espanha, na Guerra Franco-Espanhola, Turenne captura Stenay e derrota, a 25 de Agosto, os espanhóis que cercavam Arras, atacando as três

---

<sup>1</sup> De acordo com Ferreira Martins (1945, p. 161), esta é a tradução adoptada do francês *Fronde*, que pode também significar *funda*.

linhas de defesa. Cerca Valenciennes com o Marechal La Ferte, mas é derrotado por Condé a 16 de Julho de 1656.

Em Maio de 1658 cerca Dunquerque, derrotando o exército de socorro comandado por D. João da Áustria e Condé, na Batalha das Dunas a 14 de Junho de 1658, forçando a queda de Dunquerque, entregue aos aliados ingleses e garantindo a liberdade de acção na Flandres, tomando Ypres e ameaçando Ghent e Bruxelas. O Tratado dos Pirinéus foi assinado a 7 de Novembro de 1659, materializando os sucessos alcançados na guerra e pondo fim à Guerra Franco-Espanhola.

A 5 de Abril de 1660, Turenne foi promovido a “Marechal General dos campos e exércitos do Rei” por Luís XIV, dando-lhe autoridade sobre todos os outros Marechais franceses. Depois da morte da sua mulher em 1666, renunciou ao protestantismo, convertendo-se à fé católica dois anos depois. Participou na Guerra da Devolução de 1667-68, onde o próprio rei Luís XIV comandava o Exército francês.

Comandou um pequeno exército na margem esquerda do Reno na primeira campanha da Guerra da Tripla Aliança em 1672. Conduzindo este exército através do Reno, obteve vantagem sobre o exército de Montecuccoli e de Frederico Guilherme do Brandeburgo, forçando a saída deste da aliança anti-francesa, através da assinatura do Tratado de Vassem a 6 de Junho de 1673. No Outono desse mesmo ano, tendo-lhe sido negado os reforços pedidos ao Ministro Louvois, viu-se obrigado a retirar para aquém do Reno.

No ano de 1674 foi ordenado a Turenne que defendesse a Alsácia contra forças superiores em número, de Carlos da Lorena e Bournonville, tendo atravessado o Reno e derrotado Lorena e Caprara em Sinsheim, a 16 de Junho de 1674. Após mais manobras ao longo do Reno apoderou-se de Estrasburgo, a 24 de Setembro, e derrotou o exército de Bournonville em Enzheim, a 4 de Outubro, após uma ousada marcha de flanco.

Tendo reagrupado as suas forças, lançou uma campanha de Inverno de surpresa contra as forças aliadas, utilizando o Vosges para guardar os seus movimentos rápidos. No decurso destas acções derrotou novamente Bournonville, a 29 de Dezembro, em Mulhouse. Reiterando os seus esforços, derrotou o seu adversário novamente, em Turckheim, a 5 de Janeiro de 1675, destruindo o exército inimigo e libertando a Alsácia, coroando desta forma uma brilhante campanha.

Em Junho de 1675, Turenne encontrava-se na margem oriental do Reno manobrando contra o Marechal de Campo em serviço do Império, Raimondo Montecuccoli, procurando obter o controlo da passagem do Reno perto de Estrasburgo. Os exércitos encontravam-se em contacto

em Sasbach, e Turenne examinava uma posição, quando foi morto por um projectil de canhão a 27 de Julho de 1675. A sua morte foi muito lamentada, tendo Turenne sido enterrado junto com os reis de França em Saint-Denis. Mais tarde o Imperador Napoleão mandou trasladar os seus restos mortais para os Inválidos em Paris.

Numa breve conclusão, Turenne é considerado pela generalidade dos autores de História Militar, como um mestre em estratégia e táctica, ao mesmo tempo admirado pelas suas tropas. O próprio Napoleão considerava-o um dos Grandes Capitães da História, ombreando com César e Alexandre, outrora as suas grandes referências.

## **II. Conde de Schomberg**

Frederico Armando Schomberg<sup>2</sup> é, de acordo com Espírito Santo (2005, p. 45), «o paradigma do soldado mercenário» e para Carlos Selvagem (1999, p. 436) um «organizador e um táctico», imbuído do «espírito da escola francesa que passava a informar a instrução e reorganização do exército português». Era em suma um «soldado capaz» (Bongard, 1995a, p. 664).



Nascido a 6 de Dezembro de 1615 em Heidelberg, filho de Hans Meinhard von Schönberg e de Ana Sutton, filha de Lord Dudley, veio a falecer a 1 de Julho de 1690 na Batalha de Boyne.

Nas pisadas de seu pai, seguiu a carreira militar aos 17 anos de idade, ingressando no Exército Holandês, comandado pelo Príncipe de Orange, Frederico Henrique. Passou pelo Exército sueco, em 1634 e no ano seguinte estava ao serviço da França. Regressou ao Exército Holandês em 1639, aí permanecendo até ao fim da guerra dos Trinta Anos em 1650.

Voltou a França em Maio de 1652, ingressando no exército de Turenne, como voluntário (Bongard, 1995, p. 664). Combateu durante o restante da Guerra Franco-Espanhola, sendo promovido ao posto de Marechal de Campo, em 1652, e de Tenente-General, 3 anos mais tarde, sendo licito extrapolar que se terá distinguido na conduta das operações, no período em que serviu sob Turenne.

No período que antecede a sua vinda para Portugal, constata-se que Schomberg serviu em vários exércitos do centro da Europa, na altura a braços com vários conflitos, opondo o Império dos Habsburgo e seu maior aliado a Espanha, contra Estados como a França, Holanda e Suécia,

---

<sup>2</sup> Na grafia alemã os dois primeiros nomes são Friedrich Hermann e na francesa Frederic Armand. Quanto ao nome de Schomberg, é a forma como a generalidade dos autores consultados, tais como o General Espírito Santo, o designam. Originalmente seria Schönberg, designação utilizada pelo General Ferreira Martins, no entanto, de acordo com este autor, alguns documentos portugueses referem com a grafia Chumbert.

tendo servido nestes três últimos. Pode-se inferir que as influências sobre o seu pensamento militar e conduta nas operações advenham do seu contacto com as principais escolas da arte militar da altura e que produziram uma verdadeira Revolução Militar na Europa: a sueca de Gustavo Adolfo, a holandesa de Maurício de Nassau e talvez a mais significativa em termos de influência, a escola francesa de Turenne<sup>3</sup>, sob quem serviu directamente.

A 24 de Agosto de 1660, um ano após a assinatura da Paz dos Pirinéus, que pôs termo à Guerra Franco-Espanhola, assinou um contrato com o governo Português, tendo chegado a Portugal em 13 de Novembro de 1660. É referido que o estatuto da sua vinda para Portugal era o de Conselheiro Militar Especial Neutral (Bongard, 1985a, p. 664), visto a França já não estar em guerra com Espanha e por esse motivo oficialmente não poder apoiar a causa portuguesa.

Se de início vinha para ser Capitão General das Armas do Reino, equivalente a Comandante do Exército, o que aconteceu é que acabou por ficar Mestre-de-Campo General do Alentejo e mais tarde, do Exército Português, considerada por Selvagem como uma função equivalente à de Chefe de Estado-Maior General (1999, p. 436) e que lhe dava ao mesmo tempo assento no Conselho de Guerra. Mais tarde, já durante a campanha, alegadamente para evitar conflitos com os Comandantes Portugueses, passou a General das Tropas Auxiliares Inglesas.

Sabe-se que depois da sua chegada, permaneceu em Lisboa até Janeiro de 1661, após o que se dirigiu ao Alentejo, ciente talvez da sua importância no desenrolar da guerra, para inspeccionar as praças de guerra da Província, tendo como resultado da sua viagem, proposto a fortificação entre outras, das praças de Estremoz, Évora, Monsaraz e Serpa.

Sabendo dos preparativos para a invasão de Portugal pelo Alentejo, o Conselho de Guerra elegeu Estremoz como base de operações, apresentando Schomberg três planos para a defesa do Alentejo. Nas operações de 1661, mantêm-se a resistência à acção de Schomberg. Este aproveita um «período de acalmia nas operações, para organizar, disciplinar e instruir à moderna as tropas portuguesas» (Selvagem, 1999, p. 438).

Em Maio de 1662 dá-se nova invasão do exército espanhol sobre o Caia. Nesta altura o Comandante Militar do Alentejo era o Marquês de Marialva, sendo Schomberg o seu Chefe de Estado-Maior. Este trata da organização defensiva de Estremoz, retirando pouco depois o exército espanhol. Em Junho do mesmo ano, o Conde de Castelo Melhor torna-se Ministro do Reino e chega a Lisboa um novo contingente de tropas inglesas.

---

<sup>3</sup> De referir que Eugène Carrias (1960, p. 116) considera a própria escola de Turenne como resultante da síntese das escolas holandesas de Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo da Suécia.

No ano de 1663, Schomberg é nomeado novamente Chefe de Estado-Maior e General das tropas estrangeiras – inglesas, alemãs e francesas – e tendo como Comandante Militar do Alentejo, o Conde de Vila Flor, com um exército de 17 000 homens.

Após a tomada de Évora por D. João da Áustria, e no seguimento da perseguição portuguesa, quando este tentava retirar para Espanha, Schomberg, contra a vontade de Vila Flor, toma posições de batalha e cai sobre o inimigo, obtendo a vitória, na que ficaria conhecida como a Batalha do Ameixial ou do Canal, a 8 de Junho de 1663, e considerada a batalha decisiva da Guerra da Restauração. No seu seguimento, dá-se a reconquista de Évora a 24 de Julho de 1663.

Em 1664, ano de acções ofensivas contra Espanha, Schomberg é o General das tropas estrangeiras, sob o comando do Marquês de Marialva, já Capitão General do Reino. Este exército invade Espanha, tomando Valência de Alcântara, forçando por isso a queda de Arronches, ocupada já à algum tempo por tropas espanholas.

Previendo-se uma nova invasão em 1665, Schomberg é nomeado mais uma vez Chefe de Estado-Maior, ao mesmo tempo que se contratam novas tropas estrangeiras – francesas e irlandesas. Em reacção ao cerco espanhol sobre Vila Viçosa, dá-se a Batalha de Montes Claros a 17 de Junho de 1665, última grande batalha da Guerra e onde uma vez mais se destaca a acção de Schomberg na direcção das tropas. Após a batalha, Schomberg, chega a entrar em Espanha com algumas tropas – muito provavelmente constituídas por maioria de tropas estrangeiras – destruindo vários Corpos de Cavalaria.

Em Outubro assiste tecnicamente o Conde do Prado na invasão da Galiza, onde são conquistadas Tui e La Guardia. Em 1666, Schomberg, partindo de Beja com 500 homens, tomou Trigueros e Gibralen, ameaçando Sevilha.

Terminada a Guerra da Restauração regressa a França, adquirindo a nacionalidade francesa. Em 1673 esteve em Inglaterra, onde foi promovido a Tenente-General, com o intuito de preparar a invasão da Holanda. Regressou a França e esteve com Luís XIV no cerco a Maastricht. Comandou sem sucesso a invasão da Catalunha em 1674, capturando entretanto Bellegarde. É promovido a Marechal de França, juntamente com outros Oficiais, em Julho de 1675, depois da morte do Marechal Turenne. No entanto, após a revogação do Édito de Nantes<sup>4</sup> e sendo Protestante, abandonou o serviço da França.

Em 1687, torna-se General Chefe do Exército do Eleitor do Brandeburgo, comandando o contingente de tropas prussianas no Exército de Guilherme de Orange. Na expedição deste a

---

<sup>4</sup> O rei Luís XIV revogou o édito de Nantes, que garantia a liberdade de religião aos protestantes, criando o pressuposto da unidade religiosa sob o absolutismo em França e que levou à fuga para outros países europeus, como a Inglaterra, Holanda e Alemanha de protestantes que levaram consigo as suas habilitações e saberes.

Inglaterra no Outono de 1688, ocupa o segundo lugar na hierarquia de comando e após a coroação de Guilherme III é feito Duque.

Comandou uma pequena força destinada a garantir o controlo da Irlanda, em Agosto de 1689, capturando a cidade de Carrickfergus. Nos meses seguintes suspende as operações, retomando-as na Primavera seguinte, efectuando a junção com o Exército de Guilherme III após a chegada deste à Irlanda. A 1 de Julho de 1690, morre na Batalha de Boyne, quando tentava reorganizar as suas tropas, após um contra-ataque da Cavalaria irlandesa.

Sobre as suas influências, Selvagem (1999, p. 438) refere a sua acção importante na organização, disciplina e instrução «à moderna» das tropas portuguesas, como sejam a organização dos acampamentos em formação de marcha, as novas formações de batalha e as marchas de costado.

## **Apêndice C – Adequação do modelo do exército francês do Marechal Turenne ao Exército Português do tempo do Conde de Schomberg**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na altura da Campanha da Restauração**

<b>Revolução Militar</b>	Criação no Século XVII do Estado Moderno e das Modernas Instituições Militares.
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Uso de <b><u>armas combinadas</u></b> (Mosquete, Pike, Cavalaria, Artilharia móvel de fogo rápido);</li><li>– <b><u>Formações lineares</u></b> e <b><u>ênfase na disciplina</u></b> permitem a Gustavo Adolfo a derrota dos Exércitos espanhóis – um Império com recursos muito mais vastos que a Suécia.</li><li>– Acompanhado por <b><u>melhoramentos na administração militar</u></b> e papel chave do Estado Absolutista.</li><li>– <b><u>Batalhas Decisivas</u></b>: Derrota dos Habsburgo pelos Suecos em 1631-34 durante a Guerra dos Trinta Anos, com início na Batalha de Breitenfeld em 1631.</li></ul>

### **II. Adequação do modelo do exército francês ao exército Português através das Áreas de transformação**

#### **II.1. Objectivos para o Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg**

##### **II.1.1. Políticos**

*«Obter o reconhecimento da sua qualidade de Estado independente, por parte dos adversários de Espanha e, também, dos países neutrais. Obter apoios internacionais privilegiando as potências marítimas. Manter o fluxo comercial do Atlântico, especialmente do Brasil» (Viana, 1996, pp. 141-142).*

##### **II.1.2. Estratégicos**

Organizar um instrumento militar capaz de resistir a Espanha; Garantir a defesa militar contra uma invasão terrestre por parte de Espanha.

##### **II.1.3. Tático**

Derrotar o exército inimigo em batalha em campo aberto.

#### **II.2. Recursos Humanos**

No Exército Francês do Marechal Turenne, de acordo com Eugène Carrias (1960, p. 114) o rei comandava o Exército através do Ministério da Guerra. Foi eliminado o cargo de

Condestável, sendo o comando das forças dividido por Tenentes Generais. Turenne foi o primeiro militar nomeado Marechal de França em 1660 (Guerlac, 1986, p. 67).

Nesta época foram dados os primeiros passos na constituição de forças permanentes. A base do recrutamento era o voluntariado. No entanto, mantinha-se o sistema de levadas de recrutamentos forçados (Guerlac, 1986, p. 65). Em França no tempo de Luís XIV, o serviço militar tinha uma duração de 3 anos.

Verifica-se a contratação de grandes efectivos estrangeiros, (geralmente alemães, escoceses, holandeses, italianos e suíços) tanto de chefias militares, como de soldados para guarnecer as fileiras do exército. Com Gustavo Adolfo surgiu o embrião do Exército nacional, através do serviço militar a prestar pelos nacionais, empregues na defesa das fronteiras do País, enquanto os efectivos estrangeiros participavam nas campanhas externas do Rei. Os Oficiais eram oriundos da nobreza, enquanto os soldados advinham do campesinato (Rothenberg, 1986, pp. 47-48).

Para a manutenção da força militar contribuía de forma decisiva o pagamento atempado dos vencimentos e a preocupação com a disciplina, inspirada no modelo holandês de Maurício de Nassau (Rothenberg, 1986, p. 41).

Outra característica importante era a instrução militar individual e o treino intensivo das manobras tácticas, mesmo em tempo de paz, nas guarnições, no campo e durante as campanhas. As tarefas dos soldados passaram a incluir a construção de fortificações de campanha, pelo que o treino incluía a remoção de terras e a construção de entrancheiramentos.

Verificava-se igualmente uma especial atenção à formação dos quadros superiores do Exército, constatada pelo aparecimento de escolas de formação de Oficiais.

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg, para as tropas de linha o tempo de serviço variava de acordo com as circunstâncias, mas para os voluntários o tempo de serviço não excedia os 6 anos. O Exército Português em termos de recursos humanos estava organizado da seguinte forma:

- ***Exército de 1ª Linha ou tropas pagas.*** Destinados à guerra nas fronteiras de uma forma permanente, incorporava numerosos efectivos estrangeiros. O seu maior efectivo era obtido através da realização de levadas de camponeses ou elementos das margens da sociedade, sendo arregimentados à força ou por artifícios enganadores. Recebiam pão e soldo. Quanto aos Oficiais eram oriundos da nobreza;
- ***Soldados auxiliares,*** serviam ocasionalmente nos momentos da guerra activa, combatendo ao lado das tropas pagas, momento em que também recebiam pão e soldo. Logo que o motivo da sua convocação houvesse cessado, regressavam às suas terras;



- **Ordenanças**, substituíam as tropas de 1ª linha ou as auxiliares na guarnição das praças, quando estas saíam das suas terras, fazendo ainda serviços de vigilância e serviços auxiliares locais.

Os Oficiais eram recrutados na nobreza e nomeados pelo Rei. Os soldados eram recrutados, nas listas de Ordenanças, de entre os filhos segundos de todas as classes, excepto os filhos de viúvas e os lavradores.

Com Schomberg reforçou-se a ênfase na instrução e no treino, principalmente o treino colectivo. No entanto, a formação dos quadros superiores era ainda incipiente. As maiores perdas dos efectivos são «não devidas ao combate» – deserções e doenças – verificando-se ainda muitas dificuldades em realizar os pagamentos às tropas.

Durante todo o conflito foram **recrutados efectivos no estrangeiro**, mediante os acordos estabelecidos com os vários Estados. Assim, vieram combater em Portugal contingentes significativos de franceses, ingleses e holandeses, constituindo já unidades próprias, normalmente de escalão Regimento de Infantaria e Cavalaria. Outros contingentes contratados foram de militares italianos, suecos, alemães e catalães. Vinham para combater como também para desempenhar funções específicas, como fossem as de Artilharia e de construção de fortificações. O mais ilustre, destes militares durante a Guerra da Restauração, foi o Conde de Schomberg.

### **II.3. Recursos Materiais**

No Exército Francês do Marechal Turenne, a **Infantaria** utilizava o arcabuz, o mosquete com cartucho de papel ou o pique de 3,6m, introduzido por Gustavo Adolfo. A **Cavalaria** armava de sabre comprido, de gume cortante e de pistola, geralmente duas. Desapareceram as armaduras, ineficazes perante as armas de fogo, conservando-se apenas o capacete e a couraça ou peitoral. Na **Artilharia** verificou-se a introdução de canhões ligeiros, por Gustavo Adolfo, destinados a acompanhar a Infantaria no ataque.

A fortificação permanente representava um papel essencial nos movimentos estratégicos das campanhas desse tempo, objectivos últimos de todas as concepções estratégicas. As campanhas apoiavam-se no sistema das cidades fortificadas. O modelo de fortificação utilizado era o traçado italiano. Apresentava a forma de um polígono, geralmente regular, com os bastiões projectando-se a partir de cada ângulo, de forma a sujeitar o inimigo a fogos cruzados. Consistia em três divisões: uma muralha interior baixa e maciça, uma vala larga e uma muralha externa, que descaía suavemente até ao nível do solo (Hespanha, 2004, p. 16 e Duarte, 2003, p. 27).

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg, a **Infantaria** utilizava o pique ou lança comprida de 5,94m, espada e adaga. Como armamento defensivo dos piqueiros eram utilizados os peitos de aço, os braçais, morrião ou capacete e as manoplas. As armas de fogo utilizadas eram o arcabuz de 1 metro e vinte de comprimento e seis quilos de peso e o mosquete de aproximadamente 2 metros de comprimento e 10kg de peso e maior alcance, não havendo armadura que resistisse ao efeito dos seus projecteis ou pelouros. Os arcabuzeiros não vestiam couraça e as armas defensivas que utilizavam reduziam-se ao morrião. Os mosqueteiros usavam chapéu de aba larga ou muito raramente, morrião.

O armamento da **Cavalaria** portuguesa era para os arcabuzeiros uma carabina, duas pistolas e uma espada e para os couraceiros apenas duas pistolas e uma espada. Tanto as pistolas como as carabinas eram de fecho de pederneira. Quanto à espada apresentava uma lâmina recta e de secção plana, com bordos cortantes e pontiaguda (Nunes, 2004a, p. 54).

A generalidade das fortificações da raia foi reformada de acordo com o modelo vigente na Engenharia militar, o chamado traçado italiano, a partir de 1640, tais como Elvas, Olivença, Campo Maior, Serpa, Moura, Valença do Minho, Castelo Rodrigo e Almeida.

#### **II.4. Doutrina Estratégica**

No Exército Francês do Marechal Turenne, existiam na altura duas correntes de pensamento militar na Europa, traduzidas ao nível estratégico-militar: Uma baseada na **escola holandesa de Maurício de Nassau**, que considerava a defensiva como a forma principal para atingir os objectivos, conduzindo uma guerra de cerco lenta, para obter resultados positivos ao longo do tempo. Em geral os governos europeus mostravam uma preferência pela Guerra de Cerco, pela maior garantia nos resultados. A outra baseava-se na **escola de Gustavo Adolfo**, de pendor ofensivo, procurava decidir a guerra através da batalha em campo aberto e da destruição das forças adversárias, conduzindo manobras audazes. A rapidez e o segredo eram essenciais para as operações consideradas decisivas.

**Turenne** estabeleceu uma síntese entre as duas escolas predominantes, mas ao nível tático era um seguidor das ideias de Gustavo Adolfo. Estabeleceu também uma preocupação com a cobertura das linhas de comunicações e armazéns de etapas, a fim de não ser surpreendido e estar numa posição favorável em caso de ataque por parte do inimigo.

No entanto, na maioria dos casos, não existia um comando unificado das operações, ao nível estratégico e operacional, o que resultava na existência de pequenos exércitos, sem qualquer ligação entre si, perseguindo objectivos restritos em teatros diferentes – que passavam pela tomada de uma praça forte, a ocupação de um território fronteiriço ou a sua conservação até à

assinatura de um tratado de paz. Com a nomeação de Turenne para Marechal de França por Luís XIV procurou-se centralizar cada vez mais o comando das forças militares.

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg, de referir que desde 1640 se pretendeu envolver o Rei na conduta das Operações Militares. É extinta a figura do Condestável do Reino e é criado, logo em 1640, o «Conselho de Guerra» a cujo conselho militar estavam sujeitas as operações militares, verdadeiro órgão de estado-maior do soberano que mantinha o poder decisório final.

Quanto à estrutura superior do Exército foi criado o cargo de Capitão-General das Armas do Reino. Foram criados ainda os cargos de Mestre de Campo General, equivalente a Chefe de Estado-Maior e de Governadores das Armas para as cinco províncias em que se encontrava dividido o País: Alentejo, Entre Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira e Estremadura. O que se verifica é uma falta de coordenação entre as acções do Exército nas várias províncias, que só se conseguiu obter através de um poder político forte, surgido com a ascensão a Escrivão da Puridade, equivalente a Primeiro-Ministro, de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º Conde de Castelo Melhor. A partir de então assistiu-se a uma maior concertação de esforços entre os vários TO, através da transferência de recursos humanos e materiais para os locais onde mais eram necessários.

As operações militares apoiavam a sua conduta nas praças-fortes. Para o efeito concebeu-se uma base de operações central, assente na praça fortificada de Estremoz, posição de expectativa estratégica, onde seria efectuada a concentração, treino e preparação de efectivos oriundos de vários pontos, para a partir daí o Exército poder cortar as linhas de invasão inimigas.

Guarneceram-se as várias Praças-Fortes com os efectivos e abastecimentos necessários para a sua defesa, de forma a obrigar à dispersão das forças adversárias e a um empenhamento acentuado dos seus efectivos. Foi estabelecido um Centro de Reabastecimento na cidade de Évora, com a finalidade de armazenar e distribuir os abastecimentos necessários pelas forças em operações.

A estratégia utilizada era essencialmente defensiva, enquanto ao nível tático predominou a partir de Schomberg a manobra ofensiva. Por esse facto predominou a estratégia directa de combate ao adversário, contrariando o predomínio anterior das estratégias indirectas de guerra de usura. Esboçou-se ainda uma estratégia ofensiva, através de incursões em território inimigo, mas devido à falta de meios e de capacidade de subsistência em território inimigo, foram pouco aproveitadas.

## **II.5. Doutrina Tática**

No Exército Francês do Marechal Turenne, em *ordem de batalha* o exército formava em duas ou três linhas separadas entre si por 300 passos, com uma pequena reserva de Infantaria e Cavalaria, ou só de Cavalaria. O Comandante colocava-se no centro do dispositivo junto com os seus adjuntos. Em cada linha a Infantaria dividia-se em duas alas, sendo cada ala a duas Brigadas, constituídas por dois ou mais batalhões. O fraccionamento em Brigadas aumentava a mobilidade, permitindo já certa manobra no decurso da batalha. A Cavalaria, nos flancos, formava também em duas alas e duas linhas. As unidades de piqueiros e mosqueteiros, formadas em 6 linhas de profundidade cada uma, separadas por intervalos que os atiradores utilizavam para se colocarem à retaguarda e municiarem as armas (Selvagem, 1999, p. 435).

Na *Infantaria* o Batalhão ou Esquadrão, unidade tática, formava em linhas de 6 fileiras (à sueca) à distância de 2 alabardas, para facilitar as marchas. Fraccionado em Companhias, o centro da linha de Batalhão era de piqueiros e as alas de mosqueteiros, distribuindo-se os Oficiais pela frente, segundo a antiguidade, e sem se ponderar se conheciam ou não a tropa que comandavam.

Constituíam-se uma pequena reserva de Infantaria e Cavalaria ou só de Cavalaria.

No *combate* a tática de Turenne adapta os princípios da tática holandesa e sueca. Na proximidade do inimigo, marchava-se por alas em 4 colunas; Artilharia de posição ao centro, entre duas alas de Infantaria e Artilharia ligeira; Nos flancos da Infantaria iam as alas de Cavalaria. Os movimentos diante do inimigo mascaravam-se com uma cortina de Cavalaria ou Infantaria ligeira. Tomava-se posição de batalha sobre o flanco, mas após o desenvolvimento era difícil modificar a posição inicial.

Quando debaixo do fogo da Artilharia a Infantaria abria as fileiras. Sob uma carga de Cavalaria, os piqueiros intercalavam-se entre os mosqueteiros.

Na ofensiva os piqueiros estavam enquadrados pelos mosqueteiros, dispostos nos flancos em 20 linhas, efectuando fogo e permitindo que os piqueiros avançassem, os mosqueteiros da primeira linha, após dispararem deixavam-se ultrapassar pelos seguintes, engrenando no final.

A *Cavalaria* constituía no exército de Gustavo Adolfo, metade a três quartos do efectivo total, sendo bastante agressiva e rápida. A Companhia dispunha de 120 a 150 cavaleiros, formados em três linhas, efectuando cargas para romper as linhas adversárias. No início da batalha, um Pelotão de Mosqueteiros protegia a Cavalaria. Quando perto do inimigo, podiam disparar a sua pistola, utilizando depois longos sabres. Podiam ainda no combate utilizar uma segunda pistola.

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg, e para a batalha, os Terços articulavam-se em Batalhões ou Esquadrões, articulados em duas Companhias. A força formava geralmente em terreno aberto. Quando se aproximava do inimigo, marchava de costado para inimigo, ou seja, com o dispositivo em coluna de modo a que pudesse rapidamente voltar para a direita ou para a esquerda, fazendo face ao inimigo já na frente estendida, passando as colunas a linhas. Durante o deslocamento a reserva protegia o trem deslocando-se também parte da Artilharia à retaguarda, podendo parte marchar no meio, conforme se pretendesse posicionar as peças.

Para o combate, formava-se em duas linhas, com a Infantaria no centro, a Cavalaria nas alas, podendo esta última variar o seu posicionamento de acordo com o terreno e o inimigo. A Artilharia era disposta à frente do dispositivo e em pontos onde melhor pudesse apoiar a manobra do exército. Podia-se ainda formar as linhas em duas alas distintas, cada uma composta pelos Batalhões de Infantaria e Cavalaria. Para melhor referenciar as unidades durante o combate, cada Unidade Tática usava um estandarte branco com a cruz de Cristo, transportada e guardada pelo Alferes.

Na **Cavalaria** utilizava-se a denominada «*charge à la française*», baseada na determinação individual dos combatentes, em que a Cavalaria é utilizada como força de choque e as armas de fogo dispensadas, ou então disparadas antes da carga ou à queima roupa, antecipando o recurso à espada. Nas escaramuças as Companhias de Cavalaria dividiam-se em batedores, constituindo pequenos grupos de 2 a 10 elementos.

A **Artilharia** podia ser de acompanhamento, utilizando peças de 7, 6 e 4 libras, ou de posição, mais estáticas, com calibres de 12 ou 24 libras. Havia ainda a Artilharia de sítio, utilizada nos cercos às praças fortificadas.

Quanto à **manobra táctica** utilizada ela assentava no seguinte: Após se ter detectado a direcção ou localização do exército adversário, procurava-se o grosso desse mesmo exército de forma a dar-lhe batalha, quando já tivesse dispersado o seu potencial inicial, garantindo ao exército português um potencial superior, no sentido de o derrotar, obtendo dessa forma resultados decisivos. Após a destruição ou expulsão das forças inimigas, os eventuais pontos tomados seriam mais facilmente reconquistados devido à falta de apoio.

## **II.6. Doutrina Logística**

Foi instituída por Richelieu a separação entre a actividade operacional e a organização e gestão do exército. Criou-se o cargo de Intendente, dependente do Governo e encarregue nas Províncias da administração da Polícia e das Finanças e que estendia a sua acção ao Exército,

assegurando a sua administração, dele dependendo vários comissários de guerra. Supervisavam a construção das fortalezas e geriam os pagamentos aos militares. Os comissários de guerra efectuavam os pagamentos às tropas e eram responsáveis pelo armazenamento dos equipamentos.

Foram criados os serviços de Intendência (administração militar e de saúde). Criaram-se armazéns, escalonados nas linhas de etapas, permitindo às operações uma regularidade e continuidade desconhecidas até então (Selvagem, 1999, p. 434).

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg, a direcção logística das operações era assegurada pelo poder central, neste caso pela Coroa. Procurava-se através de contratos com assentistas, garantir a continuidade do fluxo de abastecimentos e evitar a sua falta.

O elemento essencial da alimentação diária dos militares era o Pão de Munição, podendo na sua falta ser substituído por biscoitos. Quando não era possível adquirir no mercado civil, o pão era cozinhado em fornos de campanha. A dieta diária podia ainda incluir carne, bacalhau, arroz e vinho. Como as operações se desenrolavam normalmente no Verão, a água era um problema, fazendo com que os Terços levassem consigo carros de muares com pipas de água. Na maioria dos casos as operações estavam sujeitas a flutuações nos abastecimentos (Espírito Santo, 2005, p. 41).

## **II.7. Organização**

No Exército Francês do Marechal Turenne a *Infantaria* era constituída administrativamente em Regimentos, cada um com 2 Batalhões ou Esquadrões, como também eram designados, ou então com 8 Companhias, cada uma incluindo piqueiros, mosqueteiros e alguns fuzileiros. Os efectivos por Regimento oscilavam entre os 800 e os 1200 homens, sendo que um pequeno número de mosqueteiros não se encontravam enquadrados pelas Companhias e estavam destinados a tarefas de carácter geral, como sejam a segurança durante os deslocamentos.

A *Cavalaria* constituía metade ou três quartos dos efectivos. Estava organizada em Companhias de 120 a 150 cavaleiros. A *Artilharia* foi organizada em carácter permanente pela primeira vez, existindo uma proporção das bocas de fogo de 4 canhões por 1000 homens. Nesta altura foi criado o Corpo de Engenheiros. Quanto às reservas eram geralmente constituídas por efectivos de Cavalaria e Infantaria. (Selvagem, 1999, p. 435)

No Exército Português ao tempo do Conde de Schomberg a *Infantaria* estava organizada em Terços de cerca de 2 000 homens, mas que em geral não excediam os 1 200 a 1 500 praças, comandadas por um Mestre-de-Campo, equivalente ao actual Coronel, tendo imediatamente a

seguir na cadeia de comando um Sargento-Mor, equivalente a Major. O Terço integrava todos os serviços militares, como a alimentação, vestuário, soldo, justiça, assistência religiosa e sanitária.

Os Terços de Infantaria eram unidades territoriais que se repartiam para a batalha em unidades tácticas, as Companhias que se articulavam de acordo com o seu armamento: Piqueiros, Arcabuzeiros ou Mosqueteiros, que se misturavam para o combate. Comandadas por um Capitão que tinha um Alferes e um Sargento. Os Capitães recebiam ordens do Mestre-de-Campo e o Sargento-Mor comunicava directamente com os Sargentos da Companhia.

Quanto à **Cavalaria** a sua base territorial assentava na Companhia de Cavalos ou de Cavalaria, com um efectivo fixado em 65 homens. Designavam-se de acordo com o armamento, por cavalos de armas ou couraças, cavalos ligeiros ou dragões e cavalos arcabuzeiros. A Companhia articulava-se em Primeira Plana que integrava o Capitão, um Tenente, um Alferes e um Furriel e em Esquadras de 10 a 20 soldados, comandadas cada uma por um Cabo de Esquadra. Em 1664 adoptou-se o agrupamento regular das Companhias em Troços de 8 Companhias, comandados por um Comissário Geral, auxiliado por 2 Ajudantes. Existiam também Companhias Independentes destinadas à guarda pessoal do Governador de Armas, do Capitão General do Exército, Sargentos Mor de Batalha, General de Cavalaria e Tenentes Generais. Existiam ainda Companhias para o Capitão das Guias e para o Preboste Geral.

A **Artilharia** estava sobre a jurisdição do Tenente General da Artilharia. Constituída por Artilharia de sítio, Artilharia de posição e Artilharia de batalha, as bocas de fogo de vários calibres eram servidas pelos troços de artilheiros, que não dispunham ainda de corpo regular de tropas.

## **Apêndice D - Nota Biográfica sobre o Conde de Shaumburg-Lippe**

Frederico Guilherme Ernesto, Conde reinante de Shaumburg-Lippe<sup>5</sup>, nasceu a 9 de Janeiro de 1724 em Londres, sendo filho do Conde Alberto Wolfgang. Estudou na Holanda e em França, passado o que entrou ao serviço das Guardas Inglesas, sendo pouco depois promovido a Alferes. Com 19 anos de idade assistiu à Batalha de Dettingen<sup>6</sup>, com seu pai, então General.



Em 1744 alistou-se na marinha inglesa, tendo abandonado essa carreira passado pouco tempo, por motivos de saúde. Em 1748 sucede a seu pai no governo dos seus Estados. No início da Guerra dos Sete Anos<sup>7</sup> uniu o seu exército, organizado segundo as ideias prussianas, às tropas hanoverianas, de cuja Artilharia foi nomeado grão-mestre pelo rei de Inglaterra e nesta qualidade tomou parte em algumas batalhas.

Em 1762 o governo inglês enviou-o para Portugal e por decreto de 3 de Julho desse mesmo ano, foi-lhe atribuído o posto de Marechal General e «dado o tratamento de Alteza Sereníssima» (Mattos, 1968, p. 754), ficando encarregue do governo das armas de todas as tropas de Infantaria, de Cavalaria, dragões e Artilharia.

Com uma força anglo-portuguesa diminuta, opôs-se ao exército franco-espanhol, decidindo limitar as suas manobras a manter-se na defensiva. Após o final da Guerra dos Sete Anos, manteve-se ao serviço do Exército Português, alterando a orgânica, o sistema de recrutamento, a táctica, o armamento e os uniformes.

Regressou ao seu País, passados dois anos após a sua chegada, continuando a manter sempre boas relações com Portugal, onde regressou em 1767, correndo novamente o País, para verificar o efeito obtido com as suas reformas. Começou por inspeccionar, fazendo manobrar na sua presença as tropas de Trás-os-Montes. Organizou o acampamento de Olhos de Água, entre Azeitão e Palmela, na margem esquerda do Rio Tejo, onde se realizaram manobras, fazendo empenhar vinte regimentos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, num total de 13 375 homens e 20 bocas de fogo (Botelho, 1938, p. 471).<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> De acordo com o General Botelho, o próprio Conde escrevia Shaumburglippe (1938, 468).

<sup>6</sup> No âmbito da Guerra de Sucessão Austríaca, em Junho de 1743, Jorge II, rei da Inglaterra, à frente de um exército anglo-hanoveriano, derrota o exército francês. Alguns autores portugueses referem a Batalha como sendo Dettiragen (Mattos, 1968, p. 754).

<sup>7</sup> A Guerra dos Sete Anos decorreu de 1756 a 1763, opondo por um lado a Prússia e a Inglaterra e por outro a Áustria, a França e a Rússia. Quanto ao Hanover, pertencia na altura aos reis de Inglaterra.

<sup>8</sup> Manobras realizadas entre 27 de Novembro e 12 de Dezembro de 1767, comandadas pelo próprio Marechal.



Ao fim de seis meses regressou ao seu País, continuando a tentar melhorar o Exército Português, mas o governo pombalino desinteressou-se quase por completo da sua obra.

O Conde de Lippe faleceu em Setembro de 1777, seis meses depois da morte de D. José e da demissão do Marquês de Pombal. O exército português comprou, à viúva do seu sucessor, os manuscritos que o Conde deixara, respeitantes à defesa de Portugal. De referir ainda que o Conde de Lippe fundou uma Escola Militar na Alemanha que existiu até 1867.

## **Apêndice E – Adequação do modelo do exército de Frederico II da Prússia ao Exército Português do tempo do Conde de Lippe**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na altura da Guerra Fantástica**

<b>Revolução Militar</b>	Criação no Século XVII do Estado Moderno e das Modernas Instituições Militares.
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Uso de armas combinadas (mosquete com baioneta, Cavalaria, Artilharia móvel de fogo rápido);</li><li>– Formações lineares e ênfase na disciplina permitem a Gustavo Adolfo a derrota dos Exércitos espanhóis – um Império com recursos muito mais vastos que a Suécia.</li><li>– Acompanhado por melhoramentos na administração militar e papel chave do Estado Absolutista.</li><li>– Batalhas Decisivas: Derrota dos Habsburgo pelos Suecos em 1631-34 durante a Guerra dos Trinta Anos, com início na Batalha de Breitenfeld em 1631.</li></ul>

### **II. Adequação do modelo do exército prussiano ao exército Português através das Áreas de transformação.**

#### **II.1. Objectivos para o Exército Português ao tempo do Conde de Lippe**

O objectivo político era a manutenção da independência face a Espanha. O objectivo estratégico a atingir era garantir a defesa contra a invasão terrestre.

#### **II.2. Recursos Humanos**

No Exército de Frederico II da Prússia cada Regimento tinha atribuídos determinados Distritos de Recrutamento, onde recrutavam os efectivos necessários. O recrutamento era feito através do voluntariado, da força ou de ardis. As tropas estrangeiras representavam metade dos efectivos do exército prussiano. Existia um corpo homogéneo de Oficiais recrutados na nobreza.

A disciplina era férrea e utilizava-se o treino intensivo das formações de combate, sobressaindo em toda a Europa pelo grau de disciplina dos movimentos das suas formações, sendo por vezes denominado de «*Exército Mecânico*».

No Exército Português ao tempo do Conde de Lippe, o *exército de 1ª linha* passou a contar em tempo de paz com 20 688 homens de Infantaria, 5 838 homens de Cavalaria e 2880 de Artilharia, num total de 30 000 homens. Estes estavam organizados em 24 Regimentos de

Infantaria, 1 de Voluntários Reais, 10 Regimentos de Cavalaria, 4 Regimentos de Artilharia e 1 Regimento da Armada. O recrutamento da tropa de linha era regional, efectuado por distritos, cada um atribuído a um Regimento. Durante o período da Guerra Fantástica dá-se a incorporação de **numerosos efectivos estrangeiros** que chegaram a ser metade dos efectivos do Exército Português.

Deu-se especial ênfase à observância de uma disciplina rigorosa, através da publicação e implementação de vários Regulamentos, no sentido de harmonizar as práticas e tornar o Exército uma máquina eficiente. Exigia-se o rigor nas formações em parada e prática de ordem unida, executada ao mando de vozes com um significado muito preciso. Este rigor era mantido nos acampamentos para a realização de manobras, dos quais ninguém era dispensado e mesmo nos acampamentos de guerra. Foram criados campo de manobras em Vila Viçosa, Moita e Palmela, onde se realizaram as primeiras manobras regulamentares perante a família real e o Marquês de Pombal.

Os Oficiais tinham a responsabilidade de fazer com que os soldados aprendessem o manejo da arma, comportarem-se como militares e a terem atenção à forma como se fardavam.

Existia um código de penas severas, no sentido de obrigar ao cumprimento das tarefas pelo soldado. As faltas eram punidas com grande rigor. Aplicava-se a pena de morte através do fuzilamento ou enforcamento nos casos de motins, homicídios e traição. Outras penas incluíam trabalhos nas fortificações durante meses ou anos, agrilhoados no pé e na mão direita e um rótulo nas costas indicando a infração. Em relação às penas mais leves incluíam pancadas dadas com as costas da espada, prisão a pão e água, guardas e sentinelas extras (Nunes, 2004a, p. 77).

Incrementou-se a instrução dos Oficiais de Artilharia e de Engenharia no Real Colégio dos Nobres. Preconizou-se a constituição de bibliotecas nos Regimentos para incrementar a preparação dos Oficiais das outras armas. Aumentou-se igualmente a eficácia do Exército através da contratação de Oficiais estrangeiros, à semelhança dos exércitos permanentes de outros países.

Acabaram-se as promoções de favor, passando estas a ser feitas por critérios de competência e mérito, sendo da responsabilidade do rei a promoção dos Oficiais Superiores.

Publicou-se o primeiro regulamento de uniformes do Exército Português, com as fardas com o mesmo corte e feitio, distinguindo-se os Regimentos pelas cores das golas, bandas, canhões das mangas e calções. A cor do uniforme era azul ferrete, com excepção dos tambores e pifanos. Apenas relativamente aos chapéus e às botas o Regulamento era omissivo sobre o modelo a utilizar.

### **II.3. Recursos Materiais**

No Exército de Frederico II da Prússia toda a Infantaria passou a ter como arma individual o mosquete de pederneira, de alma lisa e com baioneta de olhal, que permitia fazer fogo com a baioneta colocada, eliminando os piqueiros do campo de batalha, desde o início do século XVIII. Aumentou-se desta forma o poder de fogo disponível proporcionando uma ainda maior utilização das formações lineares no campo de batalha. A Cavalaria continuava armada de pistolas e de sabre. No âmbito da Artilharia, as evoluções do armamento, como a redução da diferença entre o calibre da peça de Artilharia e o calibre do projectil e a invenção do parafuso elevatório do canhão, permitiram aumentar a sua precisão e alcance.

No Exército Português ao tempo do Conde de Lippe restauraram-se várias fortalezas e construiu-se o Forte da Graça em Elvas. Mediante empréstimo concedido por Inglaterra, adquire-se neste país, Artilharia grossa, mosquetes, baionetas e cartucheiras para a Infantaria, carabinas, pistolas e cartucheiras para a Cavalaria e ainda tendas para acomodação das tropas, desde o Soldado até ao Coronel (Costa, 2004, p. 334).

### **II.4. Doutrina Estratégica**

No Exército de Frederico II da Prússia entendia-se que a estratégia devia ser ofensiva, ensinando que a iniciativa no ataque obrigava o inimigo a regular os seus movimentos pelos do atacante, colocando-o em condições de inferioridade. O objectivo essencial de um exército em campanha era o exército adversário e não as suas praças-fortes. Quem tudo quer conservar nada consegue manter. Para se dar batalha devem ser concentrados o máximo de recursos disponíveis.

No Exército Português ao tempo do Conde de Lippe, de acordo com o plano da campanha defensiva adoptado pelo Conde de Lippe, durante a Guerra Fantástica, e à semelhança de Schomberg, devia proceder-se à concentração das tropas numa base de operações, em expectativa estratégica, de modo a poder lançá-las em tempo no ponto ou pontos ameaçados. A manobra a desenvolver seria a contenção da invasão inimiga e ao mesmo tempo ganhar a iniciativa e atacar a província fronteiriça do adversário para assim potenciar o efeito surpresa, numa emulação do pensamento de Frederico II, na sua conduta durante a 1ª Guerra da Silésia.

As operações desenrolavam-se centradas no sistema de praças fortes da fronteira, o que obrigaria o inimigo a dispersar as suas forças e a desgastar o seu potencial, no sentido de as conquistar. Ao fazê-lo, perdiam o tempo necessário para concentrar e manobrar as próprias tropas, no sentido de atacar no ponto pretendido, geralmente as linhas de comunicações, colocando o inimigo numa posição desvantajosa. Procurava-se, sempre que a oportunidade surgia, importunar a marcha do adversário.

Evitava-se dar a batalha ao inimigo onde ele o pretendia, mantendo apenas o contacto, realizando acções de desgaste e procurando descortinar as suas intenções. Aproveitavam-se os rios, enquanto obstáculos, para proteger os deslocamentos e como vias de comunicação para fazer chegar abastecimentos.

Conservava-se o corpo principal do exército a uma certa distância e ocupando posições fortes, manobrando, simultaneamente, com grandes destacamentos que aparentassem certo espírito ofensivo e que mostrassem condições e desejos de se empenhar no combate.

## **II.5. Doutrina Táctica**

No Exército de Frederico II da Prússia a *ordem de batalha* era linear, composta por duas linhas a 300 passos (alcance do mosquete) com uma forte reserva de Infantaria e Cavalaria ou apenas de Cavalaria. As duas linhas diferenciavam-se pelo facto de a primeira ser a principal e os intervalos entre os batalhões da segunda linha serem maiores.

A Infantaria ficava ao centro, em duas alas de duas divisões – cada divisão composta por 2 Brigadas a 2 regimentos cada e cada regimento a 2 batalhões. A Cavalaria nas alas dispunha-se segundo o seu poder ofensivo: couraceiros na primeira linha, dragões na segunda e os hussardos na reserva. O avanço fazia-se por escalões.

A rigidez e o alinhamento da ordem linear assemelhavam-se a uma barra de ferro dirigida pelos chefes militares. As divisões e Brigadas eram apenas utilizadas para distribuir e facilitar os comandos, não tendo a menor independência de movimentos, como os batalhões nas Brigadas e os soldados nas fileiras.

Quanto à *táctica de combate*, o Batalhão dividia-se em duas alas de duas divisões cada. As evoluções tácticas eram treinadas intensivamente, a passo de cadência, com as unidades alinhadas. O fogo era executado em conjunto, por salvas, à voz do comandante, e de três formas diversas: a pé firme com a primeira fila de joelhos, em marcha, alternando-se as unidades que executavam o fogo, ou de parapeito, atrás de entrincheiramentos.

Quanto à Cavalaria, a formação de combate era a linha em três fileiras e depois em duas fileiras. O seu modo de actuar era a realização de cargas a galope, aproveitando ao máximo o poder de choque. Foi-lhe proibido o uso do fogo e actuava em grandes massas, sem apoio de Infantaria nos intervalos dos esquadrões.

A Artilharia era disposta sempre na maior massa possível, com a Artilharia pesada a tomar posições nas alturas e a Artilharia ligeira na frente dos batalhões. Para cobrir o deslocamento da Cavalaria, foi criada a Artilharia rebocada por cavalo.

Na reorganização encetada pelo Conde de Lippe, no Exército Português, adoptou-se os princípios da doutrina táctica do exército prussiano, descritos anteriormente, visto que os Regulamentos adoptados eram a cópia dos regulamentos prussianos da época (Selvagem, 1999, p. 481).

## **II.6. Doutrina Logística**

No Exército do Frederico II da Prússia os locais de abastecimento das tropas ficavam geralmente perto das áreas de emprego dos exércitos, obrigando por isso a cuidados com a sua protecção. Com os melhoramentos introduzidos nas fortificações, no final do século XVII, os exércitos concentravam-se agora em séries de posições fortificadas ao longo de uma região. Ficavam imobilizados junto aos seus locais de abastecimento, não se afastando mais do que 5 dias de marcha, transportando consigo trens bastante pesados que limitavam a duração de um dia de marcha. Desta forma, as operações militares voltavam-se preferencialmente contra as fortalezas, armazéns e linhas de abastecimentos e posições chave, na tentativa de colocar o adversário numa posição desfavorável que o obrigaria a retirar, a desistir dos seus intentos ou a pedir a paz.

No Exército Português ao tempo do Conde de Lippe, de acordo com Martins Barrento (2000, pp. 280-281) foram diversas as inovações introduzidas pelo Conde de Lippe: Extinguiu as vedorias, reatribuiu funções e tarefas e determinou a execução de inspecções, aumentando a responsabilidade dos Coronéis Comandantes de Regimento. Estas alterações eram necessárias para terminar com privilégios, clarificar responsabilidades e simplificar os circuitos, na procura de melhor eficácia. Preocupou-se com os problemas de obtenção e administração de recursos financeiros, disposições sobre armamento, munições, víveres e fardamentos.

No longo prazo, o seu legado assenta no desenvolvimento a dar às indústrias de defesa e a necessidade de importar certos bens, na importância do Regimento como elo da cadeia logística e a necessidade de constituir reservas de guerra.

## **II.7. Organização**

No Exército de Frederico II da Prússia os Regimentos são a Unidade base táctica e administrativa do dispositivo. Quanto à **Infantaria** tinha o Batalhão como unidade fundamental, organizada a 5 Companhias de fuzileiros e uma de granadeiros. A **Cavalaria** agrupava-se em regimentos com um número variável de esquadrões e estava organizada em couraceiros, dragões ou hussardos.

A Artilharia dividia-se em Artilharia de sitio, Artilharia regimental, servida por soldados de Infantaria e duas peças por Batalhão, Artilharia pesada, de vários calibres, de obuses agrupados

em baterias, servida pelo corpo de artilheiros e Artilharia rebocada por cavalo, que constituiu a grande inovação de Frederico. A proporção da Artilharia em relação à Infantaria chegou a ser de 4 peças por cada 1000 homens. Quanto à Engenharia ela organizava-se em Estado-Maior da Engenharia, Escola e Centros de Instrução.

No Exército Português ao tempo do Conde de Lippe e pelo Regulamento de Fevereiro de 1763, os Regimentos de **Infantaria** eram compostos por 7 Companhias, a 101 homens, com efectivo de 862 homens no total, incluindo Comando, Estado-Maior e Estado-Menor. Quanto à **Cavalaria**, pelo seu regulamento de 1764, cada regimento era composto por 8 Companhias, a 30 homens cada, com efectivo total de 329 homens, novamente com Comando e Estados-Maiores.

Na **Artilharia** os Regimentos eram de 12 Companhias, de 63 praças cada, num efectivo total de 738 homens. Uma das Companhias era de bombeiros, outra de mineiros, outras de artífices e as 9 restantes de artilheiros.

Quanto à sua distribuição ela era a seguinte: 5 Regimentos de Infantaria em Lisboa e Estremadura, 9 no Alentejo, 2 na Beira, 2 no Minho, 3 em Trás-os-Montes, 1 no Porto e 2 no Algarve. Os regimentos de Cavalaria mantinham a organização de D. João V. Os Regimentos de Artilharia ficavam aquartelados em Lisboa, no Alentejo, no Porto e no Algarve respectivamente.

Em campanha, era activado um **Estado-Maior** em apoio à decisão do Comandante do Exército. O Chefe de Estado-Maior tinha o posto de Quartel Mestre General.

## **Apêndice F – Nota Biográfica sobre o Duque de Wellington e o Marechal Carr Beresford**

### **I. Duque de Wellington**

Arthur Wellesley ou Wesley, 1º Duque de Wellington, foi também Marechal Inglês, Marquês do Douro, Duque da Vitória, Marques de Torres Vedras e Conde do Vimeiro.

Nascido em Dublin, a 1 de Maio de 1769, era o quinto filho de Garret Wesley, 1º Conde de Mornington. Foi educado em Eaton e por um breve período de tempo na Escola Militar francesa de Angers. Recebe a sua comissão aos 17 anos em 1787 como Alferes<sup>9</sup> no 73º Regimento. A 30 de Setembro de 1793, após ter comprado o posto de Tenente-Coronel, passou a comandar o 33º Foot, participando com o seu Regimento na Campanha da Holanda entre 1793 e 1795.



Em 1796 parte para a Índia, novamente com o seu Regimento e após se ter distinguido em operações é nomeado governador de Seringapatam. Em 1803 comandou as forças britânicas e aliadas durante a campanha de Descau durante a Segunda Guerra de Maratha, de onde saiu vitorioso, construindo aí a sua reputação como estratega, considerando a Batalha de Assape, ocorrida durante a campanha, como a sua obra-prima.

De regresso à Europa, acompanhou a expedição à Dinamarca, onde derrotou uma força dinamarquesa em Kjöge a 29 de Agosto de 1807.

Enviado para Portugal com um pequeno exército, derrota o General Junot no Vimeiro a 21 de Agosto de 1808, mas viu-se impedido de explorar o sucesso com a chegada do seu Comandante, o cauteloso Dalrymple. Em Abril de 1809 foi nomeado Comandante das forças aliadas em Portugal, onde se notabilizou na conduta da campanha da Guerra Peninsular. É promovido a Marechal em 1813 e em Maio de 1814, pelos sucessos obtidos, foi feito Duque de Wellington. Comandou o exército aliado de ocupação no Norte de França entre 1815 e 1818.

Embaixador britânico ao Congresso de Viena entre 1822 e 1826, foi ainda embaixador na Rússia. Nomeado Comandante-Chefe em Janeiro de 1827, demite-se em Janeiro do ano seguinte. Tendo uma vida política activa desde muito cedo intercalada com a sua carreira militar, entre outros cargos políticos, foi Primeiro-Ministro durante dois anos, entre 1828 e 1830. Novamente Comandante-Chefe em 1842, morre no Castelo Walmer, no Kent a 14 de Setembro de 1852.

Brilhante estratega e mestre na táctica, era corajoso e calmo durante a batalha e em situações de crise. Apesar de Waterloo ser considerada a sua grande vitória, é de salientar que Wellington

---

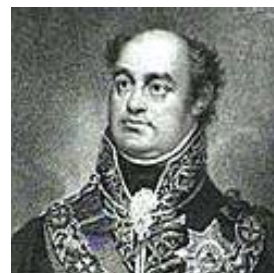
<sup>9</sup> No original inglês «ensign», que na Marinha se designa por Porta-Bandeira.



esteve à beira da derrota durante a batalha, salvo quase no fim pela intervenção do exército prussiano.

## **II. Marechal Beresford**

William Carr Beresford, 1º Visconde de Beresford, General Britânico, foi também Marechal do Exército Português, Marquês de Campo Maior e Conde de Trancoso.



Nascido na Irlanda a 2 de Outubro de 1768, era filho ilegítimo de George Beresford, Conde de Tyrone. Alistou-se no exército como Alferes em 1785, sendo promovido a Capitão em 1791.

Serviu com distinção no cerco de Toulon, entre 7 de Setembro e 19 de Dezembro de 1793, sendo promovido a Tenente-Coronel. Já como Coronel comandou os Rangers de Connaught nas Caraíbas em 1795. Serviu por um breve período na Índia em 1800, esteve no Egipto, entre 1801 e 1803, e comandou uma Brigada na captura do Cabo da Boa Esperança a 8 de Janeiro de 1806. Já como Brigadeiro General capturou Buenos Aires, mas foi forçado à rendição a 12 de Agosto de 1806, conseguindo, no entanto, escapar ao fim de seis meses.

Desembarca na Madeira em 1807 onde é nomeado Governador, supõe-se que em Novembro desse ano, e onde vem a aprender a língua portuguesa. Chamado para o serviço activo com o Exército britânico em Portugal, serviu primeiro em Espanha, entre Setembro de 1808 e Janeiro de 1809, combatendo com distinção na Corunha a 16 de Janeiro de 1809.

Escolhido por Wellesley para reorganizar o Exército Português, foi-lhe atribuído o posto de Marechal, a 2 de Março de 1809, por Decreto Régio. Comandou as tropas portuguesas no Buçaco a 27 de Setembro de 1810. Mais tarde, comandando uma força independente, investe sobre Badajoz, derrotando o Marechal Soult na Batalha de Albuera a 16 de Maio de 1811.

É ferido na Batalha de Salamanca a 22 de Julho de 1812, já como Tenente General. Comandou um Corpo de Exército durante todo o restante período da Guerra Peninsular. Participa nas Batalhas de Vitória, Pirinéus, Nivelles, onde guarnece o centro do dispositivo de Wellington, bem como em Bayonne, Orthez e Tolouse. Em 1814 é feito Lord Beresford e Governador de Jersey, mantendo-se ao serviço de Portugal até 1822. É feito Visconde em 1823, sendo promovido a General do Exército Britânico em 1825. Morre no Kent a 8 de Junho de 1854.

Corajoso e de grande presença física, era um tático competente e bom subordinado. De grande capacidade organizativa e de administração, é considerado por alguns autores como o criador do Exército Português da Guerra Peninsular, eficiente e de grande eficácia.

## **Apêndice G – Adequação do modelo do exército inglês do tempo das guerras napoleónicas ao Exército Português do tempo do General Beresford.**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na altura das Invasões Francesas**

<b>Revolução Militar</b>	Revolução Militar 2 e 3 – Revolução Francesa e Revolução Industrial
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Guerra Napoleónica (eliminação das Forças Armadas Inimigas no campo de batalha);</li><li>– Napoleão expande a escala da guerra através da conscrição universal e a mobilização da sociedade para a guerra, combinado com o nacionalismo republicano e a produção industrial moderna e a logística.</li><li>– Batalhas decisivas: Guerra da Segunda Coligação em 1800.</li></ul>

### **II. Adequação do modelo do exército inglês ao Exército Português através das Áreas de transformação**

#### **II.1. Objectivos do Exército Português**

O objectivo estratégico inglês era desgastar o inimigo, até à conjugação de condições no resto da Europa, para expulsar os franceses da Península e dirigir-se ao coração do Império. Quanto ao objectivo político português era garantir a manutenção da independência nacional. O objectivo estratégico, por sua vez, era expulsar os franceses do território nacional.

#### **II.2. Recursos Humanos**

A Inglaterra possuía um exército disciplinado e bem comandado. O seu recrutamento assentava no voluntariado, vivendo os seus homens do soldo e da e da ração.

No Exército Português o serviço militar era a conscrição, sendo o período de serviço por seis anos no exército de linha. Após isso integravam as Brigadas de Ordenanças e depois os Regimentos de Milícias da sua área. Por decreto da Regência de 1809 todos os homens válidos entre os 18 e 35 anos de idade são recrutados, para integrarem os Regimentos que se estão a constituir. Beresford cria em 1810 um Depósito central em Peniche, para treino da Infantaria e caçadores, posteriormente transferido para Mafra.

Os recrutas eram fardados, alimentados e treinados para actuarem juntamente com os ingleses. Os manuais foram traduzidos do inglês e as vozes eram dadas em português e em inglês, desde o nível pelotão.

Todos os sargentos e praças eram portugueses. São ingleses a maioria dos comandantes de Divisão e Brigada, mais de metade dos comandantes de regimento e Batalhão e pouco menos de um quarto dos Oficiais de cada unidade.

O regulamento disciplinar, com algumas alterações introduzidas em 1805, mantinha-se o mesmo de meados do século XVIII do Conde de Lippe. Crimes maiores como desobediência, conspiração, roubo e negligência de equipamento eram punidos com a morte. O desrespeito para com os superiores levava a trabalhos forçados e a simulação de doença a deportação para África. As ofensas menores eram punidas com prisão, trabalhos ou castigos corporais, administrados com as costas da espada, substituída por Beresford por uma cana.

### **II.3. Recursos Materiais**

No Exército inglês a espingarda de Infantaria era de fecho de pederneira, do modelo inglês «Brown Bess» de calibre 20mm com 1,55m de comprimento e 5,360kg de peso. O seu alcance máximo era de menos de 200m e a cadência de tiro de 2 a 3 disparos por minuto. Os caçadores dispunham de espingardas mais curtas, usando a carabina estriada Baker. Com esta arma usava-se um sabre pequeno com punho e copos amarelos, que podia ser fixo à espingarda.

A Cavalaria estava armada com espada direita, cuja lâmina pesava 1,5kg, carabina curta e pistola. O material da Artilharia de campanha era constituído pelas peças de bronze de 3,6 e 9 polegadas e por obuses de 15cm de diâmetro da boca. Utilizava-se a metralha e o shrapnell. O alcance eficaz das peças não ultrapassava os 350m e dos obuses os 1100m.

Entre 1808 e 1814 foram enviadas para Portugal, vindas da Inglaterra cerca de 160 mil espingardas, 2300 carabinas Baker, 3 mil carabinas de Cavalaria, 7 mil pistolas e 15 mil espadas de Cavalaria, bem como 150 mil conjuntos de equipamento do novo modelo britânico e 190 mil fardas de diversos modelos.

A espingarda de Infantaria era de fecho de pederneira. A maioria era do modelo inglês «Brown Bess» de calibre 20mm. Com a pólvora molhada era impossível disparar. Os caçadores utilizavam a carabina estriada Baker e o sabre pequeno.

A Cavalaria estava armada com espada direita, cuja lâmina pesava 1,5kg, carabina curta e pistola. O material da Artilharia de campanha portuguesa era constituído pelas peças de bronze de 3,6 e 9 polegadas.

### **II.4. Doutrina Estratégica**

No Exército inglês existia a separação do nível estratégico em relação ao nível de decisão política, através da nomeação do Comandante em Chefe dos exércitos aliados, sempre presente no campo de batalha.

Utilizava-se uma estratégia de aproximação indirecta. Não se procurava a batalha decisiva com o inimigo. A preocupação fundamental era a preservação do núcleo do seu exército reduzido e bastante caro. Para o efeito conservava-se as forças o máximo possível e utilizava-se o movimento e o desgaste contínuo do adversário. Mantinham-se as forças numa posição onde não fossem forçadas a dar batalha em condições desfavoráveis.

As batalhas eram de carácter defensivo, em posições preparadas e com vias de retirada fáceis. Por outro lado, procurava-se forçar o inimigo a atacar as posições de frente. Dispersavam-se as forças para sobreviver, concentravam-se para combater e dispersavam-se de novo.

Em suma colocava-se as forças terrestres próprias, muito menores em número que as do inimigo, num teatro de operações periférico e secundário, com boas comunicações por mar e más comunicações por terra.

Quanto à modalidade de acção das forças terrestres, actuava como uma esquadra no mar, assentando a sua conduta numa base de operações e depois percorrendo longas distâncias num sentido e noutro, no sentido de desgastar o potencial adversário, protegendo o próprio. Utilizava-se a política da “terra queimada”.

Quanto à estratégia militar portuguesa, não se diferenciava da inglesa, na medida em que o exército português integrava o exército aliado, cujo Comandante estratégico era o mesmo para os dois exércitos. Procurou-se, no entanto, coordenar a acção do exército regular com as guerrilhas.

## **II.5. Doutrina Táctica**

O Exército Inglês procedia a uma criteriosa escolha do terreno, colocando o grosso das unidades de Infantaria em contra-encosta. Os Batalhões de Caçadores mantinham uma linha de atiradores, ocultando o dispositivo aliado, armados com as espingardas estriadas - a Baker rifle - contendo e impedindo o avanço da linha de atiradores adversários, fazendo com que esta recuasse para cima do grosso do seu dispositivo. Quando este avançava é que a linha de atiradores recuava, castigando o dispositivo adversário com tiro preciso e mortífero.

Quando as colunas atacantes passavam o cimo da colina, encontravam do outro lado os batalhões de Infantaria dispostos em linha a duas filas, que permitia a utilização da totalidade dos mosquetes. Em resumo privilegiavam-se as tácticas que valorizavam o elemento essencial fogo. Que exigiam um exército altamente disciplinado, determinado e dirigido por Oficiais de grande competência e capacidade de iniciativa.

As baterias de Artilharia eram colocadas ao longo da linha de batalha, ligeiramente à frente das tropas e no intervalo entre as Brigadas. Cada peça dispunha de 100 a 200 balas, suficientes para duas horas de fogo contínuo.

A Cavalaria dividia-se em pesada e ligeira. A primeira efectuava acções de choque e exploração de rupturas e perseguição. A Cavalaria ligeira destinava-se à guerra de piquetes, patrulhas e reconhecimentos, protecção dos flancos e da retaguarda do exército em marcha, escolta a prisioneiros de guerra e reforço da Cavalaria pesada no choque da batalha e na perseguição.

A reserva era geralmente constituída por unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Poderia ser uma Divisão de Infantaria, uma Brigada de Cavalaria e a parte proporcional de Artilharia.

Na ofensiva, procurava-se identificar qual o flanco mais exposto do adversário e fazer cair sobre ele a reserva, ao mesmo tempo lançando um ataque ao longo de toda a frente para fixar as forças adversárias. Só se realizava quando havia a certeza de dispor um potencial superior ao do adversário.

A Brigada portuguesa actuava como unidade independente, ou então integrada numa Divisão anglo-portuguesa. Os batalhões dispunham-se em linha ao lado um do outro – daí a designação de Infantaria de Linha – a três fileiras de profundidade, oferecendo o máximo de poder de fogo. Chegado o momento escolhido, cada unidade desferia uma série de descargas dadas por Batalhões. O controlo apertado permitia o fogo rolante ao longo da linha. Após algumas descargas, a unidade poderia marchar para uma nova posição ou executar uma carga à baioneta.

Os caçadores combatiam em ordem aberta, formados em duas fileiras à frente da Infantaria de Linha e da Artilharia.

A Artilharia portuguesa actuava de modo semelhante à Artilharia inglesa. A Cavalaria estava apenas organizada em Cavalaria ligeira, notando-se uma falta crónica de montadas, o que fazia com que a maior parte dos militares desempenha-se serviço de guarnição.

## **II.6. Doutrina Logística**

O serviço de subsistência do exército inglês estava bem organizado, baseado em depósitos e servido por comissários ou Oficiais de Intendência. Verificava-se o apoio da Armada, que estabelecia a ligação entre os abastecimentos vindos da base principal na Inglaterra e o exército no Teatro de Operações na Europa Continental, provendo o que o próprio Teatro não podia prover. Os abastecimentos eram colocados o mais à frente possível. Quanto ao Exército Português, utilizava mesmo o sistema logístico.

## **II.7. Organização**

Por altura da 1ª Invasão francesa o exército inglês estava organizado em Brigadas, mas evoluiu para uma organização em Divisões. Cada Divisão era composta por 3 Brigadas, que

podiam ser exclusivamente inglesas ou então 2 Brigadas Inglesas e 1 Brigada Portuguesa. As Brigadas de Infantaria inglesas estavam organizadas em 3 ou 4 Batalhões cada, operando como unidades tácticas independentes.

Na Artilharia, existiam Baterias a pé ou a cavalo. As Baterias a cavalo também designadas Troops, eram destacadas da Royal Horse Artillery. Quanto às Baterias de Artilharia a pé, eram destacadas da Royal Artillery. Existia uma Bateria por Divisão. A Cavalaria estava organizada em 2 ou 3 Brigadas de Cavalaria Pesada e em 3 ou 4 Brigadas de Cavalaria Ligeira, podendo usar várias designações – dragões ou hussardos. Foi implementado um sistema de comunicações e de telégrafo por sinais.

Quanto ao Exército Português, baseado na organização de 1806, o exército de linha estava articulado em 24 Regimentos de Infantaria, 12 Batalhões de Caçadores, 4 Regimentos de Artilharia e 12 Regimentos de Cavalaria. Como grande unidade de manobra e logística existia a Brigada, constituída por 2 Regimentos de Infantaria e 1 Batalhão de Caçadores.

Os Regimentos estavam organizados em sistema binário, com 2 Batalhões. Cada Batalhão estava organizado em 6 Companhias, sendo a primeira de Granadeiros. Os Regimentos de Infantaria operavam sempre com os seus dois batalhões juntos. Quanto aos Batalhões de Caçadores, consideradas as unidades de elite do exército português, dispunham de 5 Companhias: 1 Companhia de Elite de Atiradores e 4 Companhias de Caçadores.

Quanto aos Regimentos de Artilharia estavam organizados em 7 Companhias de Artilharia, cada Companhia constituindo uma Bateria ou Brigada de Artilharia a pé, com 6 peças de fogo e 140 homens. As baterias de Artilharia estavam integradas uma por cada Divisão. A Cavalaria estava organizada em Cavalaria ligeira e constituía 2 ou 3 Brigadas a 2 Regimentos cada, ou então com destacamentos de três Regimentos. Foi ainda criado um Batalhão de Engenharia.

## **Apêndice H – Adequação do modelo OTAN ao Exército Português após a constituição da Aliança Atlântica.**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na altura da criação da OTAN**

<b>Revolução Militar</b>	Revolução Militar 5 – Armas Nucleares e Mísseis Balísticos
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Conjugação das ogivas nucleares com sistemas de lançamento mais eficazes, propulsão a jacto e desenvolvimento do radar e computadores, permitindo a destruição completa e instantânea do Estado sem necessidade de derrotar as Forças Armadas.</li><li>– <u><b>Acontecimento decisivo:</b></u> Hiroshima em 1945.</li></ul>

### **II. Adequação do modelo OTAN ao Exército Português**

#### **II.1. Objectivos do Exército Português**

A missão do Exército passa a ser a defesa do espaço atlântico português e europeu e a participação, dentro de uma lógica multilateral e conjunta, na defesa da Europa (Telo, 1996, p. 324).

#### **II.2. Recursos Humanos**

Inicia-se um processo de reciclagem, formação e especialização profissional dos quadros militares portugueses. (Teixeira, 2004a, p. 63). Ministram-se Cursos Complementares de Estado-Maior com o triplo da frequência normal até então<sup>10</sup>, mais reduzido no tempo – passou para 2 anos – e maiores facilidades na inscrição (Telo, 1996, p. 244). São enviados Oficiais aos Estados Unidos para a frequência de Cursos, que depois ministram formação em Portugal.

Tentou-se estabelecer um sistema de especialidade à semelhança daquele em vigor para o Exército dos Estados Unidos, dado a conhecer através de publicações sobre o assunto: para Sargentos e Praças o MOS (Military Occupational Speciality) e para Oficiais o «Officer Classification» (Macedo, 1988a, p. 263).

No entanto, dada a diferença de nível de vida e do grau de formação da nossa população, aliadas às limitadas possibilidades financeiras, não permitiram a intenção de pura e simplesmente criar um sistema em tudo idêntico ao americano. Estabeleceu-se antes uma solução de compromisso, introduzindo-se as alterações consideradas necessárias.

---

<sup>10</sup> Um membro do SHAPE, em visita que efectuou a Portugal em 1954, propôs a formação de um maior número de Oficiais nas tarefas de planeamento de operações, discordando do Corpo de Estado-Maior que mantinha estes Oficiais afastados dos outros militares. Ver carta do General Napier White dirigida ao então Ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, constante em Ferreira Macedo (1988a, pp. 115-119).

É criada a Escola Militar de Electromecânica que ministra novos cursos de mecânicos electricistas, de instrumentos, aparelhagem radioeléctrica e radar, operadores de radar, para os três ramos das Forças Armadas.

Eleva-se o número de Quadros Técnicos em Sargentos e Cabos. A Divisão do Tipo Americano (TA), com um Quadro Orgânico aprovado em 1953 apresenta mais seis por cento de Primeiros-Sargentos, mais cento e trinta e três por cento de Segundos Sargentos e cento e quarenta e cinco por cento de Cabos, todos de especialidade técnicas.

Quanto ao tipo de exercícios a realizar pelas Grandes Unidades eles articulavam-se em: Exercícios de Quadros; Exercícios de Forças Terrestres e Exercícios Combinados, com Forças Aéreas Nacionais ou com Forças Aéreas ou Formações Aliadas (Macedo, 1988a, p. 106).

### **II.3. Recursos Materiais**

Foi estabelecido um Acordo de Auxílio Mútuo entre Portugal e os Estados Unidos, resultante da cedência da Base das Lajes nos Açores, orientado segundo duas vertentes: por um lado a construção de infra-estruturas, por outro a recepção de material de guerra (Teixeira, 2004a, p. 63).

Segundo António Telo (1996, p. 246), ao abrigo deste Acordo, o Exército começou a receber em força, a partir de 1952, material moderno de origem norte-americana de que se destacam: Metralhadoras Browning 12,7mm; Lança Granadas Foguetes de 8,9cm «Bazookas», Canhões sem recuo de 5,7cm, 7,5cm e 10,6cm; Morteiros de 60mm; Auto blindados Ford e White; Autometralhadoras Fox e CC M5A1, M24, M4 Sherman e M47 Patton.

Ao mesmo tempo desenvolveu-se o complexo militar industrial português, através da reconversão de armamento ligeiro e da produção de munições. Na Artilharia procedeu-se ao aproveitamento de material alemão já existente no Exército, fazendo a sua reconversão para os calibres NATO, com bons resultados.

De origem americana foram recebidas ainda: peças autopropulsadas de lagartas; Tractores; Material de Transmissões; Avionetas PiperCub, usadas para observação na EPA e material de Engenharia.

No final de 1953 a situação do Exército Português em termos de armamento era a seguinte: No armamento individual utilizava-se material alemão do tempo da guerra, procurando a sua adaptação ao calibre NATO; No que respeita às viaturas de Infantaria predominava o material inglês, mas com uma crescente presença americana; Nas armas anti-carro, novamente a predominância era ainda inglesa, mas o material moderno era americano (Telo, 1996, p. 249).



No que respeita à Artilharia de campanha o material predominante era inglês e alemão. Na Artilharia antiaérea o material era inglês. Quanto aos carros de combate a tendência é semelhante, tudo o que é moderno é de origem americana, coexistindo ainda com viaturas inglesas já muito desactualizadas.

É possível resumir a situação das origens do material no Exército Português através do seguinte quadro, baseado em António Telo (1996, pp. 358-359):

**Quadro 1 – Relação de material existente no Exército Português em 1953**

Material	EUA	Inglaterra	Alemanha	França	Itália
Mort. 50mm		757			
Mort. 60mm	84				
Mort. 75mm	20				
Mort.81mm				397	
Mort 105mm	36				
Bazucas	n.d.				
Lança-chamas	n.d.				
Obus montanha 75					93
Obus 75mm				113	
Obus 25 libras		153			
Obus 105mm			161		
Obus de 4,5'		155			
Obus de 150mm			24		
Peças defesa costa			n.d.		
Canhão ACar 6 lbs		644			
Canhão S/R 81mm	81				
Canhão S/R 75mm	39				
Peças AAA 40mm	21	420			
Peças AAA 3,7'		178			
CC Ligeiros	5	36			
CC Médios	58				
CC Pesados (M47)	94				

O Exército apercebendo-se da superioridade do material americano, tenta efectuar a sua distribuição tão amplamente quanto possível, envolvendo quase todos os Regimentos (Telo, 1996, p. 251). No entanto a evolução da modernização revela-se um processo lento. Todos os países que recebem ajuda da NATO, tinham uma situação superior à Portuguesa, mesmo que relativamente (Telo, 1996, p. 250).

Quanto à construção de infra-estruturas, destaca-se a construção do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida. Resultou da necessidade do Exército dispor de terrenos com condições de espaço e características que permitissem o emprego de Unidades de um escalão relativamente elevado com possibilidade de se deslocarem, desenvolverem e de se instalarem dentro dos espaços normais para a actividade a realizar e poderem ainda realizar fogos reais, indispensáveis para um treino eficaz, no sentido de obter forças eficientes, qualquer que fosse a sua organização (Macedo, 1988a, pp. 243-244). Nesse sentido levantou-se a necessidade de estabelecer «um Campo de Instrução de nível Divisionário, à semelhança com o que já existia em outros exércitos de países aliados» (Macedo, 1998a, p. 244).

De acordo com Ferreira Macedo (1988a, pp. 253-255) as principais considerações que levariam à sua escolha eram as seguintes: proximidade de vias de comunicação ferro e rodoviária; água em abundância; se possível rede de transporte de energia eléctrica; zona relativamente pobre, para não onerar o custo da obra com expropriações; terreno pouco acidentado para evitar grandes movimentos de terras; terrenos próximos em que se possam realizar exercícios de treino de todas as armas e de táctica da Divisão; ficar próximo de campo de aviação.

Com a chegada dos Carros de Combate M47 a Portugal tornou-se necessário realizar trabalhos para o seu transporte e estacionamento em Santa Margarida, onde se localizaria o seu Centro de Instrução. Assim sendo, foram construídos grandes hangares de sessenta por quarenta metros, podendo cada um alojar um Esquadrão de Carros. Quanto à Estação de Santa Margarida, houve que apressar a sua construção, «com a instalação de quatro vias de desvio com dois cais de topo e dois longitudinais» (Macedo, 1988b, p. 225).

De referir ainda o facto de o programa de ajuda norte-americano financiar a formação da 3ª Divisão, enquanto o Orçamento de Estado deveria garantir a sua sustentação (Telo, 1996, p. 254).

#### **II.4. Doutrina Estratégica**

Os primeiros tempos de integração na Aliança Atlântica correspondem ainda ao domínio do conceito estratégico do «bastião ibérico». Desta forma esperava-se finalizar o plano de rearmamento, que apontava para um Exército de quinze Divisões. O MAAG e a doutrina NATO vêm alterar essa e outras concepções preponderantes. Entre elas destaca-se a relevância, dentro do esforço de defesa colectivo, em dispor de uma força reduzida e qualificada em termos profissionais e equipada do ponto de vista tecnológico, ao invés de um exército de massas obsoleto (Teixeira, 2004a, p. 62).

A ênfase é colocada então numa concepção de defesa da Europa e do Atlântico, no âmbito de uma ampla aliança, passando o Exército a considerar uma Divisão Tipo Americano (TA), empregue no Sul da França em caso de guerra, três de defesa estática, a deslocar para os Pirinéus em caso de guerra e outras três para defesa territorial (Telo, 1998a, p. 4).

## **II.5. Doutrina Tática**

Do ponto de vista tático, com a integração da 3ª Divisão em caso de emprego operacional, num Exército norte-americano, obrigou à introdução de equipamentos, modelos doutrinários e também organizacionais. Através da tradução de regulamentos e de formação e especialização dos quadros militares português, *«começou a registar-se uma renovação doutrinária e dos métodos e procedimentos»* (Teixeira, 2004a, pp. 62-63).

## **II.6. Doutrina Logística**

De acordo com António Telo (1996, p. 239) é criado o Serviço de Material, o Serviço de Transportes, a Arma de Transmissões. Levantam-se os serviços de Quartel-Mestre, que trata fundamentalmente de todos os assuntos relativos à alimentação das tropas em campanha, competindo-lhe todo o que diga respeito a Lavandaria e Banhos e ainda Registo de Sepulturas. Criou-se igualmente o serviço de Ajudante Geral, compreendendo três ramos: Administração e Pessoal, Contabilidade e Estatística e Serviços Especiais (Macedo, 1988b, p. 266).

## **II.7. Organização**

Diz Severiano Teixeira (2004a, p. 62) que na sequência da adesão à NATO é criado o cargo de Ministro da Defesa, integrado na Presidência do Conselho, sendo criado também o Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Tinha como atribuições a orientação estratégica da política de defesa e a coordenação dos três ramos das Forças Armadas. Foi também criado o Ministério do Exército em substituição do Ministério da Guerra e criado o cargo de Subsecretário de Estado da Aeronáutica, destacando-se o Ramo da Força Aérea em 1952.

O objectivo da nova organização da Defesa e do Exército em particular era *«aproximar as estruturas institucionais da Defesa Nacional e os procedimentos militares das Forças Armadas aos outros países da Aliança Atlântica»* (Teixeira, 2004a, p. 62).

No Exército criou-se uma Divisão Independente<sup>11</sup> com a missão de vir a ser afectada a missões da NATO no continente europeu, de acordo com os modelos das Forças Armadas norte-americanas, no que concerne à sua organização, doutrina e armamento (Teixeira, 2004a, p. 62).

---

<sup>11</sup> A Divisão seria independente, porque de acordo com os planos da NATO, ficaria na dependência directa de uma Grande Unidade americana de escalão Exército e não Corpo de Exército, escalão organizacional imediatamente superior. Sobre este assunto ver António Telo (1996, p. 236).

O Quadro Orgânico previa um efectivo de 18 000 homens e com o Quartel-General instalado em Santa Margarida, onde decorreriam as manobras a realizar periodicamente. (Teixeira, 2004a, p. 62).

De acordo com Ferreira Macedo, em Junho de 1955 a Divisão SHAPPE a levantar pelo Exército Português no âmbito dos seus compromissos com a NATO, apresentava a seguinte organização e após vários processos de reformulação (1988a, p. 141):

Quartel-General com o Comando da Divisão, CCS e 1 Esquadra de Observação e Ligação Aérea;

3 Regimentos de Infantaria com Comando e Estado-Maior, 3 BI e 1 ECC; 1 Companhia de Recompimento da Divisão;

1 Comando e Bateria de Comando da Artilharia Divisionária, 3 GAC 105mm, 1 GAC 140mm e 1 GAAA 40mm;

1 GCC e 1 ERec;

1 BEng e 1 BTm;

1 CAutoLigTpt Gerais;

1 Comp Intendência;

1 Batalhão Sanitário; 1 Destacamento de Inspeção de Alimentos; 1 Comp Div Man Material; 1 CPM; Banda.

## **Apêndice I – Adequação dos ensinamentos ingleses e franceses ao Exército Português na Guerra Contra-Subversiva**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na altura das Campanhas do Ultramar**

<b>Revolução Militar</b>	Revolução Militar 5 - Armas Nucleares e Mísseis Balísticos
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Conjugação das ogivas nucleares com sistemas de lançamento mais eficazes, propulsão a jacto e desenvolvimento do radar e computadores, permitindo a destruição completa e instantânea do Estado sem necessidade de derrotar as Forças Armadas.</li><li>– <u><b>Acontecimento decisivo</b></u>: Hiroshima em 1945.</li></ul>

### **II. Adequação dos ensinamentos ingleses e franceses ao Exército Português na Guerra Contra-Subversiva**

#### **II.1. Objectivos do Exército Português**

O objectivo estratégico, estabelecido pelo poder político, passa a ser «*a defesa intransigente do statu quo colonial*» (Teixeira, 2004b, p. 76). O objectivo do Exército durante as Campanhas do Ultramar passou então a ser a condução da manobra militar de contra-subversão nos três teatros de operações.

#### **II.2. Recursos Humanos**

O esforço de guerra em três TO, durante treze anos obrigou ao aumento significativo dos efectivos no Exército, levando ao recrutamento e à mobilização em massa de milicianos. Desde que a conscrição foi introduzida em Portugal, o serviço militar torna-se realmente universal e obrigatório. O tempo de serviço militar inclui, após seis meses de instrução, dois anos num TO. Terminam a maioria das isenções ao serviço militar. Uma particularidade da acção portuguesa é a africanização das tropas, a partir de meados dos anos sessenta (Teixeira, 2004b, p. 76).

Para a condução das Campanhas Ultramarinas, os recursos humanos empregues, desempenharam um papel fundamental. Para implementar as novas doutrinas foi necessário instruir o pessoal. A partir do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) difundiu-se aos Quadros a doutrina aí seguida. Constituíram-se equipas itinerantes de instrutores e monitores, que se deslocaram a outros Centros de Instrução (CI) para ministrarem estágios aos Quadros mobilizáveis. Estes estágios consistiam na apresentação das características da guerra subversiva e na demonstração de procedimentos e esquemas tácticos próprios da guerrilha e da contra guerrilha (CECA, 1988, p. 312).

Ainda por iniciativa «do QG da Região Militar de Angola, às unidades que desembarcaram em Luanda, logo após o início das acções terroristas, eram feitas palestras por Oficiais que haviam participado nas primeiras operações» (CECA, 1988, p. 313). Também para mais se rapidamente actualizar a instrução, os Capitães do QP mobilizados em Angola foram colocados nos vários CI e Escola Práticas, para difundirem os conhecimentos adquiridos em campanha.

A partir de 1965 inicia-se a publicação do «Relatório Anual de Instrução do Exército», importante pelos dados estatísticos que fornecia e pelas reflexões que coloca à consideração das entidades responsáveis. (CECA, 1988, p. 313).

### **II.3. Recursos Materiais**

No início do conflito, as unidades seguiam para os TO equipadas com o material existente em depósito. O armamento consistia em pistolas Parabellum 9mm, substituída posteriormente pela alemã Walther do mesmo calibre. A espingarda Mauser 7,9mm, a pistola-metralhadora FBP 9mm, a metralhadora ligeira Dreyse 7,9mm, as metralhadoras pesadas Madsen e Breda 7,9mm e a metralhadora Browning 12mm. O morteiro 60mm e o lança-granadas foguete 8,9mm.

Com o evoluir da experiência em campanha, confirmou-se a necessidade de substituição do equipamento antiquado (CECA, 1988, p. 280). Para resolver a situação, agravada pelo atraso da indústria nacional, recorreu-se à importação, obrigando a uma dependência do estrangeiro (CECA, 1998, p. 292). Foi elaborado um Plano de Aquisição do Exército (PAE), com as verbas destinadas essencialmente à Direcção do Serviço de Material. Destinava-se à aquisição de viaturas, armamento e munições. Adquiriram-se viaturas Unimog-S, Unimog Diesel, camiões Berliet de vários tipos, jipes, viaturas Mercedes basculantes e atrelados de vários modelos. No armamento destaca-se a aquisição de metralhadoras MG 42. Para a aquisição deste equipamento pesou a contribuição portuguesa no fabrico do material, juntamente com a aquisição de o maior número possível de artigos à indústria civil portuguesa (CECA, 1988, p. 292).

No ano de 1965 substituiu-se a totalidade das espingardas Mauser por espingardas automáticas (CECA, 1998, p. 292) primeiro por espingardas do modelo FN e depois do modelo G-3. Para uniformizar calibres, no sentido de facilitar o reabastecimento, substituíram-se gradualmente as metralhadoras Breda e Madsen por metralhadoras MG 42 ou HK 21, de calibre 7,62mm. Fixou-se a dotação do número de seis metralhadoras por Companhia de Caçadores. A partir de 1966 continuou-se a política de planeamento das aquisições. Os principais problemas encontravam-se no reequipamento, face à duração das Campanhas (CECA, 1988, p. 293).

Comparando com a Revolução nos Assuntos Militares a decorrer neste período, verifica-se um perfeito desajustamento entre a tecnologia de vanguarda dos conflitos convencionais entre

Estados e as reduzidas necessidades tecnológicas da guerra contra-subversiva. Este factor pesou na capacidade portuguesa de conduzir campanhas em três TO distintos durante treze anos. A solução do conflito não passava por arremessar a arma da tecnologia. Resolvia-se através da identificação das armas correctas para vencer a subversão: o apoio da população e o seu isolamento da guerrilha.

#### **II.4. Doutrina Estratégica**

Quanto à doutrina estratégica de contra-subversão em vigor durante as Campanhas do Ultramar, apresenta as seguintes características: **total** dizendo respeito às acções psicológicas, diplomáticas, políticas, económicas e militares; **indirecta**, pois as acções psicológicas, diplomáticas, políticas e económicas podem ter mais importância do que a acção militar e em que esta é também indirecta; **interna**, dizendo respeito ao interior do próprio Estado; **externa**, dizendo respeito aos Estados estrangeiros; **contra-lassidão**, com vista à anulação ou minimização da lassidão (CECA, 1990, p. 94).

O **objectivo principal** ou total da contra-subversão pode ser definido da seguinte forma: «Proteger e fortalecer as estruturas políticas e sociais do Estado, afim de evitar a eclosão da subversão e, caso esta seja desencadeada, impedir que tenha êxito, e restabelecer a paz» (CECA, 1990, p. 94). Quanto aos **objectivos parcelares** eles são:

- «Criar interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão (psicológicas, económicas, sociais, militares, entre outras)»;
- «Prever e preparar a acção contra-subversiva» (CECA, 1990, p. 94);
- «Destruir a organização subversiva e neutralizar os efeitos por ela conseguidos»; (CECA, 1990, p. 95)

Por sua vez existem ainda **objectivos primários**, para os quais se orienta directamente a acção contra-subversiva: Destruir a estrutura da subversão; Conquistar física e moralmente a população; Preparar o terreno; Neutralizar a manobra interna da subversão e os seus efeitos; Neutralizar a manobra externa da subversão e os seus efeitos; Neutralizar a lassidão e os seus efeitos.

A manobra contra-subversiva promove a aplicação prática de processos de contra-subversão. De acordo com a doutrina ensinada a partir de 1968 no IAEM, estes processos bem como as respectivas acções desdobram-se da seguinte forma (CECA, 1990, p. 98):

- **Processos especiais**, envolvem o emprego de acções especiais;
- **Processos gerais**, compreendem acções de obtenção de informações, de contra-informação e de anti-lassidão;

- **Processos Internos**, destinados à protecção e preservação da contra-subversão, abrangem: acção psicológica interna; acções visando directamente a população (policiais e administrativas, segurança e enquadramento da população); acção de Engenharia, visando o terreno; acção militar interna, visando o inimigo;
- **Processos externos**, desenvolvendo acções psicológicas, políticas, económicas e militares externas;
- **Processos complementares**, visando ao controlo e distribuição mais conveniente da população. São eles o **povoamento**, quando há necessidade de alterar qualitativamente a composição dos grupos humanos numa determinada região. E a **ocupação** pela aplicação de medidas policiais e administrativas e militares.

Quanto à manobra militar interna, consideram-se quatro componentes (CECA, 1990, p. 122): **quadricula** (ocupação e protecção), **isolamento**, **flagelação** e **redução** (aniquilamento e conquista). Destes, só a protecção e a conquista não se podem considerar tarefas específicas da contra-subversão. Por este motivo, há que dispor de forças adaptadas a este tipo específico de luta. Organizadas e preparadas do ponto de vista táctico, técnico e psicológico. Assim sendo considera-se que se deve dispor de tropas diferenciadas, de acordo com as acções a desenvolver (CECA, 1990, p. 124):

- Para a **missão de quadricula** devem ser afectas forças em permanência a um determinado local do TO. Com vista a obter o conhecimento perfeito das populações;
- Para o **isolamento** exige-se forças ligadas ao terreno e que disponham de meios de detecção e perseguição;
- Para as missões de **flagelação** as forças não exigem uma permanência prolongada no terreno onde actuam, podendo ser orientadas pelas forças de quadricula. Para as forças de **redução**, sendo dispendiosas na sua preparação, devem ser concentradas temporariamente nas regiões onde são necessárias.

## **II.5. Doutrina Táctica**

A doutrina táctica da contra-subversão empregue nas Campanhas do Ultramar, foi publicada em 1963 e depois em 1966 no regulamento intitulado «*O Exército na Guerra Subversiva*». Este encontra-se dividido em 5 volumes: I - Generalidades; II - Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas; III - Acção Psicológica; IV - Apoio às Autoridades Civas; V- Administração e Logística. Com base na experiência inglesa e francesa e na experiência nos TO africanos, produz-se uma doutrina própria, que «*produz um pensamento estratégico original e uma doutrina portuguesa*» (Teixeira, 2004b, p. 80) de guerra contra-subversiva.



Tendo o Exército, como atribuição dentro da contra-subversão a contra-guerrilha, destacam-se as seguintes acções, no âmbito das influências externas, para a elaboração da doutrina táctica (CECA, 1990, p. 136):

- Obtenção de manuais franceses e ingleses de contra-subversão;
- Conferências sobre guerra subversiva no IAEM por parte de um Oficial britânico e outro francês com experiência, em 1959 e 1960;
- Frequência do curso de acção psicológica na Escola Militar de Paris em 1959;
- Estágio de alguns Oficiais, junto das forças francesas na Argélia em 1959.

Estas acções juntamente com outras tomadas na altura, permitiram que quando eclodiu o conflito já existisse uma doutrina táctica de contra-subversão, baseada principalmente no estudo e adaptação das doutrinas francesa e britânica, surgidas da experiência das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia e Quénia

Entre 1961 e 1963, dá-se a aplicação experimental da doutrina, em Angola. Entre 1964 e 1966 faz-se o aperfeiçoamento da doutrina, com a difusão do manual «*O Exército na Guerra Subversiva*» e partir desta altura até ao final, dá-se a consolidação da mesma (CECA, 1990, p. 138).

De acordo com a doutrina táctica, os *tipos de actuação da força militar* são quatro: apoio às autoridades civis, operações militares, acção psicológica e serviço de informações. As operações militares constituem a actividade fundamental das forças militares e são quase sempre de curta duração e levadas a efeito por unidades tipo pelotão ou grupo de combate, Companhia ou no máximo Batalhão, por vezes com apoio aéreo ou de Artilharia, de forma descentralizada.

De acordo com a doutrina (CECA, 1990, p. 145) as operações militares de contra-subversão visam: destruir ou pelo menos neutralizar as forças, os agentes e as instalações da subversão; impedir o apoio externo através das fronteiras e proteger pessoas, bens e actividades.

Compreendem as seguintes *actividades*: defesa de pontos sensíveis; protecção de itinerários; patrulhamentos; batida; limpeza de uma povoação; golpe de mão; emboscada; interdição de fronteira e grandes operações (CECA, 1990, pp. 145-152).

## **II.6. Doutrina Logística**

Na preparação das Campanhas do Ultramar, não existia nenhum regulamento do Ministério do Exército que tratasse da doutrina logística para este tipo específico de operações (CECA, 1990, p. 194). Da mesma forma cada TO dispunha de particularidades que obrigavam a um tratamento logístico diferente para cada um. Não existindo uma doutrina logística oficial, para a contra-subversão, foi com base na doutrina estabelecida para a guerra convencional e através da

formulação de normas de execução permanente (NEP) que se procede à consolidação e adaptação de uma doutrina logística (CECA, 1990, p. 195).

É na doutrina logística do Exército norte-americano que o Exército Português decide adquirir os conhecimentos com a maior profundidade possível, sobre o tema (CECA, 1990, p. 196). Esta opção resulta das provas dadas pela logística dos Estados Unidos nos vários conflitos em que participou, as facilidades de obtenção de regulamentos e de normas técnicas, por via da 3ª Divisão atribuída à NATO e ainda o facto dos fundamentos da Logística moderna terem nascido nos Estados Unidos (CECA, 1990, p. 196). Como risco desta opção refira-se a adopção de uma doutrina de um país, ao contrário do nosso, de vastos recursos humanos e materiais (CECA, 1990, p. 196), pelos problemas organizativos e de conduta que poderia acarretar.

Começam então a ser conduzidos estudos sobre a doutrina logística dos Estados Unidos, através da tradução e interpretação dos manuais técnicos postos à disposição pelo MAAG e do envio de militares qualificados às escolas norte-americanas, regressando com os conhecimentos sobre a doutrina logística. Desta forma procedem-se aos trabalhos de estado-maior e nos serviços do nosso Exército para a elaboração de regulamentos de campanha e regulamentos técnicos (CECA, 1990, p. 196). Neste esforço de adequação desempenharam também um papel importante o IAEM, a Academia Militar (AM) e as Escolas Práticas das Armas e Serviços.

Para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, recorreu-se aos exercícios e manobras realizados no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, em virtude dos compromissos NATO. Quanto ao Ultramar a doutrina foi aplicada de forma pragmática nos Três Teatros de Operações, considerando as características e os condicionamentos de cada um deles. Em suma destaca-se como factor positivo a criação, adaptação e evolução da doutrina logística aplicada durante as Campanhas do Ultramar.

Como aspectos mais salientes destaca-se o estabelecimento de uma organização territorial de campanha, de acordo com os escalões e as diferentes atribuições de cada escalão. O enumerar de princípios da logística, respeitados e aplicados no Ultramar: Subordinação à manobra operacional; Unidade de comando; Simplicidade; Previsão; Economia e Flexibilidade.

A introdução do conceito de funções logísticas, de modo a reunir em grupos de actividade semelhantes ou afins, as actividades logísticas (abastecimento, evacuação e hospitalização, transporte, serviço técnico e direcção logística).

## **II.7. Organização**

Quanto aos aspectos organizativos, partindo do carácter total da subversão, torna-se indispensável a integração de órgãos civis e militares. A sua estruturação poderia assumir as

seguintes formas (CECA, 1999, p. 113): estrutura civil e militar paralelas; estrutura militar única; estrutura mista, pela combinação das organizações civil e militar. Quanto à subordinação superior das estruturas, podia assumir duas formas: subordinação a uma única autoridade, civil ou militar ou direcção unipolar; subordinação às duas autoridades ou direcção bipolar. Existe uma terceira forma de direcção, a colegial, preconizada pelos Estados Unidos na qual se criam Conselhos Gerais de Contra-subversão.

Quanto à divisão territorial, mantêm-se a estrutura vigente em tempo de paz, na vertente civil e militar. Respectivamente a divisão político-administrativa e a divisão territorial militar normal. Para o efeito é de todo vantajoso que os limites entre ambos sejam o mais coincidente possível (CECA, 1990, p. 115), apesar de poderem ser alterados, de forma a satisfazer as necessidades operacionais. No Ultramar português foi o que aconteceu:

Província	Região Militar ou Comando Territorial
Distrito	Comando Territorial ou Comando Militar
Conselho ou Circunscrição	Comando Militar ou Unidades de Escalão Batalhão
Postos, Freguesias ou Aldeias	Unidades ou Destacamentos

Quanto à organização das forças terrestres, recorreu-se à organização tradicional, através das Armas diferenciadas, aproveitando o seu espírito e preparação específicos, para criar quatro tipos diferentes de forças (CECA, 1990, p. 125). As forças de quadrícula baseiam-se na Infantaria, dotadas de meios auto. As forças de isolamento, com base na Cavalaria, na versão reconhecimento, dada a sua aptidão para a vigilância. As forças de flagelação, organizadas com base na Infantaria (Caçadores). Quanto às forças de redução, baseadas em meios aeromóveis, em helicópteros, deverão ter por base as tropas Pára-quedistas e os Comandos. Devido aos seus custos de treino e equipamento, a sua atribuição só deverá ser feita a escalões elevados, não descendo abaixo de Zona de Operações.

No Ultramar a maioria das Unidades de Cavalaria não foram utilizadas nas suas missões tradicionais, mas foram antes organizadas, equipadas, treinadas e empregues como unidades de caçadores, ou seja, como Infantaria Ligeira. Designavam-se por Batalhões ou Companhias de Cavalaria ou Artilharia por serem originárias de unidades territoriais dessas Armas (CECA, 1990, p. 126).

Entre a conversão total do Exército à contra-subversão ou a manutenção da preparação para a guerra convencional clássica, a opção foi para o compromisso. Criou-se um novo Exército orientado para o combate à contra-subversão, ao mesmo tempo adaptando o Exército a este novo

tipo de luta, aproveitando as características específicas de cada Arma e adaptando-as às várias componentes da manobra subversiva (CECA, 1990, p. 126).

## **Apêndice J – A Transformação do Exército Português na actualidade**

### **I. Revolução Militar e Revolução nos Assuntos Militares vigente na actualidade**

<b>Revolução Militar</b>	<b>Não referenciada</b>
<b>Revolução nos Assuntos Militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Avanços no alcance, capacidade de ataque de alvos, furtividade, sensores, munições guiadas, micro electrónica, computadores e processamento da informação aumentam a importância do C3I e permitem o colapso dos condicionamentos de espaço e tempo impostos às operações simultâneas.</li><li>– Batalha decisiva: Nenhuma até à data.</li></ul>

### **II. A Transformação do Exército Português**

#### **II.1. Objectivos do Exército Português**

Sobre os objectivos definidos pelo poder político na actualidade, é possível encontrá-los no Programa do Governo, estabelecidos como ***objectivos da política de defesa***: «*garantia da independência nacional, da integridade do espaço territorial, da liberdade e da segurança dos cidadãos e da salvaguarda dos interesses nacionais, como também num quadro de segurança cooperativa, a participação activa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz*» (2005, p. 158).

Face ao contexto estratégico envolvente, não será de prever o empenho do Exército, no curto e médio prazo, em missões de garantia da independência nacional e da integridade do «locus» territorial, pelo menos de uma forma directa. Acentuando o actual carácter Pós-Moderno do Estado Português, a prioridade previsivelmente recairá na actuação do quadro de segurança cooperativa, reforçando-se o papel do Exército como instrumento da política externa do Estado.

No CEDN vêm inscritas as missões das Forças Armadas. São, entre outras, a defesa militar do País, a satisfação dos compromissos internacionais assumidos e a sua utilização como instrumento da política externa.

De acordo com a Directiva 193/CEME/03 de Outubro de 2003, «*Directiva para a Transformação do Exército*», a necessidade de transformação discorre da fraca possibilidade de ocorrência da defesa militar do território nacional, resultante do nível baixo de ameaça de invasão terrestre; o final do Serviço Efectivo Normal e a consequente redução do número de efectivos disponíveis face ao modelo organizacional em vigor; e a participação do Exército Português em Operações de Resposta a Crise (ORC).

A transformação fundamental do Exército passa por deixar de ser *«prioritariamente, um corpo gerador de forças que completariam o sistema de forças permanentes, para ser essencialmente uma força operacional, projectável, pronta a ser empenhada, acrescida das estruturas necessárias para garantir o seu apoio»* (CEME, 2003, p. 4). Com o novo modelo a preocupação central passa por ser a *«prontidão da força existente»* (CEME, 2003, p. 4).

Um aspecto importante referido na Directiva é a identificação dos factores exógenos ao próprio Exército e que condicionam o processo de Transformação. Fazendo o seu inventário é possível identificar a influência da Política enquanto domínio da arte militar. É o nível de decisão política que fixa as missões e atribui os recursos (humanos, materiais e financeiros). Aprofundando ainda mais o nível de análise, é possível atender ao relacionamento dos vários níveis da pirâmide da Estratégia e a existência de competências políticas na definição do Sistema de Forças Nacional (SFN) e do Dispositivo.

Quanto à metodologia seguida para o processo de Transformação, assenta no estabelecimento de objectivos de curto prazo, linhas de acção de médio e longo prazo orientadoras do planeamento e da execução, controlo rigoroso na execução e um grau de flexibilidade que acomode alterações da situação (CEME, 2003, p. 6).

## **II.2. Recursos Humanos**

O fenómeno da profissionalização contribuiu para a redução dos efectivos no Exército, tendência que já se vinha verificando devido a restrições orçamentais e o fim dos conflitos em África (Fonseca, Oliveira e Dias, 2006, p. 108).

Nas medidas a implementar no curto prazo, no domínio da instrução, constam a racionalização da matriz dos cursos de qualificação e da sua frequência, atendendo entre outros critérios à existência de qualificações cuja manutenção é necessária, devido à evolução tecnológica e também às disposições NATO.

## **II.3. Recursos Materiais**

A Lei de Programação Militar constitui o principal meio para a obtenção e modernização dos meios.

O equipamento destinado às Forças Armadas deve dar resposta às necessidades dos três Ramos, numa lógica de planeamento por capacidades baseada na metodologia NATO (Fonseca, Oliveira e Dias, 2006, p. 103). As capacidades na vertente operacional a manter pelo Exército são: Comando, Controlo e Comunicações, Sobrevivência e Protecção de Força, Informações, Vigilância e Reconhecimento, Sustentação logística, Apoio Geral, Reacção Rápida, Intervenção,

Mecanizada, Defesa Imediata dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, Execução de Outras Missões de Interesse Público (Fonseca, Oliveira e Dias, 2006, p. 103).

Quanto aos meios e sistemas destinados a materializar as capacidades referidas, refiram-se os seguintes: Sistema de Comando e Controlo do Exército (SICCE), o Military Message Handling System (MMHS), a aquisição de rádios ER 525 e de rádios de secção, a substituição da Espingarda Automática G-3<sup>12</sup>, a aquisição de 300 viaturas blindadas de rodas, a aquisição de helicópteros para a Unidade de Aviação Ligeira do Exército, a modernização de um Hospital Cirúrgico Móvel, a modernização das viaturas blindadas M113 e a aquisição de equipamentos NBQ e EOD.

#### **II.4. Doutrina Estratégica**

A doutrina estratégica não sofreu alterações.

#### **II.5. Doutrina Tática**

A participação portuguesa em OAP e missões de interesse público permitem a utilização do Exército Português no vasto espectro de operações militares, obrigando a uma constante revisão das doutrinas empregues. O antigo IAEM, actual IESM, procedeu em 2005 à revisão do Regulamento de Operações do Exército (RC 130-1), para o planeamento e conduta de operações militares em todo o espectro dos conflitos. Pretendendo estabelecer os conceitos básicos da doutrina Portuguesa para as Operações Terrestres, baseia-se no Allied Tactical Publication (ATP) 3.2 – Land Doctrine de Julho de 2003 e nos FM 3-0 Operations de Julho de 2001 e FM 3-90 Tactics do Exército norte-americano.

Para além da necessária harmonização com a doutrina vigente na NATO, a nova doutrina incorpora as novas realidades conjunta e combinada, num esforço de unidade doutrinária, de que é reflexo a criação do IESM.

#### **II.6. Doutrina Logística**

Para a doutrina logística, o Exército tem seguido o mesmo procedimento que para a doutrina tática.

#### **II.7. Organização**

O conceito implementado para a organização do Exército, institui a FOPE, constituída por unidades de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, dispondo de um ***elevado grau de prontidão e mobilidade***, devendo estar completas e disponíveis para serem ***projectadas***.

---

<sup>12</sup> Entre outros motivos, o abandono do calibre 7,62 mm pela maioria dos países NATO, que diminui a intermutabilidade dos componentes, munições e acessórios (Fonseca, Oliveira e Dias, 2006, p. 103).

Destinam-se ao emprego em operações conjuntas, tanto nacionais como internacionais, notando-se aqui uma influência do conceito de *NRF* e pela mesma ordem de ideias dos *Battlegroups*.

A FOPE deve permitir a operação prolongada de três unidades de escalão Batalhão em três TO diferentes, ou de uma Brigada num TO (CEME, 2003, p. 7). Fica desta forma aberta a possibilidade de participação simultânea em operações de diferentes organizações, obrigando à adopção de uma estrutura flexível e compatível com os conceitos da NATO e da UE, estes também compatíveis entre si.

A FOPE baseia-se em três Brigadas (Mecanizada, de Intervenção e de Reacção Rápida), uma unidade de aviação do Exército e outras unidades de manobra, apoio de combate, e apoio de serviços de menor escalão. Pretende-se ao mesmo tempo modularizar o apoio de combate e o apoio de serviços das Brigadas de Intervenção e de Reacção Rápida, mantendo ao mesmo tempo a base da estrutura da Brigada Mecanizada (CEME, 2003, p. 8).

Os compromissos no âmbito da NATO, com a participação na *NRF*, estão previstos no processo de Transformação, sendo de referir a participação portuguesa praticamente desde o princípio. Tem-se apostado na diversificação do tipo de forças participantes nas várias *NRF*<sup>13</sup>. Quanto aos *Battlegroup*, a participação do Exército ainda se encontra numa fase de estudo, mas é previsível o seu emprego integrado neste tipo de forças.

O Exército articula-se ainda em Estrutura de Comandos do Exército (ECE), centrada no EME e nos órgãos de apoio ao CEME, na Inspeção-Geral do Exército, nos Comando Funcionais e no Comando Operacional (CEME, 2003, p. 5).

A Estrutura Base do Exército (EBE) está orientada para o apoio à força e centra-se na organização regimental transformada, estruturada em função das necessidades de apoio à FOPE (CEME, 2003, p. 8).

---

<sup>13</sup> Na *NRF* 2 o empenhamento foi de um Grupo de Operações Especiais; nas *NRF* 3 e 4 de uma Companhia de Longo Raio de Acção; de um Agrupamento Mecanizado na *NRF* 5 e de um Batalhão de Infantaria Pára-quedista na *NRF* 6.



## **Anexo A – Revoluções Militares e correspondentes Revoluções nos Assuntos Militares.**

Revolução Militar 1 – Criação no Século XVII do Estado Moderno e das Modernas Instituições Militares
<ul style="list-style-type: none"><li>– Reformas tácticas holandesas e suecas;</li><li>– Reformas tácticas e organizacionais francesas;</li><li>– Revolução naval;</li><li>– Revolução financeira inglesa.</li></ul>
Revolução Militar 2 e 3 – Revolução Francesa e Revolução Industrial
<ul style="list-style-type: none"><li>– Mobilização nacional política e económica;</li><li>– Guerra Napoleónica (eliminação das Forças Armadas Inimigas no campo de batalha);</li><li>– Poder económico e financeiro, baseado na industrialização (Inglaterra);</li><li>– Revolução Tecnológica na guerra terrestre e no transporte (telégrafo, caminho de ferro, navio a vapor, armas de repetição, Artilharia, armas automáticas).</li></ul>
Revolução Militar 4 – A I Guerra Mundial combina as outras três Revoluções Militares
<ul style="list-style-type: none"><li>– Operações e tácticas de armas combinadas;</li><li>– Guerra Relâmpago;</li><li>– Bombardeamento estratégico;</li><li>– Guerra Submarina;</li><li>– Guerra Anfíbia;</li><li>– Radar.</li></ul>
Revolução Militar 5 – Armas Nucleares e Mísseis Balísticos
<ul style="list-style-type: none"><li>– Reconhecimento e ataques de precisão;</li><li>– Furtividade (stealth);</li><li>– Computorização e ligação em rede do comando e controlo;</li><li>– Aumento da eficácia das munições convencionais.</li></ul>

Fonte: Knox e Murray, 2001, p. 13.

## **Anexo B - Inovações Militares**

Mosquete/Formações	<p>Uso de armas combinadas (mosquete, pique, Cavalaria, Artilharia móvel de fogo rápido); Tática linear e Formações e disciplina clássica permitem a Gustavo Adolfo a derrota dos Exércitos espanhóis – um Império com recursos muito mais vastos que a Suécia. Acompanhado por melhoramentos na administração militar e papel chave do Estado Absolutista.</p> <p>Batalhas Decisivas: Derrota dos Habsburgo pelos Suecos em 1631-34 durante a Guerra dos Trinta Anos, com início na Batalha de Breitenfeld em 1631.</p>
Nação em Armas	<p>Napoleão expande a escala da guerra através da conscrição universal e a mobilização da sociedade para a guerra, combinado com o nacionalismo republicano e a produção industrial moderna e a logística.</p> <p>Batalhas decisivas: Guerra da Segunda Coligação em 1800.</p>
Industrialização I: Vapor e a Rápida Mobilização	<p>A Prússia combina avanços técnicos no vapor, caminho-de-ferro, telégrafo e espingarda para derrotar a Áustria em 1866 e a França em 1870.</p>
Industrialização II: Metralhadora e a Guerra de Trincheiras	<p>Armas ligeiras e Artilharia estriadas, metralhadoras desfazem a mobilidade proporcionada pelo vapor. Produção industrial em massa aumenta abastecimento de munições e mobiliza a sociedade para a guerra. Resulta na Guerra Total e no impasse tático.</p> <p>Batalhas Decisivas: Marna, 1914.</p>
Industrialização III: Motor de Combustão Interna, Rádio e a Mobilidade	<p>Melhoramentos no motor de combustão interna, mecanização, desenvolvimento do avião e tecnologias de comunicação reintroduzem a mobilidade e manobra e permitem desferir ataques directamente contra a Nação inimiga.</p> <p>Batalhas decisivas: Batalha de França em 1940 e Pearl Harbor em 1941.</p>
Nuclear	<p>Conjugação das ogivas nucleares com sistemas de lançamento mais eficazes, propulsão a jacto e desenvolvimento do radar e computadores, permitindo a destruição completa e instantânea do Estado sem necessidade de derrotar as Forças Armadas.</p> <p>Acontecimento decisivo: Hiroshima em 1945.</p>

Informação	Avanços no alcance, capacidade de ataque de alvos, furtividade, sensores, munições guiadas, micro electrónica, computadores e processamento da informação aumentam a importância do C3I e permitem o colapso dos condicionamentos de espaço e tempo impostos às operações simultâneas. Batalha decisiva: Nenhuma até à data.
------------	---

Fonte: Goldman e Andres, 1999.

### **Anexo C – Teorias explicativas dos processo de difusão das inovações militares**

Teoria	Motivação para adopção da inovação	Capacidade da adoptar a inovação	Efeitos da difusão (alcance e ritmo)	Consequências internacionais
Neo-realismo	Competição	Nada a referir	Uniforme, emulação rápida	Paridade dos competidores de igual potencial, mas pouco impacto a longo prazo na balança das influências internacionais.
Transições de Poder	Desenvolvimento nacional	Nível de desenvolvimento	Depende da velocidade das transições de poder, que variam de acordo com a inovação	Dependente da velocidade da transição de poder, que por sua vez varia de acordo com as inovações.
Ofensiva versus Defensiva	Balanço entre Ofensiva e Defensiva	Riqueza	Inovações ofensivas difundem-se mais rapidamente, de modo particular entre nações desenvolvidas. Inovações defensivas difundem mais lentamente, com as nações mais pequenas adoptando mais rapidamente.	Inovações de carácter ofensivo, beneficiam os grandes estados e com maior riqueza. Inovações de carácter defensivo beneficiam estados pequenos e possuidores de menor riqueza.
Organizações	Pressões competitivas e normativas	Compatibilidade entre tecnologia e cultura da sociedade/organização	Desigual, irregular, mas mais abrangente	Maior número de estados desafiadores das potências dominantes, tanto ao mesmo nível como em nichos.

Fonte: Goldman e Andres, 1999.